

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN
TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP, PUC/SP)

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS NORTE-
AMERICANOS DO PÓS-GUERRA FRIA

SÃO PAULO
2013

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS NORTE-AMERICANOS DO PÓS-GUERRA FRIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP), como requisito para a obtenção do título de mestre, na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

**SÃO PAULO
2013**

Leite, Lucas Amaral Batista.

L533c A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria / Lucas Amaral Batista Leite. – São Paulo, 2013.
129 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2013.

Orientador: Marco Aurélio Nogueira.

1. Estados Unidos – Segurança internacional. 2. Estados Unidos – Política e governo. 3. Estados Unidos – Presidente (1989-1993 : Bush). 4. Estados Unidos – Presidente (1993-2001 : Clinton). 5. Estados Unidos – Presidente (2001-2009 : Bush). 6. Iraque, Guerra do, 2003. 7. Linguagem e relações internacionais. 8. Discursos, alocações, etc. 9. Pós-estruturalismo. 10. Guerra contra o terrorismo, 2001. 11. Ataques terroristas de 11 de setembro, 2001. I. Autor. II. Título.

CDD 327.73

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira (UNESP) – Orientador

Examinador 1: _____
Prof.^a Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (UNIFESP)

Examinador 2: _____
Prof. Dr. Samuel Alves Soares (UNESP)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, por construir com tanto carinho meu discurso-realidade.

AGRADECIMENTOS

Não é fácil recomeçar. Mudar de cidade e estado, conviver com o diferente, deixar para trás um mundo já construído e fácil de lidar, pela experiência, pelos amigos e pela família. Ainda assim, é necessário. E tive a sorte de ter pessoas próximas que me auxiliaram nessa grande mudança e tornaram esse novo desafio em um trabalho extremamente prazeroso.

Agradeço à minha mãe pela devoção e exemplo de superação constante; ao meu pai, pelo estímulo acadêmico; e à minha irmã pela sincera demonstração de fraternidade sempre que precisei.

Ao meu orientador, professor Marco Aurélio Nogueira, com quem aprendi a expandir os horizontes acadêmicos e de quem ouvi conselhos inestimáveis.

Aos professores Cristina Pecequilo e Samuel Soares por terem aceitado com prontidão o convite de participação na banca de qualificação e de defesa deste trabalho; além, obviamente, dos proveitosos conselhos e correções.

Ao professor Geraldo Zahran da PUC-SP por confiar neste iniciante acadêmico a tarefa de auxiliá-lo por seis meses em um estágio-docência.

Aos amigos do PPGRI “San Tiago Dantas”: Alberto Montoya, Bruno Montenegro, Camila Braga, Cintia Ribeiro, Fábio Favero, Fernanda Magnotta, Fernando Brancoli, Hermes Moreira, Juliano Aragusuku, Karen Honório, Laís Thomaz, Laura Gonzalez, Lincoln Andrade, Priscila Pereira, Roberto Moll, Tainá Dias e Tamiris Burin.

Aos amigos que me apoiam desde a graduação e aos que fiz nessa nova caminhada: Camila Machado, Celso Filho, Diego Santos, Erica Resende, Guilherme Casarões, Lucas Rezende, Rafael Mury, Silvia Medeiros, Tatiana Teixeira, Thalyta Ferraz e William Daldegan.

Aos mestres de outrora e de agora: Héctor Luis Saint-Pierre, Javier Vadell, José Miguel Arias Neto, Matilde de Souza, Paulo Esteves, Silvana Seabra, Suzeley Kalil Mathias e Taiane Las Casas.

À Graziela Oliveira, competentíssima e querida amiga responsável pela biblioteca do PPGRI STD, sempre disposta a me salvar horas de pesquisa e auxiliar na eterna busca bibliográfica.

À Giovana Vieira e Isabela Silvestre, responsáveis pela secretaria do PPGRI STD, pela atenção e disponibilidade sempre que precisei de ajuda para entender a “nova era” paulistana.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Departamento de Relações Internacionais da PUC-MINAS por receber tão bem seus ex-alunos.

A todos do GEDES, pela proveitosa pesquisa e extensão.

*Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações no encerram nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.*

*Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.*

*Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.*

*Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.*

*Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.*

Carlos Drummond de Andrade – Elegia 1938, In: Sentimento do Mundo

RESUMO

Este trabalho busca compreender a evolução da narrativa do inimigo por meio da análise dos discursos presidenciais norte-americanos como o *State of the Union* – e outros selecionados tematicamente – entre os anos de 1989 e 2009, correspondentes aos governos de George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush. Para tanto, usaremos das proposições teóricas de autores pós-estruturalistas como David Campbell e Robert Walker, além de utilizar a estrutura de pesquisa proposta por Lene Hansen. Junto à análise discursiva, abordaremos as principais questões de Segurança no período proposto como forma de alusão às representações do inimigo e de forma a enriquecer o trabalho. Nossa hipótese é a de que a mudança, por vezes proposta expressamente por alguns presidentes e autores de estudos sobre os Estados Unidos, é na verdade uma adaptação de discursos recorrentes na condução da política norte-americana. Dessa forma, buscaremos analisar quais os elementos centrais e dissonantes para o período em questão.

Palavras-chave: Estados Unidos da América. Inimigo. Pós-Estruturalismo. Discurso.

ABSTRACT

This work seeks to comprehend the evolution of the narrative of the enemy through the analysis of American presidential speeches such as the *State of the Union* – and other selected thematically – between the years of 1989 and 2009, corresponding to the governments of George H. W. Bush, Bill Clinton and George W. Bush. For this, we use the theoretical propositions of poststructuralist authors as David Campbell and Robert Walker, and also the analytical structure proposed by Lene Hansen. Along the discursive analysis, we discuss the main security issues of the period proposed as a way of alluding to the representations of the enemy, in order to enrich the work. Our hypothesis is that change, sometimes explicitly proposed by some presidents and authors of studies on the United States, is actually an adaptation of recurrent speeches in the conduct of U.S. policy. Thus, we try to analyze the core and discordant elements for the period in question.

Keywords: United States of America. Enemy. Poststructuralism. Discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura analítica de pesquisa - p.29

Figura 2 – Processo de ligação identitária - p.31

Figura 3 – Processo de ligação e diferenciação identitária - p.32

Figura 4 – Processo de ligação identitária – Os Estados Unidos e seus inimigos (1) - p.91

Figura 5 – Processo de ligação e diferenciação identitária – Estados Unidos e seus inimigos
(1) - p.92

Figura 6 – Processo de ligação identitária – Os Estados Unidos e seus Inimigos (2) - p.103

Figura 7 – Processo de ligação e diferenciação identitária – Estados Unidos e seus inimigos
(2) - p.104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

ADM – Armas de destruição em massa

NSS – *National Security Strategy*

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

SDI – *Strategic Defense Initiative*

RI – Relações Internacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 LINGUAGEM E IDENTIDADE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	18
1.1 Desenho de pesquisa	29
2 A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA NO PÓS-GUERRA FRIA DE GEORGE H. W. BUSH A BILL CLINTON	32
2.1 A liderança norte-americana na “nova era mundial”	38
2.1.1 A Guerra do Golfo	43
2.1.2 A construção da ameaça iraquiana	46
2.2 O governo Clinton	56
2.2.1 Bill Clinton e o papel da América	57
2.2.2 Os casos da Somália e do Haiti	60
2.2.3 O argumento da paz democrática e a expansão da agenda	69
2.2.4 O “engajamento e a expansão” na prática	75
2.2.5 <i>Outlaw States</i> : Iraque e armas de destruição em massa	79
2.2.6 Um novo inimigo: Osama bin Laden	82
2.2.7 Os Balcãs e a situação de Kosovo	86
2.3 O desenho identitário dos governos Bush e Clinton	89
3 A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH	92
3.1 O terrorismo na centralidade da agenda de Segurança	95
3.2 O papel da democracia	103
3.3 A Doutrina Bush	105
3.4 A Guerra do Iraque	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

1 INTRODUÇÃO

*Quem não vê bem uma palavra, não pode ver bem uma alma.
(Fernando Pessoa)*

A relação de amizade e inimizade entre os povos e os indivíduos possivelmente não tem um ponto de surgimento detectável ou reconhecível. É provável que nossa memória não consiga sequer resgatar todos aqueles com os quais tivemos relações de afinidade e/ou hostilidade ao longo de nossas vidas, o que se dirá então de milênios de história constantemente reconstruídos?

Também é provável que não exista uma única forma de compreender como as relações sociais se deram nesse sentido. O mundo já assistiu a apertos de mão amistosos que se tornaram olhares enviesados da mesma forma como presenciou inimigos “eternos” tornarem-se aliados com objetivos comuns. Não é de nosso interesse apreender todas as possibilidades de significado que as palavras amigo e inimigo carregam consigo, mas buscar entender como a linguagem se caracterizou pela principal forma de reificar e identificar relações de alteridade.

A ideia de um discurso que busque delimitar o outro como inimigo carrega consigo algumas marcas que envolvem discussões e conceitos mais amplos. Dessa forma, é possível cogitar a existência, inclusive, de debates pré-estabelecidos entre formas de compreensão do que é civilizado e moderno em detrimento daquilo que é a barbárie. A relevância desse discurso não está apenas na delimitação de quem “eu sou” e quem “o outro é”, mas também na percepção de quais narrativas legitimam e embarcam essas construções, por exemplo: a ideia de um constante progresso, da possibilidade de prever e conter riscos, de instituições e modelos mais propensos ao sucesso e à paz etc. Por isso, grandes temas e eventos servirão como pano de fundo para nossa pesquisa a fim de jogar luz nas contradições e “rachaduras” que possivelmente aparecerão nesses discursos; a contraposição entre Ocidente e o resto,

democracia e totalitarismo, paz e guerra, são algumas hipóteses já possíveis de serem levantadas previamente como repetições incansáveis na tentativa de resgatar construções passadas para legitimar ações no presente.

Murray e Meyers (1999) afirmam que a busca por inimigos é uma constante da política internacional. Os autores sugerem que o desaparecimento de um ator que se configura como ameaça não significa a garantia da paz ou a eliminação do discurso que construía o inimigo anterior, mas que as narrativas se adaptam ao ambiente e a às demandas de cada época. Eles ainda afirmam que as motivações podem ser as mais variadas: desde a vontade de permanecer no poder até o que pode ser considerado como uma necessidade de mobilização da população contra um determinado ator ou problema.

Segundo David Green (1987), um traço marcante dos discursos políticos é a modificação ou adaptação dos termos usados em narrativas anteriores para situações contemporâneas. As palavras não teriam significado por si só, mas seriam extremamente fluidas e ajudariam a demonstrar como a própria realidade é percebida ou determinado objeto passou a ser construído. Green ressalta o papel que as construções discursivas tem na política norte-americana, na qual termos como “liberal” e “conservador” mudam constantemente de significado, de acordo com o ambiente político. Diversos termos que antes eram considerados positivos passam a carregar uma conotação distinta, o que seria um reflexo da mutabilidade de sentido.

Referindo-se aos Estados Unidos, Jason Edwards (2008) recorda que o presidente norte-americano tem um papel essencial na consolidação ou mudança de significados no que se refere à prática discursiva. De acordo com o autor, “[...] *presidential enemy construction is one of the central componentes of a president’s foreign policy vocabular, and becomes a primary guide for understanding American foreign policy at large.*” (EDWARDS, 2008, p.831). Ainda segundo Edwards, a retórica presidencial é usada como ferramenta para moldar

a percepção pública acerca de determinados atores e garantir apoio às decisões políticas. Por isso, o discurso de política externa de um presidente pode transformar a realidade política nas relações internacionais de um país.

Edwards (2008) ainda afirma que uma das funções da retórica de política externa do presidente é didática. Os discursos que tratam de política externa buscariam ensinar o que é certo ou errado, quem são os amigos e quem são os inimigos. A distância geográfica, a falta de contato direto e o fluxo constante de informações constantemente contraditórias sobre o mesmo tema são fatores que dificultam o entendimento das questões de política externa para o público comum. Dessa forma, o presidente tem um papel essencial na criação de significados por meio de construções discursivas que dão exemplos, resgatam a história comum da nação e, em alguns casos, usa da linguagem religiosa para explicar ou expor alguma situação.

Este trabalho busca analisar a narrativa do inimigo por meio dos discursos presidenciais anuais norte-americanos conhecidos como “Estado da União¹”. São pronunciamentos emitidos no começo de cada ano em que o presidente dos Estados Unidos discursa acerca de temas como política externa, defesa e economia, comuns desde os primeiros mandatos estabelecidos no país. Além disso, buscamos discursos relacionados diretamente a conflitos relevantes no período de nossa análise. Estabelecemos para nossa análise os discursos dos governos de George H. W. Bush (1989-1993), Bill Clinton (1993-2001) e George W. Bush (2001-2009). A escolha do período entre 1989 e 2009 justifica-se por tratar-se de todos os governos já encerrados no pós-Guerra Fria, o que exclui os discursos de Barack Obama, atual presidente, por ter sido eleito para um segundo mandato no ano de 2012 e por entendermos que seria necessário um afastamento temporal mínimo, estabelecido em 2009, último ano de George W. Bush. Além disso, os três governos nos permitirão analisar a possibilidade de mudanças ou continuidades em momentos distintos: a quebra da

¹ State of the Union addresses.

ordem causada pela dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria; o momento de repensar a atuação norte-americana no que se chama de “momento unipolar”; e a guinada conservadora e o surgimento da “Guerra ao Terror” no governo W. Bush.

Como referencial teórico, utilizaremos especialmente de David Campbell (1992) e Robert Walker (1993), considerados autores pós-estruturalistas da disciplina de Relações Internacionais. A escolha desse paradigma não é aleatória, especialmente quando levado em conta a importância da linguagem e do discurso como objeto para esses autores. A fim de auxiliar esquematicamente as conclusões a que chegarmos e para tornar mais didático o entendimento das relações aqui estabelecidas, usaremos do desenho de pesquisa estabelecido por Lene Hansen (2006). Na seção apropriada discutiremos com maior profundidade a importância que esses autores dão às práticas discursivas no estabelecimento de identidades e na relação de alteridade entre diferentes agentes.

1 LINGUAGEM E IDENTIDADE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Um véu como outros, tênue,
guarda o segredo dos mortos.
Nada mais que um véu.*

*Reminiscência de outros véus,
de outras verônicas, de outras
máscaras. Símbolo, estigma.
(Henriqueta Lisboa – Flor da Morte)*

No contexto mais atual, o fenômeno conhecido como “giro linguístico” – também chamado de “virada linguística” – foi responsável pela introdução das questões discursivas nas Ciências Humanas e Sociais, enfatizando o papel da linguagem e colocando o discurso como objeto de análise dos pesquisadores (GRACIA, 2004). Entendemos por discurso a ação que produz significado por meio da linguagem – expressa de diversas formas: oral, escrita etc. e que produz relações sociais e permitem-nos apreender a realidade. Portanto, a linguagem seria pré-requisito para a compreensão de discursos, os quais constroem nossas noções acerca de quem somos e quem o outro é. De acordo com Rojo,

[...] a atenção que hoje se dedica ao discurso é resultado de dois movimentos consecutivos e relacionados com o pensamento ocidental do último quarto do século XX: o giro linguístico e o aumento da reflexividade social. Para os quais, aliás, a atenção ao discurso também veio contribuir (2004, p.208).

A partir daí, com o pensamento de que o discurso fazia parte da construção da realidade, passou-se a dar importância à sua análise a fim de que a própria realidade fosse estudada – como os processos discursivos constituíam e construía o que era apreendido como real e sistêmico (IÑIGUEZ, 2004). O estudo da linguagem então passou a ser utilizado por diversas áreas do conhecimento como forma de compreender fenômenos específicos de cada área e de introduzir novas possibilidades teóricas e metodológicas, deixando de ser um objeto unicamente dos Estudos Linguísticos e passando a obter reconhecimento como

ferramenta importante nas Humanidades em geral. “Com efeito, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a comunicação, a filosofia, etc. todas fizeram suas contribuições e desenvolveram métodos específicos de análise”. (IÑIGUEZ, 2004, p.107).

Nesse trabalho, o enfoque teórico será dado ao arcabouço teórico pós-estruturalista. Os autores que defendem esse viés sustentam que a linguagem permite estabelecer novas perguntas e, assim, expandir o campo de atuação dentro das Relações Internacionais (Resende, 2012). Essa tese é corroborada por Buzan e Hansen (2009), os quais afirmam que o pós-estruturalismo permite estudos na área de Segurança que privilegiam a análise de identidades conflitantes e reciprocamente constituídas por meio do discurso. Dessa forma, buscaremos compreender como o discurso e a identidade se relacionam no que é entendido como estrutura nessas proposições teóricas e como são definidas nas Relações Internacionais (RI)², especialmente na área de Segurança Internacional.

Nas RI, a discussão sobre o papel das identidades e a crítica a pressupostos mais positivistas ganhou peso com o que se chamou de “Terceiro Debate”. Segundo Resende (2012) e Lapid (1989), esse debate proporia novas formas de análise do sistema internacional, especialmente com a reavaliação das perspectivas racionalistas e estado-cêntricas comuns nas teorias Realista e Liberal.

O papel do discurso como construtor das ideias sempre esteve presente no construtivista (num sentido amplo, desde o mais positivista até o mais radical), o que diferencia a proposição de um autor para outro é a forma como o discurso é apresentado metodologicamente, se dentro de uma estrutura fixa ou relacionado diretamente à desconstrução da realidade, inseparável dela e instável na sua estrutura (BUZAN; HANSEN, 2009). Essa primeira visão, mais estruturalista, pode ser corroborada no seguinte argumento:

² O termo Relações Internacionais, em maiúsculas, refere-se à disciplina e área de estudos acadêmicos. Em minúsculas, relações internacionais referem-se às ações de um determinado ator no cenário internacional, fala-se, portanto, dos agentes das Relações Internacionais.

Language is not reality, but it is our only means of apprehending reality so as to make it socially comprehensible and useful. Because human beings are social animals, the reality in which we exist and act every day is largely a social reality and to the extent that it is, it requires language. (SCHONBERG, 2009, p.10).

Nesse sentido, a construção das identidades se dá dentro de uma estrutura fixa, e os elementos discursivos ajudam a compreender como essas construções são feitas a partir do que é apresentado dentro dessa própria estrutura. Não há, portanto, algo fora da estrutura ou dos discursos apreendidos, mas sim uma relação entre eles de auto-referenciação e construção baseada no contexto, nos atores, nos objetivos, interesses etc. (SCHONBERG, 2009). Há ainda a percepção de que é necessário compreender como as identidades de atores distintos se relacionam entre si e são construídas em contrapontos ou correlações. Um exemplo disso é a construção apresentada por Dijk (2008): “Semântica e lexicalmente, os Outros são então associados não apenas com a diferença, mas também com o desvio (“ilegitimidade”) e a ameaça (violência, ataques)”.

Isso é importante para que se consiga compreender como o “Eu” é construído em relação ao “Outro”, num processo de alteridade ou complementaridade, expresso nos estudos de Segurança, por exemplo, na construção de aliados ou inimigos (ROJO, 2004). “*Those who deploy language when examining the construction of threat, danger, and identities claim that we gain a better understanding of the complexity and construction itself.*” (AGIUS, 2010, p.63).

Uma abordagem considerada pós-estruturalista parte do pressuposto de que a percepção da realidade é baseada no que um agente apreende dos discursos que lhe são emitidos. Isso significa dizer que não é possível apreender o conceito de identidade sem que se entenda todo o processo em que ela foi construída discursivamente – nesse ponto, remetendo à própria construção da realidade como um ato discursivo (BUZAN; HANSEN; 2009). Nesse sentido,

[...] language has a structuring and influencing capacity that provides it with “social power”. [...] The central claim was that the choice of different metaphors, euphemisms or analogies had fundamental consequences for how “reality” was understood, and hence also for which policies should be adopted. (BUZAN, HANSEN, 2009, p.141).

O papel das figuras de linguagem como a metáfora, a hipérbole e a metonímia, por exemplo, é central no entendimento de como um discurso se relaciona à construção da realidade para os pós-estruturalistas. Essas figuras de linguagem configurariam desvios ou instabilidades nessas construções e permitem analisar o que estaria “por trás” do que é enunciado, o que demonstraria a fluidez da própria estrutura, uma vez que não são independentes entre si (RICOUER, 1992). De acordo com Campbell, “*[...] synonymy, metonymy, metaphor are not forms of thought that add a second sense to a primary, constitutive literality of social relations; instead, they are part of the primary terrain itself in which the social is constituted.*” (1992, p.7).

Para compreender como as identidades são construídas em determinado discurso, é preciso apreender os elementos que fazem com que os atores representados se contraponham ao “Outro”, em relações do que está dentro/fora, no interior/exterior e que são manipulados como bem/mal, civilizados/bárbaros, etc. “*‘Security’ thus became an ontological double requirement the state needed to be secure, but it also needed the threatening Other to define its identity, thereby giving it ontological security.*” (BUZAN; HANSEN, 2009, p.218).

O objetivo das análises pós-estruturalistas é, portanto, desconstruir estruturas percebidas em um discurso ou ação, a fim de desestabilizar “verdades” pré-concebidas e encontrar instabilidades no que é apresentado (MUTIMER, 2010).

Uma importante referência nos estudos pós-estruturalistas de Relações Internacionais é a obra de Robert Walker, “*Inside/outside: international relations as political theory*”. O autor procura demonstrar como a narrativa do Estado-nação moderno está ligada à construção de um espaço físico atemporal, especialmente sob a ideia de que a soberania em determinado

território provém de tradições incontestáveis e universais. Ao discorrer sobre o assunto, Walker traz ao debate o discurso das fronteiras como delimitadoras da própria identidade estatal (WALKER, 1993).

Por isso mesmo, Walker tenta demonstrar criticamente como as teorias de relações internacionais corroboram e perpetuam o discurso de comunidades fechadas sob constante ameaça, principalmente ao colocar as relações entre os Estados como privilegiadas em detrimento de uma visão holística das relações de poder. Para tanto, não seria positivo determinar apenas as questões históricas do processo de construção dos Estados, mas como o discurso da soberania estatal se constituiu enquanto universal e emancipatório.

Simply put, then, the principle of state sovereignty expresses an historically specific articulation of the relationship between universality and particularity in space and time. As such, it both affirms a specific resolution of philosophical and political options that must be acknowledge everywhere and sets clear limits to our capacity to envisage any other possibility.
(WALKER, 1993, p.176)

A análise pós-estruturalista de Walker busca compreender a constituição de determinados discursos enquanto determinantes na formulação de identidades que se contrapõem entre o interno e o externo, representados de diversas formas: eu e o outro; nós e eles; desenvolvido e atrasado; civilização e barbárie; etc. Essa dicotomia busca delimitar não apenas contornos ideológicos na condição identitária, mas também materiais enquanto ligados a territórios, populações e a história de como uma narrativa comum se desenvolve.

Dentro do que é constituído como espaço fixo e demarcado, as aspirações assumem tons universais e comuns: existe um pressuposto de ordem, identificação de valores e do que espera o futuro. Tudo que se encontra além desse espaço torna-se “estranho”, incomum. As leis não se aplicam da mesma forma, surge o imponderável e o imprevisível, características que rodeiam o caos e a desordem. Dessa forma, o princípio da soberania estatal firma-se na negação do Outro como alguém de fora, o estrangeiro, o *alien*, o desconhecido. A demarcação

interna e a identificação do Self só se tornam possíveis quando o seu contrário é bem delimitado – a exclusão do Outro é que permite a criação do espaço interno e, conseguinte, da ideia de soberania (WALKER, 1993).

There, we must beware. The outside is alien and strange, mysterious or threatening [...]. Knowing the other outside, it is possible to affirm identities inside. Knowing identities inside, it is possible to imagine the absences outside. These routines, too, are familiar. They affirm the codes of nationalism and patriotism, the play of sanctimony and projection, the implausibility of strangers in a world of friend and foe and the impossibility of any real choice between tradition and modernity. (WALKER, 1993, p.174).

Para tanto, metáforas e analogias cumprem um papel essencial. A construção de imagens negativas do Outro é mais facilmente assimilada quando associada a possíveis ameaças existenciais – daí a importância da linguagem como fonte de construção identitária, de onde os significados cumprem o papel de estabelecer pontes entre o enunciador e o público, mas ainda mais: de convencê-lo da existência de riscos, perigos e ameaças. De acordo com Walker (1993), do uso da linguagem se apreende a construção de mitos, heróis e tradições que perpetuam uma narrativa de defesa da moral e da ética de uma comunidade específica, ligada pelo pressuposto de uma racionalidade comum acerca do passado e da previsibilidade do futuro.

A distinção que David Campbell (1992) faz entre risco e perigo é uma forma interessante de perceber como os termos podem ser usados de forma a tentar convencer uma plateia acerca de “necessidades” que um ator tenha sobre o que é construído em relação ao “Outro” – por exemplo, na legitimação de uma intervenção ou da nomeação de um grupo como terrorista. Riscos pressupõem ameaças objetivas, enquanto perigos devem ser construídos para que possam ser entendidos como ameaças – são, portanto, subjetivos.

Para Campbell [...], a relação entre identidade e política externa resulta da própria noção de segurança, pois que “o perigo não é uma condição objetiva” e sim “um efeito de interpretação”. Se nem todos os riscos são

iguais, e nem todos os riscos são interpretados como perigo, argumenta ele, é preciso então dar conta do papel da subjetividade na articulação do perigo. Daí a importância de elementos linguísticos dispersos no campo discursivo com os quais significados e representações são produzidos e transformados na articulação de discursos de perigo de forma a construir reflexivamente ameaças, (re)produzir identidades coletivas, além de privilegiar o Estado como espaço e ator capaz de gerar segurança e sentimento de pertencimento ao coletivo. (RESENDE, 2012, p.25)

Esse autor afirma que a interpretação tem papel essencial na conformação de algo como “perigoso” e, portanto, passível de se tornar uma ameaça objetiva e transportada para a materialidade da ação estatal. O “outro”, identificado como ameaça por Campbell, não é pré-determinado. Pelo contrário, sua identificação parte da noção de risco à existência material, mas é construída de forma ideal – por meio de contrapontos e oposições. Dessa forma, não existiriam identidades fixas da mesma forma que não existem inimigos e ameaças delimitadas no espaço e no tempo; estes podem ser apagados e reconstituídos de acordo com a própria identidade do ator contraposto.

O discurso serve como ligação entre a percepção do seu autor com seu interesse, aqui entendido como a prática ou os meios para atingir determinados objetivos. O processo de construção do ator responsável pelo discurso passa diretamente pelo processo de apagamento ou construção do outro a que se refere (como amigo ou inimigo, mas neste caso, os inimigos). Apesar disso, não se trata de uma prioridade ao discursivo em detrimento do não-discursivo, mas sim de entender que não há possibilidade de construção de significado fora da linguagem.

De acordo com o autor, “[...] *all those practices of differentiation implicated in the confrontation between self and other, and their modes of figuration.*” (CAMPBELL, 1992, p.99). O risco é entendido como a condição material, aquilo que de fato pode causar dano ou agir objetivamente. Perigo, no entanto, é a condição subjetiva, aquilo que é entendido e construído como perigo, não porque necessariamente é, mas por ser discursivamente expresso como tal.

To poststructuralism, language is ontologically significant: it is only through the construction in language that “things” – objects, subjects, states, living beings, and material structures – are given meaning and endowed with a particular identity. Language is not a transparent tool functioning as a medium for the registration of data as (implicitly) assumed by positivist, empiricist science, but a field of social and political practice, and hence there is no objective or “true meaning” beyond the linguistic representation to which one can refer. (HANSEN, 2006, p.18).

Os significados em um discurso, portanto, não são desconectados da realidade que ele procura construir. São, de fato, parte intrínseca e sem a qual não se pode compreender como uma estrutura é construída, e na qual as identidades se relacionam, positiva ou negativamente. Daí a conclusão de Campbell de que “[...] *the world exists independently of language, but we can never know that (beyond the fact of its assertion), because the existence of the world is literally inconceivable outside of language and our traditions of interpretation.*” (CAMPBELL, 1992, p.6, grifo do autor). Nesse processo, a identidade de um ator é construída em contraponto ao “Outro” pela diferenciação.

Novamente, as relações de identidade entre “Eu” e “Outro” construídas pela diferença não são dadas pela estrutura, mas constantemente adaptadas e apagadas de acordo com os interesses e percepções envolvidos (CAMPBELL, 1992). Para este autor, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “Eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “Outro” possa ser percebido como “mal/mau” ou “inferior”.

Nesse contexto, a política externa é representada como “*a political practice central to the constitution, production, and maintenance of [...] political identity*” (CAMPBELL, 1992, p.8). Identidade entendida como extremamente fluida e mutável, passível de modificação com o tempo e reescrita pela diferenciação na percepção do que é “outro” – “*Moreover, the constitution of identity is achieved through the inscription of boundaries which serve to demarcate an 'inside' from an 'outside,' a 'self' from an 'other,' a 'domestic' from a 'foreign.'*” (CAMPBELL, 1992, p.8).

Por isso, a noção de perigo é aqui entendida como condição de possibilidade da própria identidade. A conformação desta muda de acordo com a percepção e a clareza que se tem em relação ao que é essencialmente “outro”. A identidade ganha significado por meio do estabelecimento das fronteiras e não do que é pré-estabelecido como nacional ou comum, ao contrário, depende do que é estranho e distinto. *“Most importantly, just as the source of danger has never been fixed, neither has the identity which it was said to threaten. The contours of this identity have been the subject of constant (re)writing [...]”* (CAMPBELL, 1992, p.33).

Essa reescrita passa pelo que já dissemos sobre a construção da fronteira como o espaço de delimitação da identidade em contraponto ao que está exterior a ela. Para tanto, é possível estabelecer uma conexão com o que afirma Beck:

The national cosmos was divided into a clearly definable “inside” and “outside”, at the centre of which the nation-state governs and creates order. In the internal experiential space, the issues of work, politics and cultural identity and the conflicts arising from them were perceived and worked through in the context of the nation as a forum for collective action. This was matched internationally, in the external experiential space, by the image of “multiculturalism”, in which the national self-image is reflected and reinforced by marginalizing and excluding strangers. Consequently, the national/international distinction was always more than a distinction; it functioned more as a permanently self-confirming prophecy. (BECK, 2006, p.47).

Em um sentido mais amplo, fazer política no sistema internacional é contrapor identidades que se deduzem pela diferenciação. A política externa, nesse sentido, atua como o filtro de ordenação do “eu” em relação ao “outro”.

While dependent upon specific historical contexts, we can say that for the state identity can be understood as the outcome of exclusionary practices in which resistant elements to a secure identity on the 'inside' are linked through a discourse of 'danger' with threats identified and located on the 'outside.' The outcome of this is that boundaries are constructed, spaces demarcated, standards of legitimacy incorporated, interpretations of history privileged, and alternatives marginalized. (CAMPBELL, 1992, p.75).

A política externa torna-se prática reprodutiva da identidade para a qual opera. E essa prática é constituída, como afirmamos, pela diferença. Mais que isso, a referenciação espacial de dentro/fora torna possível também a possibilidade de referenciação moral do que é superior em relação ao que é inferior. Dessa forma, a construção discursiva da identidade de um determinado ator não é apenas a delimitação do seu espaço de atuação, mas a marcação do “eu” moralmente superior ao “outro”. Perigo, portanto, não é apenas uma condição externa, mas inerente ao relacionamento de identidades diametralmente opostas que se colocam o tempo todo em contradição.

Ainda em relação à fronteira, a demarcação do território de atuação do “interno” em contraponto ao “externo” no referencial moral abrange a distinção dos que são civilizados e do que é a barbárie. A fixação em um território específico carrega consigo a prática da exclusão ao território alheio, local em que o princípio regente não é o costume considerado civilizado e compartilhado pelos semelhantes, mas práticas e técnicas que configuram em si a identidade do “diferente” e, portanto, não-civilizado. Essa separação é o que permite a emergência de novas percepções de perigo. *“In this context, there is no shortage on the horizons of world politics of potential candidates for new discourses of danger (such as AIDS, 'terrorism,' and the general sign of anarchy and uncertainty).”* (CAMPBELL, 1992, p.196,).

Para concluir esse argumento, é possível apreender da obra de Campbell que segurança e subjetividade estão intrinsecamente conectados. A conformação do que é “cabível” de se tornar um assunto de segurança para o Estado depende exatamente da delimitação que a política externa faz por meio da identidade e da diferenciação, alocando o discurso do perigo como força criadora. A realidade, portanto, não é dada por uma natureza específica de identidades fixas e inter-relacionadas, mas pela construção constante das diferenças não-estabelecidas previamente e em cujas “rachaduras”, reescritas e “apagamentos” o perigo é delimitado.

Não à toa, Beck (2006) lembra-se do uso do medo pelo Estado para definir aquele que é potencialmente perigoso e que coloca em risco a existência própria do cidadão que recebe esse tipo de discurso. A lógica da maior vigilância e investimento em determinadas áreas como Defesa e Forças Armadas, por exemplo, está diretamente ligada à necessidade de legitimar um discurso que propicie essa ação no plano da política, o que só é possível em uma sociedade dita democrática por meio da construção discursiva dessa necessidade – o que envolve, portanto, o risco, o perigo e, enfim, a ameaça.

1.1 Desenho de pesquisa

Para nossa pesquisa, a estrutura analítica proposta por Lene Hansen (2006) pode ser muito útil para perceber como a diferenciação entre o “Eu” e o “Outro” é construída por meio do discurso. Hansen cita quatro elementos a serem delimitados nesta estrutura de pesquisa:³

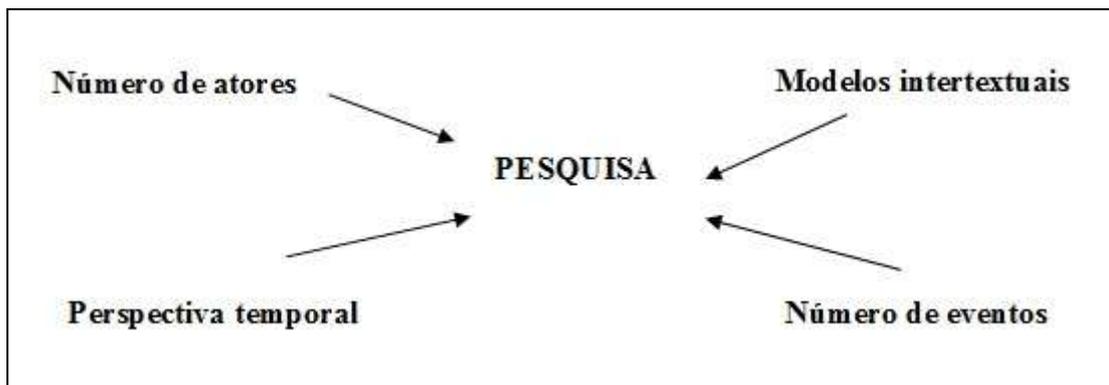
- 1) *Número de atores*⁴: diz respeito ao número de atores ou agentes envolvidos na análise textual. Pode ser, a) único, quando se trata de apenas um ator responsável pelo discurso. b) comparativo, em que vários atores têm seus discursos cruzados e comparados entre si e, c) cruzado, contrapondo-se discursos de dois (ou mais) atores que têm relação dicotômica entre si.
- 2) *Tipos de texto*: é a seleção do tipo textual a ser abordado. Divide-se em, a) Discursos oficiais, os quais são transmitidos por órgãos estatais e agências ou são proferidos diretamente pelos seus autores físicos como presidentes e ministros. b) Debate político amplo: outras formas de discurso como a mídia, partidos políticos de

³ Os termos originais são: 1) *Number of selves*, 2) *Intertextual Models*, 3) *Temporal Perspective* e 4) *Number of events*.

⁴ Aqui entendido como atores ou agentes.

- oposição e corporações. c1) Representações culturais: envolve o estudo de questões culturais mais gerais e c2) Discursos políticos marginais.
- 3) *Perspectiva temporal* é a posição do texto selecionado no tempo. O discurso pode ser alocado sob três perspectivas: a) um momento específico ou período de tempo. b) em momentos distintos para que seja feita comparação entre eles e c) desenvolvimento histórico: como determinado fenômeno discursivo se desenvolve historicamente.
- 4) *Número de eventos* é a limitação de eventos abordados pelo discurso. Pode ser a) um evento único, b) eventos múltiplos que se relacionam através de determinado assunto ou c) eventos múltiplos que se relacionam ao longo do tempo.

Figura 1 – Estrutura analítica de pesquisa



Baseado no modelo proposto por Lene Hansen (2006, p.81)

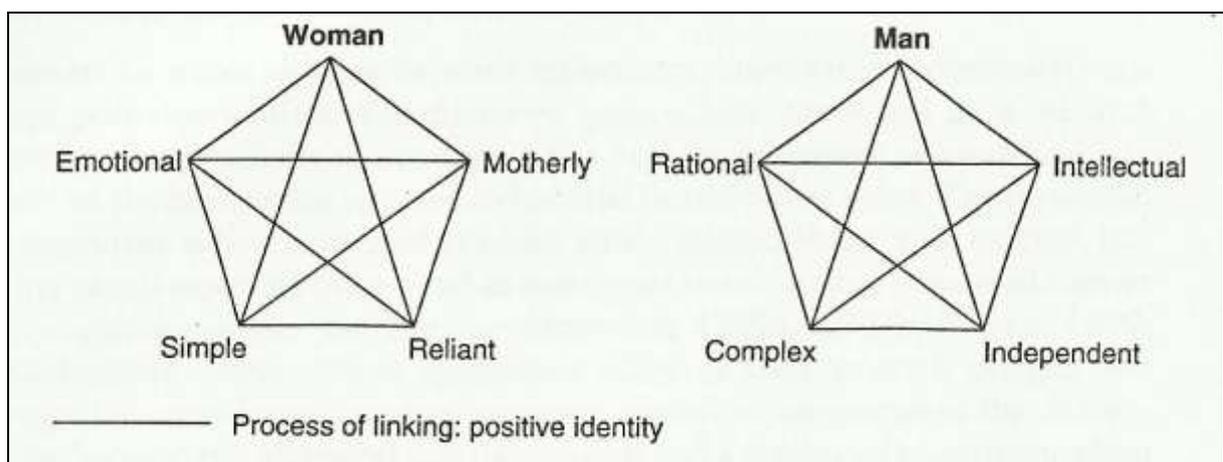
Essa proposição permite construir um desenho de pesquisa capaz de abordar os principais elementos de um discurso (ou vários discursos). Nessa estrutura, são colocados tanto os atores quanto o contexto discursivo, ou seja, preocupa-se não somente em quem é responsável pelo enunciado, mas também onde e como o discurso em questão foi construído, tomando essa preocupação como necessária à compreensão de todos os elementos que virão a constituir o “Eu” e o “Outro” no processo de diferenciação também proposta pela autora. “*The*

strategy of discourse analysis is thus to “incorporate” material and ideational factors rather than to privilege one over the other.” (HANSEN, 2006, p.23).

Hansen propõe em um primeiro momento que se crie uma estrutura que permita compreender como são construídos os processos de ligação de cada uma das identidades (do “Eu” e do “Outro”). Depois que esse processo é concluído, passa-se para o processo de diferenciação, em que cada uma das identidades é colocada em contraponto à outra, de forma a demonstrar como as construções discursivas se relacionam (HANSEN, 2006).

The process of linking and differentiation provide theoretical concepts and methodological tools for conducting empirical analysis and they allow for a structured and systematic analysis of: how discourses seek to construct stability, where they become unstable, how they can be deconstructed, and the processes through which they change. As the meaning of each sign is established through linking and differentiation, there is always a gap between them: they are linked to each other, but never fully the same. Instability might be explicitly articulated if the Other is constructed as radically different yet also as part of the Self, but discourses will usually involve more careful analysis of how links and juxtapositions come into conflict with each other. (HANSEN, 2006, p.44-45).

Figura 2 – Processo de ligação Identitária



Modelo exemplificativo retirado de Lene Hansen (2006)

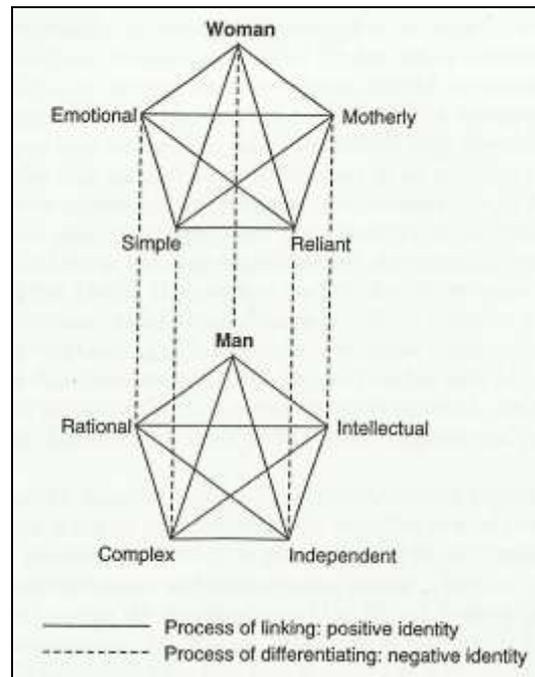
Essas características remontariam à construção das identidades de cada um dos atores relacionados no desenho de pesquisa. No caso apontado por Hansen (figura 2), há a

apresentação da identidade da mulher com características em contraponto à da identidade do homem. Essas relações específicas de cada ator se relacionam dentro da mesma identidade, mas devem ser desconstruídas em relação ao “Outro”, a fim de que o que pode parecer uma construção “positiva” do “Eu” seja percebido da forma como possivelmente é, em uma relação de hierarquia e posição (HANSEN, 2006). As identidades apresentadas por Hansen, quando analisadas individualmente apenas remontam o quadro de cada um dos atores, mas não explicitam as possíveis inconsistências das relações identitárias em um discurso; para tanto, é necessário o processo de diferenciação.

Methodologically, one should therefore begin by identifying those terms that indicate a clear construction of the Other [...], or of the Self [...]. Identity construction is not, however accomplished solely through the designation of one particular sign for the Other or the Self but rather through the location of this sign within a larger system. (HANSEN, 2006, p.41-42).

A diferenciação proposta por Hansen é próxima do que Campbell (1998) discute no processo de construção das identidades. Para este autor, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “Eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “Outro” possa ser percebido como “mau” ou “inferior”.

Figura 3 – Processo de ligação e diferenciação identitária



Modelo exemplificativo retirado de Lene Hansen (2006)

Na figura 3 já é possível perceber como as identidades são não apenas construídas, mas justapostas de forma que uma (a do homem, “Man”) assume a posição superior, com características que inicialmente se não comparadas, apenas representariam um processo identitário separado. *“Understanding identity as produced through processes of linking and differentiation provides a theoretical and methodological account of the way in which discourses seek to establish stability, and also how this stability can always be deconstructed.”* (HANSEN, 2006, p.37).

Iniciaremos no próximo capítulo a análise dos discursos dos presidentes George H. W. Bush e Bill Clinton. Levando em conta as propostas teóricas previamente apresentadas, buscaremos demonstrar como as identidades norte-americana e a do “Outro” são construídas e (re)construídas em processos de definição daquilo que é o “Eu” em detrimento dessa outra identidade existente; depois, demonstraremos ilustrativamente como essas identidades se contrapõem de acordo com o modelo de Lene Hansen (2006).

2 A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA NO PÓS-GUERRA FRIA DE GEORGE H. W. BUSH A BILL CLINTON (1989-2000)

Political language is designed to make lies sound truthful and murder respectable, and to give an appearance of solidity to pure wind.
(George Orwell)

O fim da Guerra Fria representou a dissolução do conflito que existiu por mais de quarenta anos. Mais que isso, significou a vitória – autoproclamada – dos Estados Unidos e do mundo ocidental, do capitalismo e da democracia liberal.

Afinal, o que significou para os Estados Unidos a inexistência de uma ameaça estatal como era a União Soviética? E como seria o mundo daquele momento em diante – haveria novos rivais e ameaças capazes de substituir os soviéticos? A ideia central do artigo de Francis Fukuyama (1989), muito comum no período, é que o fim da Guerra Fria representaria a conclusão de toda uma era, o que ele chama de “fim da história”. A vitória do sistema capitalista, expressa por meio da permanência dos Estados Unidos como a única superpotência no mundo, representaria ainda a vitória da democracia liberal como o modelo a ser seguido pelos demais países. Não haveria mais inimigos como foi a União Soviética, que encarnava não apenas uma ameaça objetiva (geopolítica e militar), mas também a própria organização econômica e social.

Nesse sentido, a vitória do liberalismo, tal como vista por Fukuyama, carrega consigo a ideia de uma sociedade evolutiva, baseada no progresso constante e universal. A noção de uma “América vitoriosa” serviria para corroborar esse pressuposto de que o mundo caminharia para o que ele considera o passo adiante da evolução humana: a prevalência do sistema ocidental de governo e organização.

A tese do “fim da história”, entretanto, apresenta graves limitações. Uma delas é o foco estado-cêntrico, em que os Estados sozinhos delimitam o escopo das mudanças possíveis

no sistema internacional. Essa premissa, inclusive, permite expandir a crítica quanto ao surgimento de novas ameaças e problemas no pós-Guerra Fria. Podemos citar a organização de redes terroristas, o tráfico internacional de armas e drogas, e os conflitos étnicos e nacionalistas. Fukuyama parece ignorar a existência do mundo fora do embate Leste-Oeste, as suas peculiaridades e problemas que permaneceram ou foram acentuadas com o fim da Guerra Fria.

Outro autor importante para entender o contexto acadêmico e político do pós-Guerra Fria é Samuel Huntington (1993). Sua contribuição é lembrada principalmente pela previsão de que os conflitos dessa nova não seriam ideológicos ou econômicos, mas sim culturais. Huntington previa um “choque de civilizações”, em que os Estados permaneceriam como principais atores e formariam grandes blocos homogêneos que disputariam entre si a hegemonia no sistema.

O principal confronto – e de onde partem muitas críticas em relação às suas ideias – aconteceria entre o Ocidente e as demais civilizações, especialmente o que ele chama de mundo islâmico. Sua tese prevê diferenças culturais inconciliáveis, as quais seriam responsáveis por colocar civilizações umas contra as outras.

É possível perceber certo etnocentrismo em suas ideias, quando caracteriza o Ocidente como uma civilização homogênea e culturalmente evoluída em relação às demais. Para Huntington, da mesma forma que Fukuyama, haveria uma gradação no nível evolutivo das sociedades, e o Ocidente representaria o ponto máximo em que se encontra a humanidade atualmente. Além disso, sua obra faz uma conexão clara entre as grandes religiões do mundo com sua divisão civilizacional, tornando seu “choque de civilizações” ainda mais emblemático e preconceituoso.

Muito do pensamento desses dois autores será percebido nos discursos dos presidentes. Afinal, trata-se de um período de instabilidade na ordem que durou mais de

quarenta anos uma vez que o pós-Guerra Fria ainda precisava ser apreendido e reconstruído – a realidade precisaria ser reinterpretada e, da mesma forma, os significados passariam a deter formas distintas.

No período que se segue à queda do Muro de Berlim e ao fim da Guerra fria, surge um debate político nos Estados Unidos a respeito do papel que o país deveria atuar no mundo.

Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o pólo oriental do sistema internacional vigente até então. O conjunto da geometria do espaço global da Guerra Fria foi radicalmente alterado, fazendo com que as fronteiras ideológicas e geopolíticas desenhadas em Yalta e Potsdam perdessem significado. O fim da Guerra Fria acabou legando aos Estados Unidos a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia estratégica global, o que provocou um debate sobre a configuração de poder que se sucederia à dissolução da União Soviética (RESENDE, 2011, p.121)

Duas correntes destacam-se: a dos isolacionistas e a dos internacionalistas (PECEQUILO, 2005; RESENDE, 2011). A primeira defende um afastamento norte-americano das questões internacionais, especialmente de conflitos que não mais demonstravam caráter ideológico e, portanto, não necessitariam da presença dos Estados Unidos. O foco, de acordo com esse grupo, deveria ser doméstico, especialmente no que diz respeito à prosperidade econômica do país. Se o capitalismo e a democracia venceram, então a preocupação dos governantes deveria restringir-se a garantir que os Estados Unidos permanecessem como a maior economia do mundo, além de prover os recursos necessários para que sua população aumentasse seu bem-estar (PECEQUILO, 2005; RESENDE, 2011).

Os internacionalistas, ao contrário, enxergavam o fim da Guerra Fria como o momento ideal para os Estados Unidos exercerem seu papel de liderança do “mundo livre”. Para isso, seria necessária a formulação de uma nova estratégia, direcionada para os desafios do mundo de então. O fim da União Soviética e a unipolaridade representariam uma oportunidade única para os norte-americanos promoverem seus ideais e garantirem a consolidação de seu poder (PECEQUILO, 2005; RESENDE, 2011).

Nesse debate não houve necessariamente um vencedor. Os EUA não iriam abdicar de uma presença internacional que garantisse os recursos de sua grandeza e a satisfação de interesses nacionais. Da mesma forma, não era interessante manter uma estrutura que tinha como objetivo um inimigo que não mais existia. Os Estados Unidos viveram o período pós-Guerra Fria na busca de uma grande estratégia capaz de substituir a contenção. Apesar da permanência de elementos como a defesa do livre comércio e da democracia, havia grande dificuldade em estabelecer um “norte” para a política externa do país em relação aos desafios que a hegemonia impunha.

A presidência de George H. W. Bush, portanto, tem importância dupla: trata-se do último governo norte-americano da Guerra Fria, e também da administração em mundo considerado unipolar, marcado pela vitória norte-americana. Um dos polos do conflito que poderia ter dizimado a vida no planeta simplesmente deixou de existir com os acontecimentos do fim da década de 1980 e o início da década de 1990. Com isso, a centralidade da ameaça externa representada pela União Soviética se extinguiu. É esse mundo pós-Guerra Fria que o nosso trabalho busca compreender.

De acordo com Ambrose e Brinkley (1997), na prática não houve nenhuma mudança significativa na condução da política externa com o fim da Guerra Fria. A queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética teriam acontecido com uma desenvoltura tão inesperada que não seria possível propor uma nova forma de ver o mundo e lidar com a realidade de então. Nesse sentido, o governo Bush preocupou-se em manter a estabilidade do sistema adotando políticas similares ao seu antecessor: o apoio aos Contras na Nicarágua e à liberalização política na África do Sul, a continuação da SDI (*Strategic Defense Initiative*), entre outras. Com Gorbachev, Bush procurou estreitar relações a fim de manter-se informado e possivelmente influenciar a tomada de decisão de seu colega soviético – perpetuaram com

rapidez iniciativas de redução de armamento estratégico na Europa e de tropas em diversas regiões (AMBROSE; BRINKLEY, 1997; HAASS, 2009).

Apesar das perspectivas positivas quanto à paz e segurança internacional, dois conflitos emergiram menos de um ano depois do fim da Guerra Fria: a anexação do Kuwait pelo Iraque e a crise na Iugoslávia. Contudo, como veremos neste capítulo, Bush claramente optou por dar maior importância às tensões no Oriente Médio. Segundo Ambrose e Brinkley (1997), no caso da Iugoslávia, apenas sanções econômicas ocuparam a ordem do dia, na qual não se cogitou uma intervenção militar ou uso da força – a proximidade com os países do Leste Europeu, a falta de interesses claros e a ausência de recursos essencialmente estratégicos são apontados como possíveis justificativas.

A emergência de duas crises simultâneas em regiões distintas do globo possibilitou a percepção de que os Estados Unidos adotariam, pelo menos no curto prazo, uma estratégia de seletividade no pós-Guerra Fria (AMBROSE; BRINKLEY, 1997). Os conflitos não eram mais relacionados à garantia da sobrevivência norte-americana no sistema internacional, mas sim aos interesses dos Estados Unidos – o inimigo fixo que podia ser encontrado na imagem da União Soviética, ou “Império do Mal”, agora estava difuso e demandava uma análise prévia dos custos e benefícios e, portanto, da necessidade de construir uma ameaça e justificativa plausíveis à plateia norte-americana.

É nesse contexto que nossa análise focará as atenções na construção de uma América que busca garantir sua liderança no sistema internacional, baseada em princípios e valores universais. Em contraponto, a Guerra do Golfo, selecionada como “ameaça” à emergência da nova ordem, desponta como o principal foco de debate interno nos Estados Unidos e, conseqüentemente, nos discursos do presidente George H. W. Bush.

2.1 A “nova era mundial”

Em seu discurso inaugural e no primeiro discurso sobre o Estado da Nação, George H. W. Bush (1989a; 1989b) ainda lidava com um mundo dividido entre as duas superpotências e o conflito Leste-Oeste. No entanto, mesmo com o fim da Guerra Fria, o discurso do presidente mantém a noção de excepcionalidade norte-americana, e é recorrente seu apelo à necessidade de atuação dos Estados Unidos no sistema internacional: “*There is a new world of challenges and opportunities before us, and there’s a need for leadership that only American can provide*” (BUSH, 1990a, grifo nosso).

Sobre o mito da excepcionalidade, concordamos com o argumento de Resende:

Segundo o mito, o caráter excepcional americano seria o elemento que distinguiria a sociedade norte-americana do restante do mundo, permitindo-lhe, portanto, não se submeter, necessariamente, às mesmas regras, normas, valores e contingências históricas às quais outras nações foram submetidas. A reprodução do mito da excepcionalidade transmite e perpetua, nos imaginários nacionais, a ideia de que os Estados Unidos estariam mais preparados e qualificados a assumir responsabilidades que transcendem às fronteiras nacionais, e que suas instituições e sistemas políticos e sociais seriam os mais perfeitos e infalíveis. Para alguns críticos, no entanto, a noção de que a América seja diferente e única tem sido utilizada não somente para descrever e explicar suas ações, mas para racionalizá-las e legitimá-las. Apesar de já ter abandonado grande parte da representação de “povo eleito”, ainda sim é possível reconhecer naquele mito a apropriação de determinados significados próprios do puritanismo na articulação da representação da “América excepcional”. (2012, p.288).

Enquanto o debate político e intelectual buscava comparar os prós e contras das opções isolacionista e internacionalista, Bush manteve praticamente a mesma linha discursiva durante seu governo. As poucas mudanças dizem respeito à construção do período pós-Guerra Fria como um momento único a ser aproveitado pelos Estados Unidos e seus aliados para a promoção dos valores considerados centrais à nação norte-americana (1990a). Nesse sentido, a construção de um sistema livre é o traço marcante do período. “*We know what Works:*

Freedom Works. We know what's right: Freedom is right" (BUSH, 1989a, grifo nosso). "*The anchor in our world today is freedom (...). And freedom is at the very heart of the idea that is America*" (BUSH, 1990a, grifo nosso).

A liberdade para os norte-americanos é construída como uma ideia abrangente, uma vez que Bush não especifica claramente o que ele entende por um mundo livre (1990a); existe o apoio pela democracia e por mercados abertos e ligados à economia mundial, mas a promoção dessas ideias é relegada mais à noção de que uma evolução natural aconteceria com o fim da Guerra fria – sugerindo uma aproximação com o que defende Francis Fukuyama (1989) e a tese do “fim da história”.

A política externa norte-americana funciona com maior eficiência na esfera doméstica quando atrelada a algum tipo de valor moral e, em 1989, não havia bárbaros prestes a invadir os portões da civilização. Nesse sentido, a tese de fim da História forneceu algum arcabouço intelectual temporário – apesar de todas as suas fragilidades teóricas aparentes – em um período em que a administração carecia de uma visão e de um projeto estratégico amplo e coerente. A década de 90, portanto, inaugura um período de formulação de propostas de estratégias ancoradas em novas visões do sistema internacional, de possíveis conflitos, novas ameaças e inimigos novos ou ressurgidos (RESENDE, 2011, p.140).

O espaço deixado pela União Soviética permite uma abordagem mais generalizada das prioridades e das ameaças aos Estados Unidos (EDWARDS, 2008). Permanece um espírito de cautela, aliado a certo otimismo, em relação à URSS, justificado pelo desconhecimento quanto ao futuro soviético e a lembrança de que o armamento estratégico e convencional deste país continua existindo, apesar das mudanças políticas que se seguiram à queda do muro de Berlim e às reformas de Gorbachev (BUSH, 1990a).

Essa talvez seja a razão das demonstrações de apoio ao Secretário Soviético pelo presidente norte-americano. Bush preferia lidar com alguém com quem já tinha um relacionamento positivo e que não demonstrava recuar nas reformas, a fim de garantir um

processo que fosse visto pelo norte-americano como em direção à democracia e ao livre-mercado (AMBROSE; BRINKLEY, 1997; HAASS, 2009).

A noção de “chamado” faz parte do excepcionalismo norte-americano, e é constantemente resgatada por Bush: “*Some see leadership as high drama and the sound of trumpets calling, and sometimes it is that*” (1989a, grifo nosso) “*We Americans have only begun on our mission of goodness and greatness*” (BUSH, 1989b). É possível traçar um paralelo religioso na formação política dos Estados Unidos, pelo chamado discurso do “jeremiada”⁵ – como se o presidente fizesse um “sermão político”, o qual incluiria ideias cristãs à formulação da política externa e do papel dos Estados Unidos como nação: “*By the grace of God, American won the cold war*” (BUSH, 1992a). Esse discurso busca justificar as ações norte-americanas no mundo como fruto do desejo divino, guiados por razões baseadas na fé e não apenas nas relações comuns de poder terrenas (RESENDE, 2012). Essa justificativa tem o intuito de tornar os norte-americanos infalíveis, invencíveis, protegidos por Deus e livres da crítica humana, que não tem capacidade para entender desígnios superiores.

Da mesma forma, o discurso do presidente Bush emprega repetidamente razões morais para a definição das políticas de seu país: “*America is never wholly herself unless she is engaged in high moral principle*” (1989a). Os Estados Unidos agem por que são bons e certos, e essa caracterização é geralmente acompanhada de uma fundamentação universalista. A bondade, a certeza e a justiça são buscadas por todos os povos, e como os americanos têm essas qualidades, não precisam de mais nenhuma razão para agir: são um povo correto por natureza, destinados a liderar o mundo em direção ao progresso (BUSH, 1989a; 1991b).

O discurso de nação excepcional conecta-se ao da liderança. Por terem tal noção de si mesmos, os americanos se auto delegam a defesa de determinados ideais – que são transportados para toda a humanidade, uma vez que os consideram universais e certos –,

⁵ Para mais informações sobre a influência desse discurso na narrativa política norte-americana, consultar Resende (2012).

entendidos por uma noção básica: a liberdade. Os Estados Unidos são o “melhor amigo” da liberdade, e como seu povo atingiu a grandeza por serem livres, os outros povos também devem ter esse direito garantido pelos Estados Unidos (BUSH, 1989b; 1990a). No governo Bush, esse direito e proteção da liberdade não faz alusão específica à necessidade de transformar todos os outros regimes em democracias, afinal, como já afirmamos, existe uma crença de que isso aconteceria no longo prazo devido à noção de evolução constante do sistema internacional e da vontade humana. A promoção da democracia como política externa não se encaixa no discurso pós-Guerra Fria do presidente Bush, ainda cercado de generalizações e pela busca por uma grande estratégia – o que não elimina o apoio constante aos Estados que passam por reformas e adotam contornos políticos e econômicos mais liberais, como no caso do Leste Europeu (1989b).

O fim da Guerra Fria é construído constantemente como um marco fundamental na história da humanidade (BUSH, 1990a; 1991b). Uma das formas de facilitar a compreensão dessa divisão entre antes/depois é a comparação com o período pós-Segunda Guerra Mundial, a vitória dos aliados contra o eixo é resgatada como forma de aludir à autoproclamada vitória norte-americana no conflito Leste-Oeste. O discurso de Bush mostra isso com clareza ao lembrar que o pós-1945 definiu as referências e os termos que ajudaram a compreender todo o sistema internacional, o que se repete no que é chamado pelo presidente norte-americano de “Revolução de 89”:

Nineteen forty-five provided the common frame of reference, the compass points of the postwar era we've relied upon to understand ourselves. And that was our world, until now. The events of the year just ended, the Revolution of '89, have been a chain reaction, changes so striking that it marks the beginning of a new era in the world's affairs (BUSH, 1990a, grifo nosso).

Essa construção que marca dois períodos e exalta as características de importância e excepcionalidade é retomada por Bush em um termo mais genérico, e que viria a ser bastante

recordada e criticada, a ideia de uma “nova ordem mundial”. *“What is at stake is (...) a big idea: a new world order, where diverse nations are drawn together in common cause to achieve universal aspirations of mankind – peace and security, freedom, and the rule of law”* (BUSH, 1991b, grifo nosso). A noção de que uma nova era surgia no sistema internacional conecta-se novamente às ideias de excepcionalismo norte-americano, ao mesmo tempo em que proclama o “fim da história” – a era da liberdade e da democracia, um tempo sem rivais perceptíveis como havia sido o nazismo na Alemanha e o comunismo soviético. Nas palavras de Bush, “as portas da liberdade estariam abertas a partir daquele momento” e os princípios guiadores dessa nova era seriam muito claros: a democracia, o livre mercado e a liderança norte-americana (1990a).

De acordo com Joan Hoff (2008), a ideia de uma “nova ordem mundial” não era nova. Essa noção já teria sido usada por exemplos menos palatáveis à audiência norte-americana e à revelia do que pretendia o presidente Bush, uma vez que o termo pode ser encontrado nas ideias do pangermanismo alemão da década de 30 de Adolf Hitler sobre uma “nova ordem europeia”, e do expansionismo imperial japonês nesse mesmo período para uma “nova ordem” de prosperidade asiática. Ainda de acordo com a autora:

Indeed, Bush’s New World Order, while not a new concept in the history of American diplomacy, did contain one very dangerous facet: it showed that the United States could take action in the Middle East (and implicitly elsewhere) without the restraints that existed during the Cold War when there was superpower rivalry (HOFF, 2008, p.158).

Ao vencer a Guerra Fria, a superioridade dos Estados Unidos era percebida como a comprovação de que nenhum outro país seria capaz ou deveria se adiantar na liderança das questões internacionais – a partir do exemplo ou de forma mais assertiva, como será visto mais à frente (1992a).

For two centuries, America has served the world as an inspiring example of freedom and democracy. For generations, America has led the struggle to preserve and extend the blessings of liberty. And today, in a rapidly changing world, American leadership is indispensable. Americans know that leadership brings burdens and sacrifices. But we also know why the hopes of humanity turn to us. We are Americans; we have a unique responsibility to do the hard work of freedom. And when we do, freedom works (BUSH, 1991b, grifo nosso).

A alusão ao passado também acontece quando o presidente Bush retoma um discurso do ex-presidente Truman no qual este afirma que a liderança norte-americana seria essencial para o fim do comunismo no mundo (1990a). Os Estados Unidos teriam sido os defensores da democracia desde o fim da Segunda Guerra Mundial com a vitória dos aliados sobre os países do eixo, quando assumiram seu papel na conformação do mundo ocidental e como exemplo a ser seguido pelos demais países: “*But we are the United States of America, the leader of the West that has become the leader of the world*” (BUSH, 1992a).

2.1.1 A Guerra do Golfo

A invasão do Kuwait pelo Iraque representou uma inflexão, mesmo que momentânea, na política externa do governo Bush (PECEQUILO, 2005). A indefinição representada pelo vácuo deixado pela União Soviética foi temporariamente ocupada pela rapidez ao responder à invasão como um atentado não apenas ao Kuwait, mas a todos os países do Golfo, e à própria estabilidade e paz que existiria no sistema internacional.

Cabe notar que, apesar da forma como os Estados Unidos construíram a invasão iraquiana – baseada em atos cruéis e irracionais –, sinais de tensão já eram vistos na região anos antes da anexação do Kuwait. De acordo com Glain (2011), o Congresso norte-americano teria adotado sanções à aquisição de equipamentos e tecnologia sensíveis pelo

governo do Iraque ainda em 1988. No contexto regional, a Guerra Irã-Iraque teria tornado o governo de Saddam Hussein endividado com diversos países da região, especialmente os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait.

Saddam Hussein justificou a invasão do pequeno país ao sul do Iraque com base na necessidade de garantir que os kuwaitianos respeitassem o preço e o nível de produção de petróleo estabelecido pela OPEP, além de afirmar que o vizinho estaria roubando esse mesmo recurso de seu território (GLAIN, 2011). Para o governo norte-americano, contudo, a anexação iraquiana representaria ameaças claras: o controle de uma região rica em petróleo e a perspectiva de um Iraque poderoso o suficiente para subjugar seus vizinhos e adquirir armas de destruição em massa capazes de serem lançadas contra aliados dos Estados Unidos (especialmente a Arábia Saudita e Israel). Quando o Iraque ocupa a atenção dos Estados Unidos nas preocupações relacionadas à segurança e defesa nacional, a exaltação norte-americana fica menos genérica e busca fazer um contraponto à construção de um inimigo externo – que tem um “rosto” distinto para quem se dirigem as palavras de conformação do “Outro”.

A reação de George Bush foi buscar a criação de uma coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos e aprovada pelas Nações Unidas a fim de fazer com que Saddam Hussein retirasse suas tropas do Kuwait e aderisse às resoluções aprovadas na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança⁶. Cabe lembrar que o momento de transição por que passava a União Soviética facilitou a barganha política para aprovação das resoluções nas Nações Unidas – Gorbachev precisava de apoio e evitava a confrontação, especialmente por receber ajuda financeira ocidental (HOFF, 2008). Em um primeiro momento, o objetivo norte-americano foi garantir a integridade e a segurança da Arábia Saudita, país que a administração

⁶ Especificamente as Resoluções 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674 e 677.

Bush considerava estratégico para os interesses dos EUA e mais ameaçado pela presença iraquiana no Kuwait devido à movimentação de tropas na região.

No dia 07 de agosto de 1990, os Estados Unidos então enviaram um enorme contingente para a Arábia Saudita na chamada Operação “*Desert Shield*”⁷ (Escudo no Deserto). Como próprio nome diz, buscava-se impossibilitar a invasão iraquiana do território saudita, assim como uma demonstração de força do poderio norte-americano ao deslocar número tão grande de efetivo militar para uma região tão distante do país. Ainda assim, o governo iraquiano permaneceu no Kuwait e não atendeu às exigências previstas nas resoluções da ONU. Segundo Haass (2009), essa doutrina pregava o uso maciço de tropas para conflitos rápidos e com objetivos estabelecidos previamente. A operação “*Desert Shield*” bem como as demais ações militares posteriores foram empregadas com base na chamada Doutrina Powell. Colin Powell, de quem a doutrina empresta seu nome, havia lutado na Guerra do Vietnã e defendia a emprego de força norte-americana somente em conflitos nos quais a vitória militar pudesse ser planejada e desferida rapidamente – ao contrário do “trauma” causado pelo conflito no sudeste asiático, no qual os norte-americanos obtiveram derrotas militares e políticas. Além disso, essa doutrina previa que as tropas deveriam ser enviadas de pronto e em quantidade suficiente a cumprir os objetivos previstos, ou seja, mesmo com a superioridade tecnológica os Estados Unidos deveriam preocupar-se em ter certeza de que sairiam vitoriosos quaisquer que fossem as necessidades impostas (HAASS, 2009).

Dessa forma, os Estados Unidos conseguiram a aprovação da Resolução 678⁸, que permitia o uso da força para retirar as forças armadas de Saddam Hussein do Kuwait. Foi dado um ultimato: até o dia 15 de fevereiro de 1991, as tropas iraquianas deveriam sair do país vizinho e Hussein deveria aceitar todas as exigências feitas pela organização

⁷ Mais de 500.000 soldados foram enviados.

⁸ Disponível em <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3b00f16760.html>>. Acesso em 18 nov 2012.

internacional. Findo o prazo, os Estados Unidos iniciaram no dia 17 de fevereiro de 1991 a operação “*Desert Storm*” que expulsou os iraquianos do Kuwait em aproximadamente 100 horas de combate, além de destruir parte considerável das forças de Saddam Hussein. A ação foi guiada por quatro pontos, de acordo com o presidente Bush (1990b):

Four simple principles guide our policy. First, we seek the immediate, unconditional, and complete withdrawal of all Iraqi forces from Kuwait. Second, Kuwait’s legitimate government must be restored to replace the puppet regime. And third, my administration, as has been the case with every President from President Roosevelt to President Reagan, is committed to the security and stability of the Persian Gulf. And fourth, I am determined to protect the lives of American citizens abroad.

De fato, as forças armadas iraquianas foram reduzidas ao menor número que se tinha notícia durante o governo de Saddam Hussein (apesar de não totalmente destruída) e o Kuwait foi “libertado” e seu governo anterior reconduzido ao poder (HAASS, 2009). No entanto, não é possível afirmar que a região tenha se tornado mais estável e pacífica, ou mesmo que os princípios de “liberdade” e “democracia” tenham se convertido em premissas para a ação política dos governantes – veremos na próxima seção como foi explicado o conflito com o Iraque e, especialmente, como Saddam Hussein ocupou o lugar de destaque como maior ameaça à ordem internacional.

Glain (2011) afirma que apesar do otimismo relacionado à rápida vitória militar, os objetivos políticos não teriam sido todos cumpridos. O autor ressalta que a falta de incentivos à formação de instituições e arranjos regionais e não apenas *ad hoc* que pudessem promover a democracia e evitar novos conflitos é um dos principais apontamentos nesse sentido. A destruição da infraestrutura do país e o levante dos curdos com violenta repressão iraquiana – da qual os Estados Unidos se abstiveram militarmente e não intervieram – são outras consequências negativas da Guerra do Golfo. Segundo Ambrose e Brinkley,

Hussein put down the Kurd and Shi’a revolt with brutal and bloody efficiency. The American-led coalition, which had sprung to the defense of

Kuwait, watched as Iraqi helicopter gunships and artillery devastated the rebels. The U.N. embargo against the sale of Iraqi oil continued, as did other economic sanctions, and the United States helped European nations establish refugee camps for the Kurds (nearly 2 million of them were made homeless), but there was no military response. (1997, p.396).

Apesar do fim das hostilidades, tropas norte-americanas permaneceram na Arábia Saudita sob a alegação de defender o país caso Saddam Hussein voltasse a atacar algum vizinho. Ficou ainda decidido que dois paralelos definiriam a zona de restrição aérea no Iraque, além do pagamento ao Kuwait e aos Estados Unidos e aliados relacionados à compensações de guerra (HAASS, 2009).

2.1.2 A construção da ameaça iraquiana

O presidente Bush faz uma ligação direta entre a intervenção no Iraque e o que ele chama de desafios de uma nova era. O que estaria em jogo não seriam apenas a integridade e a soberania de um pequeno país asiático, mas a própria “nova ordem mundial”. Busca-se transmitir a noção de moralidade universal, de ataque aos princípios que definem a humanidade e, por conseguinte, deveriam ser condenados por todos.

*As Americans, we know that there are times when we must keep step forward and **accept our responsibilities to lead the world away from the dark chaos of dictators**, toward the brighter promise of a better day. Almost **50 years ago** we began a long **struggle against aggressive totalitarianism**. Now we face **another defining hour** for America and the world (BUSH, 1991b, grifo nosso).*

A vitória na Guerra Fria não seria apenas dos Estados Unidos, mas de toda a humanidade. E a liderança norte-americana no confronto com a União Soviética teria resultado em uma Europa livre e sem divisões. Essa atuação é então transposta ao pedido dos

Estados Unidos de serem apoiados nas sanções ao governo de Saddam Hussein pela invasão e anexação do Kuwait. Há nesse momento, uma elevação do discurso moral com a separação específica entre bem e mau – o povo norte-americano, guiado por princípios maiores que seus interesses, buscaria a confrontação com a personificação do mau (Saddam Hussein) pelo bem maior da liberdade e do que é bom no mundo.

Por esse motivo, os Estados Unidos se colocam à frente dos demais e “aceitam” a responsabilidade de liderar o mundo contra o caos que ditadores como Saddam Hussein poderiam infringir ao mundo – em uma nova era de transformação positiva, evolução e direção rumo à democracia e a ideais mais nobres. Outro binômio que se encaixa nessa construção é o de garantia da ordem, da manutenção da previsibilidade que o fim da Guerra Fria trouxe (apesar da mudança de status quo nas relações internacionais e no equilíbrio de forças causado pela dissolução da União Soviética).

Dessa forma, Saddam Hussein encarnaria uma irracionalidade típica de regimes totalitários e ditatoriais. De acordo com Bush (1991b), ditadores como Hussein seriam agressivos por natureza e não se intimidariam facilmente por que não levariam em conta o bem-estar de suas populações ou princípios considerados universais pela humanidade. A ambição por mais poder, exemplificado pela agressão a um “pequeno e indefeso” país como Kuwait demonstraria as expectativas em relação a esse tipo de governante. Para atingir seus objetivos, que são egoístas e apenas pessoais, Saddam Hussein não hesitaria, portanto, em fazer qualquer coisa que estivesse ao seu alcance, inclusive usar armas de destruição em massa – independentemente do sofrimento que venha a causar: “(...) *this brutal dictator will do anything, will use any weapon, will commit any outrage, no matter how many innocents suffer*” (BUSH, 1991).

Essa construção negativa de um sujeito irracional e levado a agir pelo impulso egoísta de garantir seus interesses também é dirigida para demonstrar a ameaça contra países

vizinhos, especialmente a Arábia Saudita e, proximamente, Israel – ambos aliados norte-americanos na região (BUSH, 1990b; 1991b). Saddam Hussein atuaria indefinidamente até que fosse impedido, de acordo com a justificativa norte-americana de se envolver na região. Além disso, não se poderia permitir que em uma era de otimismo e liderança norte-americana o caos reinasse em uma região estratégica para os Estados Unidos, rica em petróleo e onde viria boa parte da importação norte-americana do produto.

Como forma de ressaltar as características negativas de Saddam Hussein, é possível encontrar novo resgate histórico similar aos supracitados no discurso de Bush (1990b): o presidente iraquiano agiria da mesma forma que Adolf Hitler nas ações prévias ao início da Segunda Guerra Mundial, atacando rasteiramente e sem ser provocado seus vizinhos próximos. A comparação não é explícita, mas é corroborada pela alusão à forma com que Saddam teria iniciado sua ofensiva, parecido com o estilo de Hitler, no que é conhecido como “blitzkrieg”.

*Less than a week ago, in the early morning hours of August 2d, Iraqi Armed Forces **without provocation or warning**, invaded a peaceful Kuwait. Facing negligible resistance from its much smaller neighbor, **Iraq's tanks stormed in blitzkrieg fashion** through Kuwait in a few short hours (BUSH, 1990b, grifo nosso).*

Outra forma de verificar a plausibilidade dessa análise é pela constatação de que Saddam Hussein não poderia ser confiado por ter mentido quanto a uma promessa feita anteriormente de que não atacaria o Kuwait ou qualquer outro vizinho – similar ao acordado entre autoridades britânicas e Adolf Hitler, o que também não foi cumprido: “*This aggression came just hours after **Saddam Hussein specifically assured numerous countries in the area that there would be no invasion**. There is no justification whatsoever for this outrageous and brutal act of aggression*” (BUSH, 1990b, grifo nosso); “*Only 14 days ago, Saddam Hussein **promised his friends he would not invade Kuwait**. And 4 days ago, he **promised the world he***

would withdraw. And twice we have seen what his promises mean: **His promises mean nothing**” (BUSH 1990b, grifo nosso).

Com um resgate ainda mais intenso, a agressividade de Saddam é diretamente ligada aos acontecimentos da década de 1930 que resultariam na eclosão da Segunda Guerra Mundial. “*But if history teaches us anything, it is that we must resist aggression or it will destroy our freedoms. Appeasement does not work. As was the case in the 1930’s, we see in Saddam Hussein an aggressive dictator threatening his neighbors*” (BUSH, 1990b, grifo nosso).

A intervenção norte-americana é posteriormente justificada por uma construção do Iraque como país capaz de impor sua vontade por meio da força. O presidente Bush afirma que o Iraque é um país rico e poderoso, detentor do quarto maior exército do mundo e de grandes reservas de petróleo – o que tornaria economicamente possíveis os planos de manutenção de um grande exército bem como de compra de armamento e desenvolvimento de armas estratégicas (BUSH, 1990b).

O conjunto das construções negativas em torno de Saddam Hussein, da possibilidade do uso de sua força contra vizinhos “pacíficos e indefesos” e também contra aliados estratégicos norte-americanos, contribui para a criação da iminência quanto à necessidade de agir (1990b; 1991a).

We succeeded in the struggle for freedom in Europe because we and our allies remain stalwart. Keeping the peace in the Middle East will require no less. We’re beginning a new era. This new era can be full of promise, and age of freedom, a time of peace for all peoples (BUSH, 1990b, grifo nosso).

O Iraque constituiria uma ameaça muito grande à “nova ordem mundial” e a tudo o que ela representa, por isso os Estados Unidos deveriam resistir à ameaça representada pela invasão de Saddam Hussein ou estariam permitindo que essa agressão destruísse a liberdade que adviria da nova era que se vivia: “*The terrible crimes and tortures committed by*

*Saddam's henchmen against the innocent people of Kuwait are an **affront to mankind and a challenge to the freedom of all***” (BUSH, 1991a, grifo nosso). A invasão ao Kuwait é construída não apenas como um conflito interestatal, um problema entre dois países, mas como uma questão global, que envolveria a humanidade pelo que estaria em jogo: a garantia do que é certo e justo, expresso por meio da ideia de liberdade.

A construção da ameaça atinge um ponto crítico quando o presidente Bush alerta para a possibilidade do Iraque possuir armas nucleares – além das comprovadamente existentes armas químicas: “*While the world waited, Saddam sought to add to the chemical weapons arsenal he now possesses, and infinitely more dangerous weapon of mass destruction – a nuclear weapon*” (BUSH, 1991a). O tom do discurso busca aumentar o grau de perigo decorrente da inação. A espera do mundo pelo recuo de Saddam Hussein só aumentaria a credibilidade de sua ameaça aos países vizinhos, e o permitiria adquirir armamento potencialmente mais destruidor.

No discurso sobre a Operação “*Desert Storm*”, Bush usa repetidamente a frase “Enquanto o mundo esperava” com o intuito de enfatizar a necessidade de agir (e justificando a ação militar ao mesmo tempo, uma vez que a ação já havia sido aprovada e estava em curso) (1991a). Nessa ênfase de agir pela urgência, o presidente norte-americano faz um movimento de exaltação da maldade de Saddam, como se o presidente iraquiano tivesse feito ele mesmo as brutalidades expostas por Bush: “*While the world waited, **Saddam Hussein systematically raped, pillaged, and plundered** a tiny nation, no threat to his own. He subjected the people of Kuwait to unspeakable atrocities – and among those maimed and murdered, innocent children*” (1991a, grifo nosso).

Na mesma linha de criar um sujeito e um contexto que se despregam da racionalidade e da bondade inerentes aos humanos (em que crêem os ocidentais), a invasão de Saddam Hussein é construída como uma ameaça às economias do “Terceiro Mundo”, às democracias

do Leste Europeu, e ao mundo inteiro, inclusive à economia dos Estados Unidos – essa afirmação é possivelmente a mais genérica de todo esse discurso, uma vez que busca incluir na plateia (aqueles a quem o discurso se dirige) praticamente qualquer indivíduo. *“While the world waited, while Saddam stalled, more damage was being done to the fragile economies of the Third World, emerging democracies of Eastern Europe, to the entire world, including our own economy”* (BUSH, 1991a). O presidente Bush mistura razões políticas e econômicas à justificativa de agir, e refaz a conexão com o contexto de democratização e “nova ordem mundial” de discursos anteriores.

Neste mesmo discurso é possível enxergar um elemento de radicalização entre os principais sujeitos envolvidos em nossa análise por meio do binômio civilizado/selvagem – e que viria a ser repetido por Bill Clinton, mas usado principalmente por George W. Bush na construção da “Guerra ao Terror”, como veremos mais à frente.

This is an historic moment. We have in this past year made great progress in ending the long era of conflict and cold war. We have before us the opportunity to forge for ourselves and for future generations a **new world order – a world where the rule of law, not the law of the jungle, governs the conduct of nations.** When we are successful – and we will be – we have a real chance at this **new world order**, an order in which a credible United Nations can use its peacekeeping role to fulfill the promise and vision of the U.N. founders. (BUSH, 1991a, grifo nosso).

A dicotomia é expressa pela comparação da “nova ordem mundial”, de vitória da democracia e do “reino da justiça”, com a selvageria de ditadores como Saddam Hussein e sua “lei da selva”. No discurso do presidente norte-americano, a negativa iraquiana em aceitar as resoluções das Nações Unidas apenas comprovaria essa tese, porquanto a própria vontade norte-americana coincidiria com a desta organização.

De acordo com Bush (1990b; 1991a; 1991c), não se poderia esperar uma reação distinta de Saddam Hussein, afinal, trata-se de um ditador que age por meio da brutalidade contra seu próprio povo, desrespeita o direito internacional e não cumpre as promessas que

faz. Saddam é irracional e mau, portanto, os crimes e torturas cometidos por “ele” são uma afronta a toda a humanidade e um desafio à liberdade de qualquer indivíduo. Essa suposição reafirma a universalidade discursiva norte-americana em colocar o certo/errado como princípio de atuação e justificativa para agir. Não é o interesse dos Estados Unidos que contaria, mas exigências morais determinadas pela própria humanidade.

Em seu antepenúltimo discurso especificamente voltado às ações militares contra o Iraque, o presidente é mais objetivo e apenas reafirma as exigências feitas em outras oportunidades (BUSH, 1991c). Ressalta a base jurídica da ação norte-americana e os esforços diplomáticos de seu país para evitar o uso da força para retirar Saddam do Kuwait. A ideia da urgência reaparece quando se afirma que Saddam Hussein está ainda mais empenhado em seus atos irracionais e só busca um objetivo, o de destruir completamente o Kuwait e seu povo: “(...) *what we have seen is a redoubling of Saddam Hussein’s efforts to destroy completely Kuwait and its people*” (BUSH, 1991c). Dessa vez, a lembrança da ação “certa e justa” não é colocada como inerente aos norte-americanos, mas a todos os países pertencentes à coalizão no ataque às tropas iraquianas – o que reforça a fronteira do amigo/inimigo entre aqueles que apoiam a ação norte-americana (os que estão dentro do bloco ocidental e compartilham os mesmos princípios universais), e Saddam Hussein (que representa o não-ocidental irracional, inimigo da liberdade, da moralidade cristã ocidental etc.).

O penúltimo discurso de Bush (1991d) também se destaca pela objetividade, mas tem um foco distinto. Aborda-se Saddam como um sujeito covarde e manipulador; uma vez tendo sido derrotado pela coalizão liderada pelos Estados Unidos, o presidente iraquiano teria se retirado por vontade própria e não pela necessidade que o conflito lhe impusera. O presidente dos Estados Unidos aproveita essa distorção feita por Saddam Hussein para lembrar que este não tem credibilidade, e qualquer tentativa de aceitar facilmente as resoluções da ONU

em um momento crucial para a eliminação das tropas iraquianas só serviria para permitir que Saddam reagrupasse suas tropas e atacasse novamente no futuro.

*Saddam's most recent speech is an outrage. **He is not withdrawing. His defeated forces are retreating.** He is trying to claim victory in the midst of a rout, and he is not voluntarily giving up Kuwait. **He is trying to save the remnants of power and control in the Middle East by every means possible** (BUSH, 1991d, grifo nosso).*

Bush reafirma seu compromisso com a estratégia colocada no início do conflito: acabar totalmente com a possibilidade de mobilização das tropas iraquianas naquele momento e no futuro, baseado na Doutrina Powell de emprego completo das forças. De acordo com o presidente norte-americano (BUSH, 1991d), Saddam Hussein tinha que aprender as consequências de sua agressão, além de afirmar que o presidente iraquiano agia de forma patológica – ou seja, além de irracional, Saddam teria atacado o Kuwait movido por um desejo doentio de destruir seu vizinho, o que ignora qualquer premissa de cálculo racional e objetivos políticos.

Bush ainda afirma que não atacará nenhum soldado em retirada com a condição de que esteja desarmado – da mesma forma que não hesitará em atacar qualquer um que apresente condição de combate, mesmo em retirada. *“As we announced last night, we will not attack unarmed soldiers in retreat. We have no choice but to consider retreating combat units as a threat and respond accordingly. Anything else would risk additional United States and coalition casualties”* (BUSH, 1991d). De acordo com Haass (2009), o presidente norte-americano não cumpriu sua promessa e houve ataques contra homens das forças armadas de Saddam Hussein independentemente de portarem armas ou não na retirada.

No discurso final de Bush sobre a Guerra do Golfo predomina a exaltação da coalizão (especialmente os Estados Unidos) no combate contra as forças iraquianas (BUSH, 1991e). O universalismo é traço marcante, uma vez que a vitória é considerada não dos EUA, mas das Nações Unidas, de toda a humanidade, e especialmente daqueles princípios pelos quais

estariam lutando inicialmente, como a justiça e “o que é certo”: “*No one country can claim this victory as its own. It was not only a victory for Kuwait but a victory for all the coalition partners. This is a victory for the United States, for all **mankind**, for the **rule of law**, and for **what is right***” (BUSH, 1991e, grifo nosso).

É interessante notar que Saddam Hussein só é citado uma única vez, o que levanta a hipótese de que o presidente norte-americano abdicou da personalização do conflito (uma vez já terminado) e passou a se dirigir novamente ao Iraque como nação, de forma genérica. “*At every opportunity, I have said to the people of Iraq that our quarrel was not with them but instead with their leadership and, above all, with Saddam Hussein. (...) You, the people of Iraq, are not our enemy*” (BUSH, 1991e). Isso é corroborado pela afirmação de Bush de que todo o conflito ocorreu apenas contra Saddam Hussein e não o povo iraquiano – apesar da obviedade do contrário, uma vez que um conflito interestatal é feito entre as forças armadas dos países envolvidos e não entre seus líderes diretamente (a não ser no plano da retórica e, possivelmente, na diplomacia).

A Guerra do Golfo e a emergência de novos focos de conflito demonstraram que a “nova ordem mundial”, ao contrário de estabelecer um mundo rumo ao progresso constante e o fim das guerras, necessitava de uma análise menos retórica e mais atenta às transformações da época. Como afirma Pecequillo (2005), a invasão do Kuwait pelo Iraque demonstra que o “fim da história” ainda estava longe e que o mundo não caminhava em direção a uma ideologia estanque e puramente ocidental.

George Bush aprenderá essa lição de uma maneira dura, ao tentar a reeleição no ano de 1992 e ser derrotado pelo candidato democrata, Bill Clinton. Analisaremos brevemente a seguir as razões que levaram à eleição de Clinton e, posteriormente, as percepções da presidência democrata das mudanças no sistema internacional.

2.2 O governo Clinton

William J. Clinton tornou-se o quadragésimo-segundo presidente norte-americano com uma agenda muito clara: o foco nas questões domésticas, especialmente a recuperação da economia, a diminuição dos déficits de seu país e a criação de novos empregos.

De acordo com Jones (1998), Clinton era um político ambicioso, que focava sua atuação nos relacionamentos interpessoais e no contato direto com o público. Isso o teria ajudado a construir uma imagem de homem comum norte-americano, capaz de entender as dificuldades do típico cidadão de classe média. Além disso, Bill Clinton teria se aproveitado da imagem oposta de seu antecessor, constantemente lembrado como um governante da “política externa” em detrimento das questões domésticas e dos problemas econômicos (HAASS, 2009).

Outro fato importante para determinar a vitória de Clinton foi a expressiva votação recebida pelo candidato independente, o bilionário texano Ross Perot. Este recebeu 19% dos votos, enquanto Bush, que tentava a reeleição, obteve 37%; dessa forma, Bill Clinton conseguiu a marca de 44% (AMBROSE; BRINKLEY, 1997; PECEQUILO, 2005). De acordo com Pecequilo (2005), Clinton não “preocupou-se em esconder seu desinteresse em lidar com questões internacionais, enfatizando a necessidade de serem revertidas as prioridades norte-americanas do interno para externo.” (p.308).

Ainda segundo a autora, a política externa deveria buscar a promoção da economia norte-americana; por isso, tornou-se famoso o slogan “É a economia, estúpido!”, extraído de uma frase proferida por Clinton durante a campanha presidencial para demonstrar o foco de suas atenções. Para o Departamento de Estado, foi escolhido Warren Christopher, que, de

acordo com Pecequillo (2005), era visto com ressalvas e exemplo de que Clinton não teria interesse em política externa como seu antecessor ou não envidaria esforços para criar novas formas de atuação norte-americana no sistema internacional. O outro nome relacionado à política externa foi de Anthony Lake, que ocupou o cargo de Assessor de Segurança Nacional durante os dois mandatos de Clinton e foi responsável pela Estratégia de Segurança Nacional de seu governo.

2.2.1 O papel da América

Em seu discurso inaugural, em janeiro de 1993, Clinton (1993a) exalta qualidades do povo norte-americano da mesma forma que seu antecessor, ligando-as à excepcionalidade dos Estados Unidos. Conjuntamente à retomada do discurso similar a um sermão político, Clinton faz ligações diretas entre o papel que seu país tem na condução do “mundo livre e democrático”, da mesma forma como seus antecessores fizeram em momentos decisivos como a Guerra Civil e a Grande Depressão: *“From our Revolution to the Civil War, to the Great Depression, to the civil rights movement, our people have always mustered the determination to construct from these crises the pillars of our history.”* (CLINTON, 1993a).

É interessante notar que o otimismo presente nos discursos de George Bush são atenuados; os Estados são grandes e têm oportunidades únicas, mas o que está “lá fora” ameaça a construção desse mundo similar à ordem interna, pautada pela liberdade. Nesse primeiro contato com sua audiência, Clinton ignora qualquer especificidade relacionada ao ambiente externo, apesar de qualifica-lo como perigoso e instável – o período inicial de sua gestão, inclusive, será marcado pelas generalizações na definição dos objetivos políticos e de

uma grande estratégia para a política externa dos Estados Unidos: “*Today, as an older order passes, the new world is more free but less stable*”. (CLINTON, 1993a).

No mês seguinte, em seu primeiro discurso sobre o Estado da Nação, Clinton (1993b) demonstra manter a mesma linha perseguida durante sua campanha presidencial. Explica com detalhes como pretende reanimar a economia norte-americana e expõe durante quase todo seu discurso as suas preocupações com os temas domésticos. A falta de ameaças externas claras aos Estados Unidos é expressa pela exclusão dos temas de política externa neste discurso, que apesar de longo, aborda timidamente essa agenda (RESENDE, 2011). Os poucos detalhes perceptíveis, ainda que gerais, tratam novamente do período pós-Guerra Fria como um “momento histórico”, no qual os Estados Unidos são chamados a assumir o papel de líder desse “novo mundo”.

Outro ponto interessante abordado, e mesmo assim ligado às questões econômicas, é da reestruturação das forças armadas e do orçamento de Defesa do país. Na mesma linha do debate dos isolacionistas versus os internacionalistas, haveria um questionamento quanto à necessidade de manter o alto investimento em tecnologia e inovação militar uma vez que o perigo representado pela União Soviética não mais existia. Clinton defende a redução desse orçamento, mas é reticente em explicar como isso seria feito ao afirmar que a preeminência do poder norte-americano ainda dependia de forças armadas capacitadas a fim de defender os interesses de seu país – ao mesmo tempo em que expande a agenda de segurança do período: “*As we restructure our military forces to meet the new threats of the post-cold-war world, it is true that we can responsibly reduce our defense budget*”. (CLINTON, 1993b).

Segundo Resende (2011), Clinton teria buscado o que se chamou de “engajamento seletivo”, em que os Estados Unidos buscariam intervir e atuar somente quando considerasse seus interesses ameaçados. Contudo, a autora apresenta problemas no que tange à sua execução: em primeiro lugar, seria muito prática e careceria de um elemento típico da política

externa norte-americana que é o idealismo; em segundo lugar, essa seletividade suporia a falta de ação do país em relação à maioria dos conflitos; em terceiro, essa doutrina não determinaria claramente o que deveria ser considerado interesse nacional, o que impedia a identificação mais clara de onde o país deveria atuar; e, por fim, o “engajamento seletivo” se provaria falso na prática, uma vez que o governo de Clinton pautou-se por intervenções diretas em distintas situações, como veremos neste capítulo.

As críticas ao presidente tornaram-se mais contundentes em relação à falta de uma estratégia clara para os Estados Unidos no pós-Guerra Fria. Clinton discursava sobre a transformação das novas ameaças, mas não deixava claro onde elas se encontravam ou qual sua natureza. Temendo perder o apoio político obtido em sua eleição, Bill Clinton demandou aos seus Secretários, em especial Anthony Lake, que organizasse uma nova estratégia para os Estados Unidos, a qual viria a ser publicada em julho do ano seguinte com o nome de “*National Security Strategy of Engagement and Enlargement*”.

Segundo Resende (2011), a nova estratégia para política externa do governo Clinton pautava-se no que seria conhecido como “estratégia da primazia”. Cesar Guimarães (2002) explica que a primazia prevê a manutenção da hegemonia norte-americana por meio da intimidação de possíveis inimigos e ameaças. Por isso, certos princípios e valores considerados estratégicos para a perpetuação de um sistema livre e democrático deveriam ser defendidos a qualquer custo, como a democracia e o livre-comércio.

Dessa forma, o presidente norte-americano buscava responder as críticas de que não se importava com questões internacionais.

Whereas the thrust of the Powell Doctrine was to wage war only when clear national security interests were at stake, Albright regarded the military as a king of Swiss Army knife of statecraft: it could be used to punish America's enemies but also repair societies broken by war or terrorized by oppressive regimes. For the military's new generation of missions, there was a new fashion of code names. In contrast to the austere Husky, Torch, and Overlord of a bygone era, U.S. troops would now Provide Comfort, Restore Hope, and Uphold Democracy. Even trade promotion, once the purview of

U.S. chambers of commerce, was added to the Pentagon's expanding business lines. The nation's forward deployments were no longer about checking the Soviet evil but about spreading the gospel of Clinton-era neoliberalism. (GLAIN, 2011, 355).

De qualquer forma, segundo Haass (2009), o que se viu nos anos seguintes de seus dois mandatos foi uma presença internacional além do que se esperaria de Clinton, uma vez que os Estados Unidos estiveram envolvidos na Somália, no Haiti e nos Balcãs, por exemplo – além de bombardearem o Iraque e se defrontarem com uma agenda que colocava o terrorismo transnacional como uma das maiores ameaças a serem enfrentadas pelo país nas próximas décadas.

2.2.2 Os casos da Somália e do Haiti

No primeiro mandato de Bill Clinton, as situações de Haiti e Somália foram as que chamaram mais atenção em relação à política externa. Ainda no início de 1993, o presidente norte-americano fazia dois discursos referentes à atuação das forças norte-americanas que atuavam sob a bandeira das Nações Unidas por razões humanitárias (1993c; 1993d).

Inicialmente, o que se pode apreender do discurso de Clinton é a continuação da mesma linha de seu antecessor para questões externas – com exceção de Saddam Hussein e o Iraque. O mundo passaria naquele momento por uma mudança sistemática de ordenamento com o fim da Guerra Fria e a vitória norte-americana significaria a perpetuação de seus princípios naturalmente. Assim, inicialmente não há tentativa de construir um inimigo ou de detectar alguma ameaça à segurança nacional, até mesmo pelo caráter da atuação norte-americana, basicamente uma missão multilateral voltada à garantia de objetivos humanitários – no caso somali, essencialmente as condições decorrentes da fome e da desordem causada

por grupos paramilitares: *“Hundreds of thousands of people were starving; armed anarchy ruled the land and the streets of every city and town.”* (CLINTON, 1993c).

Assim como George Bush, Clinton exalta o multilateralismo como prática de política externa⁹: *“You have demonstrated that the world is ready to mobilize its resources in new ways to face the challenges of a new age. And you have proved yet again that American leadership can help to mobilize international action to create a better world”*. (CLINTON, 199c). O papel de liderança norte-americana no pós-Guerra Fria é facilitado pela ausência de adversários políticos em organizações internacionais como as Nações Unidas; a percepção pelos demais Estados da vitória norte-americana é acompanhada pelo apoio, mesmo que tácito em alguns casos, que se traduziria em coalizões e forças multilaterais de paz. De qualquer forma, é importante entender que mesmo pela via multilateral, os Estados Unidos não abrem mão de liderarem; a nova ordem pode ser multilateral, contanto que conduzida pelos norte-americanos: *“(…) but we are, and we must continue to be, the world’s leader. That is the job of the United States of America.”* (CLINTON, 1993c).

A ausência de um inimigo comum e claro ao mundo ocidental deixa a questão do *inside/outside* bastante fluida, como pode ser percebido na expansão da OTAN, no apoio às democracias emergentes do Leste Europeu e na falta de embate político realmente decisivo contra as decisões norte-americanas nas principais instituições internacionais (HOFF, 2008). O pressuposto mais claro dessa divisão entre interno e externo é relacionado, novamente em uma continuidade do discurso de George Bush, pelo binômio ordem/caos-anarquia. O discurso da “nova era” perpetua-se pela divisão entre aqueles que servem de modelo e exemplo, e os demais que ainda passam por dificuldades para “entrar no trilho” dessa nova ordem.

⁹ Apesar de deixar claro em sua Estratégia de Segurança Nacional que o uso unilateral da força é uma prerrogativa dos Estados Unidos – o que aparece com mais ênfase na chamada Doutrina da Primazia.

Caberia, portanto, aos Estados Unidos garantir que os “atrasados” não desviassem do caminho “certo”. A justificativa norte-americana é temperada por tons de moralidade que variam de acordo com o contexto e a importância que é dada a cada situação. Em um de seus discursos relacionados à Somália, o presidente Bill Clinton resgata um termo (*evil*) carregado de prerrogativas morais e relacionado diretamente a um resgate anterior: “*The world has not seen the end of evil, and America can lead other countries to share more of the responsibilities that they ought to be shouldering.*” (CLINTON, 1993c, grifo nosso).

O presidente Ronald Reagan, por exemplo, chegou a chamar a União Soviética de “Império do Mal” – dessa forma, com o fim do conflito entre os dois países, seria de se esperar que o elemento da maldade relacionada à ideologia fosse eliminado ou, pelo menos, usado para qualificar um inimigo tão ameaçador quanto. Entretanto, Bill Clinton usa o termo de forma displicente ao conectá-lo à existência de ameaças genéricas, sem delimitá-las claramente, e dentro de um discurso que exaltava mais a liderança e o papel dos Estados Unidos que a possibilidade de um conflito ou guerra de grande escala.

Não é nossa intenção afirmar que existe uma forma correta de usar determinado termo em um discurso, mas sim fazer a comparação entre o ambiente externo dos períodos em questão. A inexistência de uma ameaça clara torna pouco efetivo o uso de certos atributos, e mesmo quando o uso é aceito pelo público, como veremos mais à frente na construção da Guerra ao Terror, trata-se de um discurso que perde credibilidade ao longo do tempo pela dificuldade em mantê-lo fixo e rígido – quando, na verdade, os atores e a realidade mudam.

Edwards (2008) faz um bom resumo da situação somali quando Clinton assumiu o país:

Clinton inherited the Somalia situation from the previous Bush administration. The Somalia crisis began in 1988 as the civilian government under Siad Barre, Somalia’s leader since 1969, was overthrown in a coup. Barre’s overthrow left a power vacuum that soon resulted in civil war and a humanitarian crisis [...]. By the fall of 1992, almost a half a million Somalis had died from armed conflict or starvation. The United Nations had

attempted a relief mission for Somalia, but it could not complete its mission because of the ongoing violence within the country. The inability to fulfill its humanitarian mission led the UN Security Council, with the support of the United States, to order a new UN humanitarian mission where the United States would provide the lead in creating security for the country [...]. In December of 1992, President George H.W. Bush assigned 25,000 military personnel to help carry out the relief mission. (p.836).

No caso da Somália, o ponto de inflexão do discurso norte-americano acontece quando tropas norte-americanas são atacadas diretamente por forças envolvidas na Guerra Civil do país. Um helicóptero norte-americano foi abatido por insurgentes somalis durante uma operação da ação humanitária, o que foi agravado pelo fato do piloto – um cidadão norte-americano – ter sido capturado e arrastado pelas ruas da capital Mogadíscio.

The tactical responsibility for the debacle largely belonged to the Pentagon, which had ordered vulnerable Black Hawk helicopters to fly over a hostile urban area without either adequate air cover or armored forces on hand to mount a rescue. The strategic failures had to be shared by the Bush and Clinton administrations, as well as the U.N., which had permitted a humanitarian mission to escalate into a counterinsurgency campaign against local militia forces. (AMBROSE; BRINKLEY, 1997, p.405).

A opinião pública dos Estados Unidos e a oposição republicana passaram a questionar a permanência de tropas norte-americanas junto às forças de paz das Nações Unidas sob a alegação de que o conflito não correspondia a nenhuma emergência de interesse ou segurança nacional. A partir desse momento, o presidente Bill Clinton procurou relacionar a atuação dos Estados Unidos na Somália com uma necessidade inerente à posição do país no sistema internacional (1993d). A dificuldade enfrentada pelo presidente norte-americano, contudo, deveu-se à inexistência de um inimigo a que se pudesse personalizar diretamente como responsável pelos fatos ocorridos (EDWARDS, 2008).

Dessa forma, a estratégia utilizada foi a de focar no contexto e no ambiente em detrimento da centralização da ameaça, como aconteceu na Guerra do Golfo. O inimigo, nesse caso, é difuso e baseado em uma representação pretendida, ou seja, no ambiente caótico e sem

ordem da guerra e da fome: “A year ago, we all *watched with horror* as Somali children and their families *lay dying by the tens of thousands, dying the slow, agonizing death of starvation*, a starvation brought on not only by drought, but also by the *anarchy* that then prevailed in that country.” (CLINTON, 1993d, grifo nosso). Ao invés de dar atenção às qualidades humanas, o que se percebe é a caracterização de um ambiente hostil, constantemente retratado como um “horror”, no qual crianças morrem de fome em uma das maiores tragédias humanitárias já vistas: “We went because *only* the United States could help stop one of the *great human tragedies of this time*. A third of a million people had died of starvation and disease. Twice that many more were at risk of dying.” (CLINTON, 1993d, grifo nosso). Esse mesmo cenário já havia sido destacado pelo antecessor de Clinton, quando Bush alega que a Somália não tem um governo e, por isso, a justiça e a ordem inexistiriam enquanto a anarquia teria se tornado regra (CLINTON, 1993d; EDWARDS, 2008)

The president argued that the enemy in Somalia was not a centralized agent, but an entire premodern civilization. By implication, the Somalis needed American assistance to help them become civilized. Furthermore, reintroducing this imperial antecedent into presidential foreign policy discourse broadened the rhetorical options Clinton and his successors had available to define adversaries in the post-Cold War world. (EDWARDS, 2008, p.837).

O principal argumento apontado por Clinton é o de que a saída das tropas norte-americanas causaria um abalo ainda maior à frágil ordem imposta pelas forças de paz das Nações Unidas – a conexão é muito simples e clara: na “nova era”, os Estados Unidos deveriam atuar como elemento ordenador do sistema e a sua ausência significaria a abertura às ameaças existentes: “I am convinced we will have lived up to the responsibilities of American leadership in the world. And we will have proved that we are committed to addressing the new problems of a new era.” (CLINTON, 1993d). Além disso, recuar significaria abdicar da confiança dos demais países e demonstrar fraqueza àqueles que gostariam de alterar negativamente a condução da “nova ordem”. Essa construção remete à

ideia de George Bush, na qual se afirma que determinados conflitos não podem ser resolvidos sem o envolvimento norte-americano.

Edwards (2008) afirma que, assim como a Somália, o Haiti também é construído com base no binômio ordem/caos – na tentativa de mostrar a falta de princípios básicos da “civilização” que possa garantir a segurança e o bem-estar dos indivíduos: “*Now the United States must protect our interests, to stop the brutal atrocities that threaten tens of thousands of Haitians, to secure our borders, and to preserve stability and promote democracy in our hemisphere (...).*” (CLINTON, 1994a). O caso haitiano demonstra elementos de construção discursiva similares (1994a; 1994c), uma vez que o foco é novamente estabelecido no contexto de desordem e anarquia ao invés de um inimigo claro, personalizado em algum indivíduo – ao menos, como veremos, a breve tentativa de fazê-lo não nos pareceu bem-sucedida, e o Haiti não detinha armamento estratégico ou capacidade de ameaçar os Estados Unidos militarmente, como havia podido a União Soviética (EDWARDS, 2008).

A construção do Haiti é feita de forma paradoxal: ao mesmo tempo em que se exaltam as qualidades de um povo que lutou pela liberdade séculos atrás e serviu de exemplo aos demais no hemisfério americano, é construída uma imagem de país “problemático” por não ter sabido lidar com os desafios que a liberdade teria trazido:

Nearly 200 years ago, the Haitian people rose up out of slavery and declared their independence. Unfortunately, the promise of liberty was quickly snuffed out, and ever since, Haiti has known more suffering and repression than freedom. In our time, as democracy has spread throughout our hemisphere, Haiti has been left behind. (CLINTON, 1994a).

Assim, a mesma história que colocaria os haitianos como heróis também serve para desqualificá-los – especialmente na constante comparação feita por Clinton em relação aos demais países das Américas, onde, de acordo com o presidente norte-americano, a democracia e a liberdade haviam sido conquistadas e perpetuadas desde então: “*(...) most violent regime in our hemisphere.*” (CLINTON, 1994a).

De fato, o Haiti convivia com golpes recorrentes desde sua fundação republicana. E no pós-Guerra Fria, apesar de terem sido feitas eleições livres e democráticas no ano de 1990, o presidente Jean-Bertrand Aristide foi deposto por militares poucos meses depois de assumir o governo (AMBROSE; BRINKLEY, 1997; EDWARDS, 2008). A “ajuda” norte-americana buscava o restabelecimento das instituições democráticas no país e a recondução de Aristide – a qual foi feita ainda em 1994.

Nesse ínterim, os argumentos norte-americanos buscaram exaltar aspectos humanitários da democracia, especialmente pela grave crise socioeconômica por que passava o país. Clinton reforça em um mesmo discurso diversas ações que conformam o quadro haitiano, com enfoque na criação de um contexto de horror e brutalidade (1994a). É possível fazer a ligação, portanto, com a mesma construção discursiva feita anteriormente no caso da Somália – como exemplo da adaptação e (re)uso de narrativas cujos vocabulários já estão dotados de significados. Há um esforço contundente para assegurar a transmissão da mensagem em que se baseia o binômio caos/ordem: elementos como terror, desespero e instabilidade são conectados a outros como a existência de ditadores cruéis que agem por meio da violência e da repressão – próximo ao que já se havia tentado com a construção de um Saddam Hussein irracional e disposto a qualquer coisa na Guerra do Golfo, pela administração anterior.

Essa aproximação com a imagem de um ditador brutal e sanguinário é justamente o que diferencia a situação haitiana da somali – essa última teve seu foco voltado unicamente para a construção do ambiente caótico, enquanto no Haiti a existência de uma figura central, o general Cédras, também fez parte da narrativa norte-americana: “*The dictators launched a horrible intimidation campaign of rape, torture, and mutilation. People starved; thousands of Haitians fled their country, heading to the United States across dangerous seas.*” (CLINTON, 1994a). O problema, contudo, conforme aponta Edwards (2008), é o excesso no discurso do

presidente norte-americano; o público não conseguia distinguir exatamente o papel de Cédras no ambiente caótico que Clinton construía, especialmente porque esse contexto era em muitas ocasiões colocado como justificativa mais importante que as características negativas do general haitiano.

Global chaos, as Clinton understood it, was a multi-headed created that shape-shifted from moment to moment. Part of this hydra was the specter of ethnic violence and rogue military states, such as Somalia and Haiti. In confronting this kind of enemy, the president could not rely on a singular rhetorical construct to shape America's adversaries. Rather, he needed adaptability and flexibility within his discourse to deal with different situations. Thus, in one sense, Clinton's discourse was "chaotic" because there was no set pattern he could rely upon, as it had been in the Cold War, to deal with an ever shape-shifting enemy. This was understandable if you consider the president's discourse in the larger frame of a threat environment underwritten by chaos. By employing both images of savagery, the president was able to define, navigate, and manage these situations. (EDWARDS, 2008, p.841).

No caso da intervenção norte-americana no Haiti, a justificativa segue a mesma premissa de manutenção da ordem – os casos “fora da curva” deveriam ser corrigidos e ajustados. A atuação norte-americana, baseada em todas as justificativas então expostas – problemas de segurança nacional, desafio à nova ordem e garantia de cumprimento das obrigações referentes aos direitos humanos – é construída por Clinton como o “certo” a se fazer, afinal, a maior potência do mundo não poderia ter um caso como aquele tão próximo ao seu território: *“There's no question that the Haitin people want to embrace democracy; we know it because they went to the ballot box and told the world.”* (CLINTON, 1994a).

O que torna o Haiti “especial”, no entanto, é a proximidade com os Estados Unidos. Não se tratava de um país dividido por questões étnicas no Leste Europeu ou influenciado por ideias extremistas na África e na Ásia, mas uma pequena ilha do continente americano. A proteção do interesse norte-americano estaria diretamente envolvida com a necessidade de garantir a ordem no país “vizinho” sob a ameaça de os Estados Unidos serem “invadidos” por “hordas” de imigrantes ilegais e refugiados:

Three hundred thousand more Haitians, 5 percent of their entire population, are in hiding in their own country. If we don't act, they could be the News wave of refugees at our door. We will continue to face the threat of a mass exodus of refugees and its constant threat to stability in our region and control of our borders. (CLINTON, 1994a).

Por isso, o discurso de Clinton afirma que a situação no Haiti envolvia problemas de segurança nacional, com o que se buscava uma justificativa para a ação rápida e decisiva.

Sobre a atuação no Haiti, Ambrose e Brinkley afirmam o seguinte:

Clinton deployed more than 20.000 U.S. troops to Haiti, part of a multinational force (MNF) made up of contingents from thirty nations, to rid the island nation of the military regime and restore the democratically elected Aristide to power. The MNF dismantled the brutal FAd'H (the army of the de facto regime) and F-RAPH (the right-wing paramilitary organization) quickly, making the streets of Port-au-Prince safe in a matter of months. The U.S. government also oversaw the establishment of a new national police force. More impressive, the United States and the United Nations assisted the Haitian government in conducting three rounds of national elections, culminating in the internationally monitored free and fair election of President René Preval in December 1995, succeeding President Aristide. This was the first democratic transition of power from one president to another in Haiti's history. On March 31, 1995, the thirty-nation multinational force pulled out of Haiti, turning peacekeeping over to the U.N. (1997, p.471).

Existe um elemento interessante no caso haitiano que é um resgate discursivo daquilo que se convencionou como a Doutrina Monroe – novamente, reiteramos a ideia de que os discursos seguem modelos e narrativas já conhecidas, adaptáveis. Modernamente, a “invasão estrangeira” poderia ser comparada à instabilidade gerada por governos não democráticos: “*History has taught us that preserving democracy in our own hemisphere strenghtens America's security and prosperity. Democracies are more likely to keep the Peace and to stabilize our region.*” (CLINTON, 1994a). O que conformaria a homogeneidade do hemisfério no século XIX era a crença de que um continente republicano seria mais pacífico e ligado aos interesses norte-americanos; atualmente, “republicano” poderia ser substituído por “democrático”, em uma adaptação da Doutrina que previa a garantia da estabilidade e da

segurança hemisférica pelos Estados Unidos e perpetuaria esse mesmo discurso de forma mais sutil: com a promoção de democracias ou governos ligados ao poderoso vizinho do norte. Esse, inclusive, é mais um exemplo de construção baseada na dicotomia *inside/outside*; amigos são aqueles que compartilham os interesses e ideias dos Estados Unidos, mas no contexto regional, é possível ir além: amigos são obrigatoriamente todos os países do continente americano porque como tais, são democráticos e pacíficos.

2.2.3 O argumento da paz democrática e a expansão da agenda

No discurso sobre o Estado da Nação do ano de 1994, antes que os Estados Unidos intervissem diretamente no Haiti, o presidente Bill Clinton apresenta um elemento essencial à construção de sua política externa, o que nas Relações Internacionais é conhecido como a “paz democrática”. Nas Relações Internacionais, a crença na “paz democrática” é uma corrente que acredita na perpetuação da paz por meio da expansão dos regimes democráticos no mundo¹⁰. Haveria maior paz e segurança internacional se todos os regimes fossem democráticos, eliminando a possibilidade da guerra e de conflitos que acarretassem mortes e destruição em massa.

Um dos principais autores dos estudos da “paz democrática” é Michal Doyle (1986). Ele afirma que o advento da “paz democrática” remonta a pensadores como Immanuel Kant e Nicolau Maquiavel, além do resgate da visão de Schumpeter do que é entendido como “liberal pacifismo”. Guardadas as ressalvas acerca das obras de Kant e Maquiavel, os dois são

¹⁰ Existem diversos autores que apresentam distintas visões sobre a “paz democrática”, optamos por apenas uma por questão de objetividade no texto e pela proximidade com as propostas norte-americanas no período analisado.

resgatados a fim de demonstrar que a construção feita sobre a paz entre repúblicas na Idade Moderna pode servir de exemplo e inspiração para o que hoje seriam as democracias liberais.

Dessa forma, Doyle (1986) tenta demonstrar como a “paz democrática” já estaria vinculada à visão liberal e teria se desenvolvido para atingir um novo patamar com a perpetuação dos regimes democráticos a partir de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse pensamento argumenta que ideias liberais fazem com que democracias liberais se afastem da possibilidade da guerra entre si. Em suma, a proposição básica da teoria seria de que democracias não fazem guerra com outras democracias. De acordo com John M. Owen (1994), “[...] *a liberal democracy as a state that instantiates liberal ideas, one where liberalism is the dominant ideology and citizens have leverage over war decisions.*” (p.89).

Democracias, nesse sentido, são aquelas que compartilham de valores liberais como a liberdade de expressão e eleições periódicas dos governantes que podem declarar guerra. De acordo com Owen (1994), esse pensamento liberal seria compartilhado por todos os indivíduos do mundo, uma vez que buscariam sempre o melhor para suas vidas. Isso é baseado no pensamento de que a liberdade e a paz são atributos complementares que se afirmam, e que sem um desses elementos não há possibilidade de haver o outro na sua plenitude. Uma vez que qualquer indivíduo quer a paz, a premissa da liberdade estaria automaticamente comprovada (OWEN, 1994).

Corroborando as premissas das teorias da “paz democrática”, o presidente Clinton expressa claramente: “*Democracies don’t attack each other*” (CLINTON, 1994b). Em última instância, portanto, a única forma de garantir a segurança dos Estados Unidos é por meio da promoção da democracia nos demais Estados. O discurso de Clinton avança nesse sentido ao afirmar que a atuação norte-americana deveria ser baseado no suporte a um tripé formado por regimes democráticos, o respeito aos direitos humanos e a expansão dos livres mercados

(1994b). A promoção da democracia baseado nesses princípios estaria de acordo com o que se propunha na NSS, dentro do programa de “expansão” proposto.

Além disso, a expansão da agenda de segurança norte-americana começa a tomar forma ao serem explicitadas as principais ameaças ao país: a proliferação de armas de destruição em massa; a emergência de conflitos regionais; tensões étnicas e nacionalistas; a degradação ambiental; e o fanatismo representado pelo terrorismo (1994b). Contudo, não existe uma ordem de importância para essas questões, uma vez que permanecia o discurso da difusão de ameaças no pós-Guerra Fria. As ameaças corresponderiam à quebra da ordem e não necessariamente em um ataque à integridade do território ou a sobrevivência norte-americana no sistema: “(...) *there are still dangers in the world: rampant arms proliferation, bitter regional conflicts, ethnic and nationalist tensions in many new democracies, severe environment degradation the world over, and fanatics who seek to cripple the world’s cities with terror.*” (CLINTON, 1994b).

Para conter essas ameaças, o presidente Clinton ressalta ações como sanções a países que hospedem grupos terroristas, a defesa do crescimento econômico sustentável, acordos de limitação de armamentos com países da ex-União Soviética e negociações com a Coreia do Norte para congelamento de seu programa nuclear, entre outras (CLINTON, 1994b). Mesmo que as essas ações não correspondam a uma política externa assertiva e enérgica, mas prioritariamente reativa, segue-se o princípio do engajamento previsto na NSS publicada no ano anterior.

No ano seguinte, em seu discurso sobre o Estado da Nação (CLINTON, 1995), Bill Clinton usa de um recurso comum nas narrativas presidenciais norte-americanas; para enfatizar o período por que passava seu governo, constrói-se a ideia de marco com o fim da Guerra Fria – da mesma forma como pudemos perceber nas construções discursivas de

George Bush. Clinton faz um retrospecto de presidentes e fatos que marcaram a história norte-americana com a sua presidência e o momento específico de formação da “nova era”:

*It has fallen to every generation since then to preserve that idea, the American idea, and to deepen and expand its meaning in new and different times: to **Lincoln** and to his Congress to preserve the Union and to **end slavery**; to **Theodore Roosevelt** and **Woodrow Wilson** to restrain the abuses and excesses of the industrial revolution and to **assert our leadership in the world**; to **Franklin Roosevelt** to fight the failure and pain of the **Great Depression** and to win our country's great **struggle against fascism**; and to **all our Presidents** since to **fight the cold war**. Especially, I recall two who struggled to fight that cold war in partnership with Congresses where the majority was of a different party: to **Harry Truman**, who summoned us to unparalleled prosperity at home and who **built the architecture of the cold war**; and to **Ronald Reagan**, whom we wish well tonight and who exhorted us to **carry on until the twilight struggle against communism was won**. (CLINTON, 1995, grifo nosso).*

O uso de termos como “mudança”, “desafio” e “oportunidade” é ligado à noção de fatos “sem paralelo”, de unicidade e excepcionalismo que seriam traços típicos dos Estados Unidos (CLINTON, 1995).

Apesar da predominância dos assuntos econômicos e das questões puramente internas, nos segundo e terceiro discursos sobre o Estado da União, Clinton dá mais espaço à política externa. Em determinado momento, o presidente norte-americano chega a mudar o discurso, ao afirmar que mesmo com a necessidade de garantir o crescimento econômico e resolver problemas como o desemprego, a segurança norte-americana não estaria garantida sem uma presença forte internacionalmente: *“Our security depends upon our continued world leadership for Peace and freedom and democracy. We still can't be Strong at home unless we're strong abroad.”* (CLINTON, 1995). Clinton, dessa forma, ainda no seu primeiro mandato, procura se afastar do título de avesso às questões internacionais, mas procura fazê-lo de maneira sutil, construindo um discurso em que as preocupações econômicas permanecem como a prioridade, mas que devem ter seu viés internacional contemplado – afinal, a nação

que quer continuar a liderar não pode e não deve abdicar de uma presença internacional forte e atuante.

Ainda no discurso anual de 1995, o presidente Bill Clinton eleva as preocupações em relação ao terrorismo. Em seu governo, os Estados Unidos sofreram dois atentados em solo norte-americano – mais à frente, no capítulo 3 veremos como o presidente George W. Bush busca desconstruir esses dois acontecimentos em prol de um discurso de exceção. O primeiro ocorreu em 1993 quando radicais islâmicos explodiram um caminhão-bomba abaixo da Torre Norte do *World Trade Center*; o segundo, em 1995, feito da mesma forma, atingiu um prédio do governo federal na cidade de Oklahoma, mas foi chamado de “terrorismo doméstico” por envolver apenas cidadãos norte-americanos.

Apesar desses dois casos, o terrorismo é construído mais como uma ameaça típica de regiões conflituosas e restrita a alguns países em especial, como Israel: “(...) *another horrendous terrorist act in Israel killed 19 and injured scores more. (...) I know that in the face of such evil it is hard for the people in the Middle East to go forward. But the terrorists represent the past, not the future.*” (CLINTON, 1995). As ações de Clinton são direcionadas fortemente ao bloqueio de recursos que organizações terroristas possam necessitar a fim de cumprir seus objetivos. Se o presidente norte-americano já chamava o mundo para um esforço global contra o terrorismo, apesar de não afirmar a existência de uma guerra para tanto, as ações dessa empreitada teriam o intuito de reprimir possíveis atos ao aplicar sanções e impedir transações financeiras:

*Accordingly, last night I signed an Executive order that will **block the assets** in the United States of terrorist organizations that threaten to disrupt the peace process. It prohibits financial transactions with these groups. And tonight I call on all our allies and peace-loving nations throughout the world to join us with renewed fervor in a **global effort to combat terrorism**. We cannot permit the future to be marred by terror and fear and paralysis.* (CLINTON, 1995, grifo nosso).

Para o final do discurso de 1995, é marcante a ênfase religiosa aplicada por Clinton. O processo que pode ser visto em discursos anteriores é retomado por uma ideia de anistoricidade, o povo escolhido (os norte-americanos) deve cumprir uma promessa eterna (a liderança) dada por Deus. Os desígnios e as qualidades dos Estados Unidos e seu povo, portanto, são dádivas divinas, e por serem escolhidos para carregar os princípios da liberdade consigo, os norte-americanos se enxergariam como inquestionáveis: são certos pela natureza divina, e o que é certo não se discute, afinal, não haveria argumentos para tanto.

*Responsibility, opportunity, and citizenship, more than stale chapters in some remote civic book, they're still the virtue by which we can fulfill ourselves and reach our **God-given potential** and be like them and also to fulfill the **eternal promise** of this country, the enduring dream from that first and most sacred covenant. I believe every person in this country still believes that **we are created equal and given by our Creator the right to life, liberty and the pursuit of happiness**. This is a very, very great country. And our best days are still to come.* (CLINTON, 1995, grifo nosso).

No último discurso de seu primeiro mandato (CLINTON, 1996), o presidente Clinton reafirma as mesmas ideias que embasaram seus discursos anteriores: a excepcionalidade norte-americana e a liderança do país no mundo pós-Guerra-Fria: “*Because of American leadership, more people than ever before live free and at peace. And Americans have known 50 years of prosperity and security.*” (CLINTON, 1996). O que se percebe é uma conformação das ameaças e a diluição quase completa do conceito formal de um inimigo estatal, as ameaças transnacionais são apontadas como as principais preocupações norte-americanas e os países “desviantes” seriam mais frutos de um cenário internacional em transformação que possíveis inimigos emergentes capazes de afrontar a liderança dos Estados Unidos.

The threats we face today as Americans respect no nation's borders. Think of them: terrorism, the spread of weapons of mass destruction, organized crime, drug trafficking, ethnic and religious hatred, aggression by rogue states, environmental degradation. If we fail to address these threats today, we will suffer the consequences in all our tomorrows. (CLINTON, 1996).

Como exemplos da ação norte-americana em relação a países específicos, cita-se a Coreia do Norte por causa do seu programa nuclear – que teria sido congelado por causa dos esforços norte-americanos: “*North Korea has now frozen its dangerous nuclear weapons program.*” (CLINTON, 1996); e o Haiti, onde a democracia ressurgiria e os refugiados não mais procurariam a costa norte-americana uma vez que os Estados Unidos os ajudaram na estabilização de seu país: “*In Haiti, the dictators are gone, democracy has a new day, the flow of desperate refugees to our shores has subsided.*” (CLINTON, 1996). A Bósnia também surge como exemplo da liderança positiva norte-americana, apesar de que, como veremos mais à frente, a situação nos Balcãs ainda ocuparia uma posição importante na política externa dos Estados Unidos.

2.2.4 O “engajamento e a expansão” na prática

No segundo mandato de Clinton, a principal mudança no Departamento de Estado foi a saída de Warren Christopher e sua substituição por Madeleine Albright, considerada mais adequada para o cargo, apesar de limitações criativas (PECEQUILO, 2005). Será no segundo mandato que a estratégia norte-americana se mostrará mais assertiva e Clinton adaptará seu discurso para envolver tanto o ambiente interno quanto o externo – apesar das tentativas retóricas de subjugar o segundo aos interesses econômicos.

Nesse sentido, Madeleine Albright, em inúmeros artigos e discursos, reafirmou a liderança dos Estados Unidos para a estabilidade e a segurança da ordem, destacando seu papel na consolidação de uma estrutura liberal e democrática no sistema mundial que preserve e amplie os próprios ensinamentos da experiência norte-americana. Basicamente, os Estados

Unidos estavam se dedicando a superar os desafios do fortalecimento dos laços entre as nações democráticas e líderes do sistema internacional, fazendo uso da existência da paz e da comunidade de interesses compartilhada para a promoção da estabilidade regional e global. Além disso, os norte-americanos se empenhavam no fortalecimento de parceiros regionais ainda não incluídos neste núcleo, promovendo a ajuda aos Estados mais fracos para que consolidassem suas transições em direção à democracia e oferecendo garantias de que as leis e as regras da comunidade internacional seriam respeitadas. (PECEQUILO, 2005, p.327).

É no mesmo tom dos quatro anos anteriores que Bill Clinton discursa após ser reeleito para um segundo mandato; o discurso-sermão mantém as mesmas características já expostas e faz a conexão entre a narrativa da “nova era” com a ideia da “terra prometida” aos norte-americanos, na reedição típica do “jeremiada”: *“Guided by the ancient vision of a promised land, let us set our sights upon a land of new promise.”* (CLINTON, 1997a). O século que estaria do fim havia sido o “Século Americano”, e a condição de maior potência dentre todos os países do mundo somente corroboraria o papel de “povo escolhido”, a história serviria tanto de exemplo como de prova por meio da exaltação dos feitos passados para a indicação do que viria no futuro:

Then, in turmoil and triumph, that promise exploded onto the world stage to make this the American Century. And what a century it has been. America became the world's mightiest industrial power, saved the world from tyranny in two World Wars and a long cold war, and time and again reached out across the globe to millions who, like us, longed for the blessings of liberty. (CLINTON, 1997a).

Clinton transmite a ideia de um chamado para os norte-americanos em um novo século, no qual iniciaria o percurso de uma jornada e que deve ser aceita e contemplada com orgulho por ser um presente a esse povo que tem a grandeza como missão:

*Fellow citizens, we must not waste the **precious gift of this time**. For all of us are on that same **journey of our lives**, and our journey, too, will come to an end. But the journey of our America must go on. And so, my fellow Americans, we must be strong, for there is much to dare. The demands of our time are great, and they are different. Let us meet them with faith and courage, with patience and a grateful, happy heart. **Let us shape the hope of this day into the noblest chapter in our history**. Yes, let us build our bridge,*

a bridge wide enough and strong enough for every American to cross over to a blessed land of new promise. (CLINTON, 1997a, grifo nosso).

Menos de um mês depois, eu sem primeiro discurso sobre o Estado da Nação do segundo mandato, Clinton reitera a noção de uma “nova era” e o papel dos Estados Unidos como agentes de mudanças positivas que estariam por vir: “*We must be shapers of events, not observers, for if we do not act, the moment will pass, and we will lose the best possibilities of our future.*” (CLINTON, 1997b). Além disso, o presidente faz uma construção mais clara quanto ao que ele entende por esse “novo tempo” por que o seu país passaria; há uma demonstração de benefício das questões domésticas (apesar de seu segundo mandato ser marcado por intervenções diversas, como poderá ser visto mais à frente) e de termos geralmente utilizados para a esfera econômica como “era da informação” – a presença dos Estados Unidos e a garantia de seus interesses deveria ser garantidas por um país que se envolve e age no intuito de moldar o mundo (1997b).

O resgate histórico relacionado a 1945 e o fim da Segunda Guerra Mundial é novamente feito como forma de demonstrar como a ação norte-americana no mundo teria sido benéfica para a construção de instituições internacionais e da própria ordem que se seguiria ao fim da Guerra Fria. O mundo feito à imagem dos Estados Unidos seria baseado nos princípios do respeito à democracia e à liberdade e, por isso, Clinton busca construir seu período de atuação da mesma forma: um lugar em que a atuação de seu país só traria benefícios para a humanidade: “*Fifty years ago, a farsighted America led in creating the institutions that secured victory in the cold war and built a growing world economy. As a result, today more people than ever embrace our ideals and share our interests.*” (CLINTON, 1997b).

Por isso, da mesma forma que o pós-1945 foi baseado especialmente na construção de uma Europa ocidental democrática e capitalista, ou seja, correspondente ao que os norte-americanos consideram como “liberal”, a dissolução da União Soviética permitiria a expansão dessa ordem para os demais países do Leste Europeu. Esse “*enlargement*”, como prevê a

Estratégia de Segurança Nacional de Clinton, coloca o seu foco na inclusão de países como a Hungria, a Polônia e a República Tcheca na OTAN¹¹ – apesar da desconfiança russa. De acordo com o presidente dos Estados Unidos, a Europa atual – da mesma forma que no pós-1945 – também necessitaria de ter sua estabilidade garantida por instituições em que seu país liderasse um movimento de promoção da democracia (HOFF, 2008):

*Now we stand at **another moment of change and choice and another time to be farsighted, to bring America 50 more years of security and prosperity.** In this endeavor, our first task is to help to build, for the very first time, an undivided, democratic Europe. **When Europe is stable, prosperous, and at peace, America is more secure.** To that end, we must expand NATO by 1999, so that countries that were once our adversaries can become our allies. At the special NATO summit this summer, that is what we will begin to do. We must strengthen NATO's Partnership For Peace with non-member allies. And we must build a stable partnership between NATO and a democratic Russia. **An expanded NATO is good for America, and a Europe in which all democracies define their future not in terms of what they can do to each other but in terms of what they can do together for the good of all—that kind of Europe is good for America.** (CLINTON, 1997b, grifo nosso).*

A premissa básica é a de que uma Europa estável garante, por consequência, uma América estável – também no sentido já exposto de que a expansão das democracias garantiria a paz por uma suposta certeza de que democracias não fazem guerras umas contra as outras.

2.2.5 *Outlaw States*: Iraque e armas de destruição em massa

Comparativamente aos seus quatro anos anteriores de governo, o segundo mandato de Bill Clinton apresenta discursos com ênfase maior às demandas relacionadas à segurança

¹¹ O pedido para alargamento da OTAN ocorreu na Cúpula da organização em janeiro de 1994 na cidade de Bruxelas.

internacional. Conforme já afirmamos, Clinton faz a transição entre o modelo de ameaças focada no estatal, típico da Guerra Fria, para um modelo de ameaças difusas e transnacionais; o clima de otimismo é comumente relativizado com o caráter genérico das novas ameaças e da falta de definição clara do que ou quem é o “inimigo” dos Estados Unidos.

O presidente norte-americano chega a falar em um “eixo maldito” para se referir às novas ameaças como terroristas, criminosos internacionais e traficantes de drogas:

*We must combat an **unholy axis** of new threats from terrorists, international criminals, and drug traffickers. These **21st century predators** feed on technology and the free flow of information and ideas and people. And they will be all the more lethal if weapons of mass destruction fall into their hands.”* (CLINTON, 1998a, grifo nosso).

A referência é interessante por que é possível fazer a ponte entre o termo “axis” com os países do chamado “Eixo” na Segunda Guerra Mundial – encabeçados pela Alemanha nazista. Esses indivíduos, desviantes do que se propõe na “nova era”, são considerados ainda mais perigosos por causa das características de um mundo mais aberto pela tecnologia e os fluxos de pessoas e ideias – e a possibilidade de armas de destruição em massa serem obtidas por grupos como esses, considerados “predadores”.

Com efeito, as chamadas armas de destruição em massa adquirem maior visibilidade no espectro de ameaças externas a partir do segundo mandato de Clinton. Isso é feito pela conexão entre esse tipo de armamento – armas nucleares, químicas e biológicas – e atores transnacionais, entre os quais aqueles acima referidos: *“Together, we must confront the new hazards of chemical and biological weapons and the outlaw states, terrorists, and organized criminals seeking to acquire them.”* (CLINTON, 1998a). No entanto, é possível enxergar um novo termo que mistura as concepções clássica e difusa de ameaça, como é o caso dos “outlaw states” – algo como Estados fora-da-lei, dentro da classificação que podemos analisar como desviante da nova ordem a que se refere recorrentemente Clinton. Essa categoria de ameaça relacionada a um Estado também é chamada de “rogue state”, ou “Estado falido”,

onde as instituições consideradas essenciais para a existência da liberdade e da democracia em um país seriam fracas ou inexistentes; por isso, grupos “desviantes” como terroristas e organizações criminosas teriam espaço para atuar livremente ou sob a conivência de líderes mal-intencionados. Interessante notar que o exemplo usado pelo presidente norte-americano é o Iraque de Saddam Hussein, o qual é acusado de desenvolver esse tipo de armamento mesmo após a derrota sofrida na Guerra do Golfo:

Saddam Hussein has spent the better part of this decade and much of his nation's wealth not on providing for the Iraqi people but on developing nuclear, chemical, and biological weapons and the missiles to deliver them. The United Nations weapons inspectors have done a truly remarkable job finding and destroying more of Iraq's arsenal than was destroyed during the entire Gulf war. Now Saddam Hussein wants to stop them from completing their mission. (CLINTON, 1998a).

Caprioli e Trumbore (2005) afirmam que a narrativa que constrói os Estados como foras-da-lei, falidos ou fracos pressupõe uma hostilidade natural, baseada em regimes autoritários que buscam garantir seus interesses pela coerção e pela força. Os autores lembram que o enfraquecimento do discurso relacionado à União Soviética possibilitou a emergência desse tipo de narrativa, a qual seria usada mais recorrentemente nos governos Clinton e W. Bush. Existiria uma facilidade maior de ligar a busca por armas de destruição em massa com países considerados de regimes diferentes, os quais compartilhariam valores também distintos e, por isso, mais propensos a ignorar a existência de uma possível ordem pacífica baseada nos princípios ocidentais. O conceito seria tão amplo inicialmente que abordaria qualquer tipo de problema institucional ou à simples existência de programas de desenvolvimento de energia nuclear:

The broadening of the rogue framework to include the pursuit of WMD was prompted in part by the altered strategic situation facing the United States as the cold war came to an end. With a desire to maintain defense funding at cold war levels but with no major power on the horizon that could realistically challenge the United States, the Pentagon began to turn its attention to emerging developing countries-namely, Argentina, Brazil, Egypt, India, Iran, Iraq, Israel, Libya, North Korea, Pakistan, South Korea,

Syria, and Taiwan-that could in the future pose regional threats to American security interests. It is important to note that the Pentagon's list was essentially apolitical, including both traditional American allies such as Israel and South Korea as well as regular adversaries such as Libya and North Korea. For Pentagon planners, the central question was one of capability or emerging capability, not politics. (CAPRIOLI; TRUMBORE, 2005, p.775).

O Iraque, inclusive, será alvo de ações militares pontuais em dezembro de 1998, na operação “*Desert Fox*”. Sob a alegação de que o país desenvolvia secretamente armas de destruição em massa (tanto nucleares quanto químicas e biológicas) e preparava-se para atacar novamente seus vizinhos, o presidente Clinton autoriza o bombardeio de instalações no país:

Their mission is to attack Iraq's nuclear, chemical, and biological programs and its military capacity to threaten its neighbors. Their purpose is to protect the national interest of the United States and, indeed, the interest of people throughout the Middle East and around the world. Saddam Hussein must not be allowed to threaten his neighbors or the world with nuclear arms, poison gas, or biological weapons. (CLINTON, 1998c).

Saddam Hussein é novamente retratado como um ditador mentiroso e irracional que não mede esforços para aumentar seu poder indiscriminadamente. Dessa vez, o argumento é ligado ao fato de que inspetores das Nações Unidas foram impedidos de visitar essas mesmas instalações que seriam atacadas (CLINTON, 1998c). Saddam estaria, portanto, desafiando a comunidade internacional com sua falta de cooperação e busca por novos meios de coagir seus vizinhos. Por fim, Clinton defende que a única forma de garantir um Iraque pacífico e atento às normas internacionais que lhe foram impostas seria por meio da mudança de regime: “*The hard fact is that so long as Saddam remains in power, he threatens the well-being of his people, the Peace of his region, the security of the world. The best way to end that threat once and for all is with a new Iraqi government.*” (CLINTON, 1998c). No entanto, “*while the attack destroyed some of those targets, it in no way changed Iraqi behavior. A week later, Iraq ended (permanently it turned out) all cooperation with the existing U.N. inspections effort.*” (HAASS, 2009, p.162).

2.2.6 Um novo inimigo: Osama bin Laden

O termo “*outlaw states*” torna-se então uma categoria e é novamente visto durante o discurso sobre o Estado da União de 1999 (CLINTON, 199a), quando Clinton afirma existir uma ameaça constante relacionada aos Estados fora-da-lei e ao terrorismo (CAPRIOLI; TRUMBORE, 2005): “*As we work for peace, we must also meet threats to our Nation's security, including increased dangers from outlaw nations and terrorism.*” (CLINTON, 199a). Configura-se, portanto, a perpetuação deste termo genérico que mistura um ator estatal com características previamente atribuídas a ameaças transnacionais. Também é importante notar que é nesse momento que uma das ameaças construídas por Clinton assume um “rosto” e começa a se personalizar; ao falar sobre os ataques às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, Osama bin Laden é apontado como o principal culpado e financiador da rede terrorista responsável: “*We will defend our security wherever we are threatened, as we did this summer when we struck at Usama bin Ladin's network of terror. The bombing of our Embassies in Kenya and Tanzania reminds us again of the risks faced every day by those who represent America to the world.*” (CLINTON, 199a). O que antes era uma ameaça genérica dentre outros fatores de instabilidade externa passa a se configurar sob a figura de um homem, plausível de categorização mais objetiva e capaz de assimilar adjetivações mais facilmente do que o termo “terrorismo” sozinho.

De acordo com Wilkinson (2011), Bin Laden foi o décimo sétimo filho de um próspero empreendedor que trabalhava com engenharia civil e que havia feito fortuna na Arábia Saudita. Ainda segundo o autor, durante seus estudos nesse mesmo país, Osama teria

conhecido aquele que o ajudaria a fundar a Al Qaeda, o professor Abdallah Azzam que lecionava Direito Islâmico na Universidade Rei Abdul-Aziz – e que seria conhecido como ideólogo da organização.

De fato, alguns meses antes já era possível antever a “promoção” de bin Laden a outro patamar de ameaça. Os atentados sofridos pelas embaixadas norte-americanas dia 07 de agosto de 1998 no Quênia e na Tanzânia foram respondidos com o bombardeamento de locais considerados abrigos terroristas no Afeganistão e no Sudão (GLAIN, 2011). No primeiro caso, o governo norte-americano afirmou que existiam bases de treinamento para a Al Qaeda, grupo terrorista liderado por Osama bin Laden; enquanto no Sudão o alvo foi uma indústria farmacêutica cuja produção alegava-se destinada a desenvolver armas químicas para uso da mesma rede terrorista (CLINTON, 1998b).

No ano de 1998, o presidente Clinton emitiu um discurso sobre os ataques a alvos terroristas e justificou os bombardeios com a afirmação de que se tratava de ameaças iminentes à segurança nacional: *“Today I ordered our Armed Forces to strike at terrorist-related facilities in Afghanistan and Sudan because of the **imminent threat** they presented to our national security.”* (CLINTON, 1998b, grifo nosso). Osama bin Laden era apontado como provável organizador e financiador da Al Qaeda, a qual não era nomeada diretamente, mas chamada apenas de “rede terrorista”: *“Our target was terror; our mission was clear: to strike at the network of radical groups affiliated with and funded by Usama bin Ladin, perhaps the preeminent organizer and financier of international terrorism in the world today.”* (CLINTON, 1998b). É possível perceber que a construção da ameaça do que viria a ser o inimigo número 1 dos Estados Unidos no governo seguinte, do presidente George W. Bush, tem seu início ainda na administração de Clinton.

Nota-se que o governo Clinton ainda desconhece profundamente os detalhes relativos à formação e objetivos da Al Qaeda, inclusive de Osama bin Laden. É provável que esse

período seja o marco da ênfase no terrorismo internacional como principal ameaça transnacional aos Estados Unidos; diminui-se o foco na construção de ambientes desviantes para indivíduos desviantes, especialmente com bin Laden e os terroristas liderados por ele:

*The groups associated with him (...) share a **hatred for democracy**, a **fanatical glorification of violence**, and a horrible distortion of their religion to justify the murder of innocents. They have made the United States their adversary precisely because of what we stand for and what stand against.* (CLINTON, 1998b, grifo nosso).

Tal hipótese pode ser sustentada pela construção que Clinton faz de Osama bin Laden, como um homem fanático, irracional, guiado pelo ódio aos Estados Unidos e a tudo que o país representa (especialmente a dupla democracia-liberdade): “*America will remain a **target of terrorists precisely because we are leaders; because we act to advance democracy, and basic human values; because we’re the most open society in Earth; and because, as we have shown yet again, we take na uncompromising stand against terrorism.***” (CLINTON, 1998b, grifo nosso). A missão desses terroristas seria a obtenção de armas de destruição em massa para que pudessem espalhar o terror de forma mais sangrenta e impactante, sem a diferenciação entre civis e militares. Em suma, bin Laden teria declarado guerra contra os Estados Unidos: “[...] *bin Ladin publicly vowed to wage a terrorista war against America.*” (CLINTON, 1998b).

Dessa forma, os ataques contra instalações e bases terroristas se justificariam pelo grau de ameaça que o terrorismo representa a partir de então. Os Estados Unidos não poderiam permitir que bin Laden ou qualquer outro grupo obtivesse armas capazes de promover tamanha destruição, o que configuraria a situação como extraordinária – e demandaria, portanto, respostas extraordinárias, como uma ação militar em países como o Afeganistão e o Sudão (CLINTON, 1998b). O presidente Clinton afirma ter alertado durante anos quanto à existência de grupos terroristas operando nesses países, mas que, sem receber uma resposta que demonstrasse apoio às demandas norte-americanas, não teria outra opção senão autorizar

os bombardeios: “*Afghanistan and Sudan have been warned for years to stop harboring and supporting these terrorist groups. But countries that persistently host terrorists have no right to be safe havens.*” (CLINTON, 1998b).

O presidente norte-americano busca demonstrar que as ações de terroristas como bin Laden não são perpetradas por objetivos meramente políticos, mas por divisões ideológicas; os Estados Unidos se tornaram o alvo por aquilo que representam, pelo valor de suas ideias e por agir em defesa da democracia e dos valores humanos. Repete-se então um discurso de divisão entre bons e maus, e permite a construção de um mundo maniqueísta, bastante similar ao da Guerra Fria e o confronto Leste-Oeste:

*My fellow Americans, our battle against terrorism did not begin with the bombing of our Embassies in Africa, nor will it end with today's strike. It will require strength, courage, and endurance. We will not yield to this threat; we will meet it, no matter how long it may take. This will be a long, **ongoing struggle between freedom and fanaticism, between the rule of law and terrorism.** We must be prepared to do all that we can for as long as we must.* (CLINTON, 1998b, grifo nosso).

Os Estados Unidos colocam-se, da mesma forma, como a nação que sustenta a confrontação às ideias irracionais e baseadas no ódio, como se a partir daquele momento existisse novamente um confronto de dualidades bem estreitas e definidas. No entanto, Haass (2009) e Glain (2011) afirmam que um dos motivos pelos quais bin Laden teria tomado os Estados Unidos como alvo de suas ações terroristas seria a permanência de tropas na Arábia Saudita e outros países da região. De acordo com os autores, Osama bin Laden exigiria a saída de não-muçulmanos desses países.

No ano 2000 e último de sua presidência, Clinton envia uma carta aos líderes do Congresso em relação ao Talibã (CLINTON, 2000b). Na carta, o presidente pede para que o movimento que governava o Afeganistão, que já era considerado um caso de emergência nacional, permaneça classificado da mesma forma (CLINTON, 2000b). Além disso, faz referência à livre circulação e apoio à Al-Qaeda e seu líder, Osama bin Laden:

*The Taliban continues to allow territory under its control in Afghanistan to be used as a safe haven and base of operations for Usama bin Laden and the Al-Qaida organization, who have committed and threaten to continue to commit acts of violence against the United States and its nationals. This situation continues to pose an **unusual and extraordinary threat to the national security and foreign policy interests of the United States**. For these reasons, I have determined that it is necessary to maintain in force these emergency authorities beyond July 5, 2000. (CLINTON, 2000b, grifo nosso).*

O que chama atenção é o fato de Clinton afirmar que a situação configurava uma ameaça extraordinária à segurança nacional e aos interesses norte-americanos – o que será confirmado pouco mais de um ano depois nos atentados terroristas de 11 de Setembro. Apesar disso, conforme afirma Glain,

Clinton resisted calls for a full-scale invasion of Afghanistan to uproot bin Laden's network, however, angering conservatives who considered the embassy attacks an act of war. In October 2000, after Al Qaeda bomber the U.S. Navy destroyer USS Cole in Yemen's Port of Aden, killing seventeen sailors and wounding thirty-nine, moderates as well as conservatives clamored for a ground assault. (2011, p.373).

2.2.7 Os Balcãs e a situação de Kosovo

O último caso de notabilidade em relação à política externa de Clinton refere-se à atuação nos Balcãs, mais especificamente, em Kosovo. A construção da necessidade de agir assemelha-se muito às apresentadas anteriormente: o discurso de uma “nova era”, a justificativa da “paz democrática” e a promoção de valores norte-americanos: *“I have a responsibility as President to deal with problems such as this before they do permanent harm to our national interests. America has a responsibility to stand with our allies when they are trying to save innocent lives and preserve peace, freedom, and stability in Europe.”* (CLINTON, 1999b). Segundo Pecequillo (2005),

Genericamente, Kosovo foi percebido como uma nova prova de que as relações internacionais norte-americanas (e globais) estariam entrando em uma fase sustentada pela doutrina da intervenção humanitária. Tal doutrina passaria a ser conhecida como “Doutrina Clinton” e teria como prioridade a prevenção de emergência de guerras e conflitos que desrespeitassem os direitos dos povos. Caso não fosse possível prevenir os conflitos, tanto os Estados Unidos como o restante da comunidade internacional estariam prontos e dispostos a intervir, fazendo cumprir os princípios da não-agressão, da liberdade, da autodeterminação e dos direitos individuais. (2005, p.329).

Nessa situação, existe ao mesmo tempo a construção de um ambiente caótico somado à brutalidade de Slobodan Milosevic, a cujo governo era atribuída a violação de direitos humanos na região: *“If we and our allies were to allow this war to continue with no response, President Milosevic would read our hesitation as a license to kill. There would be many more massacres, tens of thousands more refugees, more victims crying out for revenge.”* (CLINTON, 199b). De acordo com Glain (2011), a Secretária de Estado Madeleine Albright teria sido a principal oficial de governo a convencer Clinton sobre a necessidade de intervir na região:

Albright’s worldview was informed not by the lessons of Indochina or the Middle East, however, but by the narrative of Munich. As with the neoconservatives who both preceded and succeeded her, Albright responded to foreign aggression against a U.S. ally by flashing the appeasement card. To her, the relative motivations of, and the atrocities committed by, a Hitler or a Milosevic were indistinguishable against a totalitarian whole that must be subdued, particularly if it loomed over Mother Europe. (GLAIN, 2011, p.356).

Clinton enfatiza a necessidade de agir ao lembrar que nessa mesma região outros conflitos haviam estourado décadas antes, como as duas Guerras Mundiais:

*Sarajevo, the capital of neighboring Bosnia, is where **World War I** began. **World War II and the Holocaust engulfed this region.** In both wars, Europe was slow to recognize the dangers, and the United States waited even longer to enter the conflicts. Just imagine if leaders back then had acted wisely and early enough, how many lives could have been saved, how many Americans would not have to die.* (CLINTON, 1999b, grifo nosso).

Busca-se com isso, um senso de urgência, na intenção de mostrar que existe a possibilidade de um conflito de maior proporção surgir como consequência da inação daqueles que teriam o poder de impedi-lo. Além disso, há uma referência direta ao Holocausto e os demais horrores sofridos por prisioneiros em campos de concentração da Alemanha nazista quando se busca construir o contexto no qual atrocidades aconteceriam à revelia da comunidade internacional:

*(...) innocent people herded into **concentration camps**, children gunned down by snipers on their way to school, soccer fields and parks turned into cemeteries, a **quarter of a million people killed**, not because of anything they have done but because of who they were. Two million Bosnians became refugees. This was **genocide in the heart of Europe**, not in 1945 but in 1995; not in some grainy newsreel from our parents' and grandparents' time but in our own time, testing our humanity and our resolve. (CLINTON, 1999b, grifo nosso)*

De acordo com Pecequilo (2005), parte desse discurso pode ter vindo de uma percepção de Albright em relação à Milosevic devido à “experiência pessoal da secretária de Estado ante o nazismo” (p.329).

O argumento do “interesse nacional” novamente é trazido à discussão por Bill Clinton, ao afirmar que a Europa faz parte de uma região mais ampla, que compartilha os valores norte-americanos e, por isso, a atuação desenfreada de Milosevic representaria um desvio a ser corrigido:

If we've learned anything from the century drawing to a close, it is that if America is going to be prosperous and secure, we need a Europe that is prosperous, secure, undivided, and free. We need a Europe that is coming together, not falling apart, a Europe that shares our values and shares the burdens of leadership. (CLINTON, 1999b).

Há um componente moral na atuação norte-americana, de agir dentro do mundo ocidental, na mesma retórica previamente atribuída à lógica do *inside/outside*.

Na mesma linha de interesses norte-americanos, mas sob um viés mais geopolítico, Clinton afirma que Kosovo está situada em um ponto único, de divisão entre continentes e religiões; mais ainda, aliados tradicionais dos Estados Unidos estariam perto demais do conflito, impossibilitando qualquer inatividade norte-americana. A atuação norte-americana buscou na OTAN o braço armado que pudesse classificar a intervenção como multilateral e receber o suporte de outros países, além da distribuição dos custos (PECEQUILO, 2005).

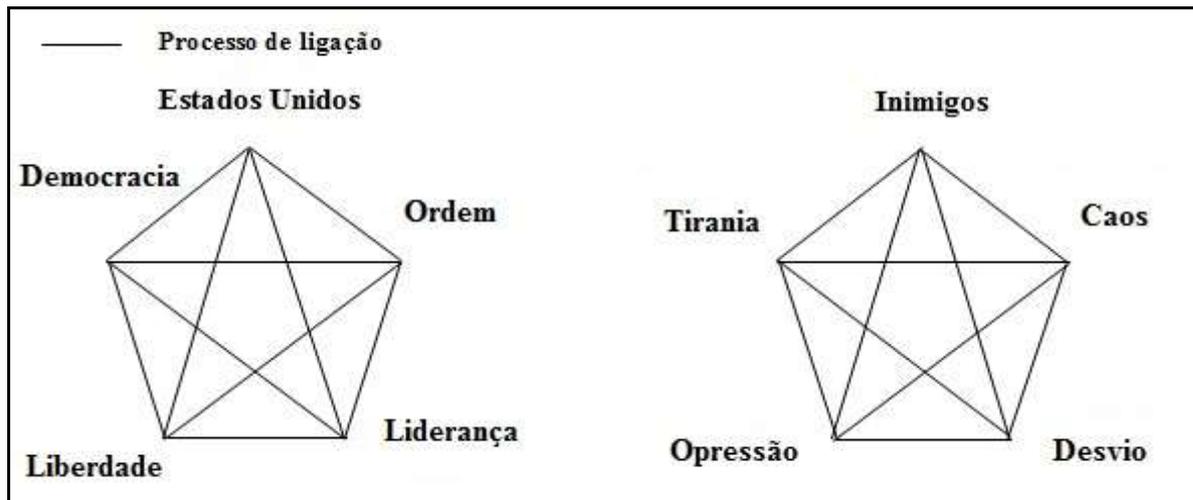
2.3 O desenho identitário dos governos de Bush e Clinton

Tomando como base o modelo proposto por Lene Hansen (2006) e as construções discursivas dos governos de George H. W. Bush e Bill Clinton, podemos propor um mapa das identidades norte-americana e do que é considerado como o “inimigo”.

Na figura 3, propomos como os principais significantes formadores da identidade dos Estados Unidos os termos democracia, ordem, liberdade e liderança. O conjunto desses significantes formaria o que Bush inicialmente chama de atuação norte-americana na “nova ordem mundial” e o que, no governo Clinton, é pressuposto pela ideia de uma “nação indispensável”.

Existe certo pragmatismo nos discursos norte-americanos desse período; a definição dos termos considerados positivos e, portanto, ligados à identidade norte-americana, são voltados para inimigos genéricos e ameaças difusas, por isso a “ordem” aparece como um fator importante para compreensão dessa narrativa, conforme apresentamos neste capítulo.

Figura 4 – Processo de Ligação Identitária – Os Estados Unidos e seus inimigos (1)

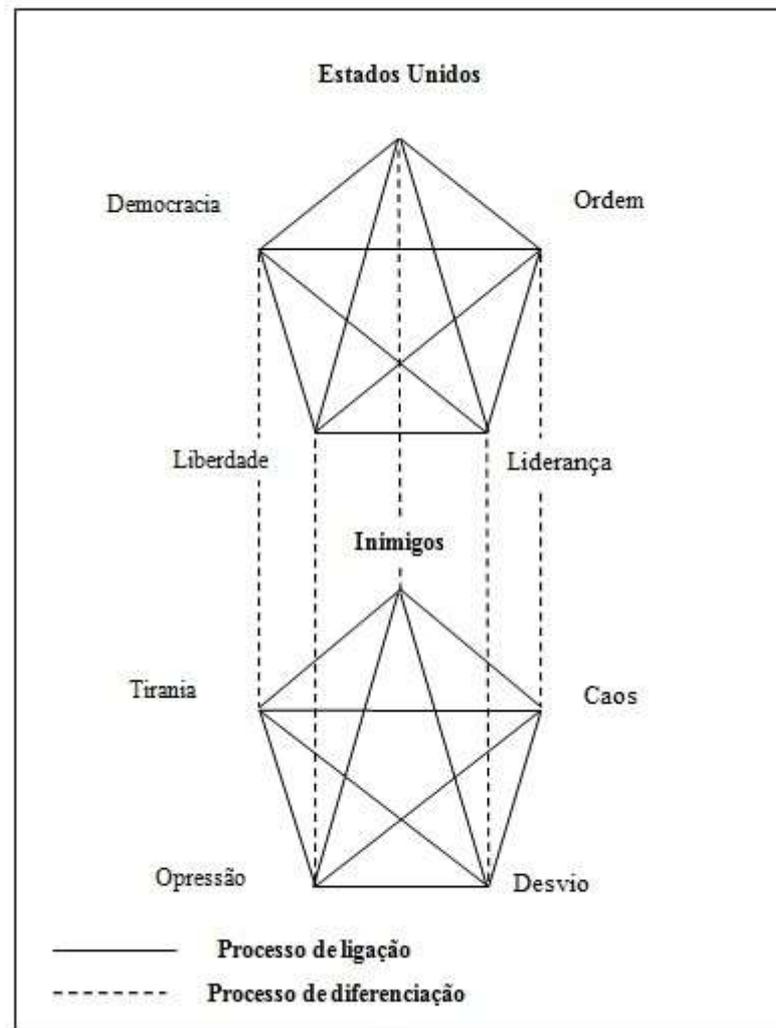


Baseado no modelo de Lene Hansen (2006)

Em relação à construção oposta, de significantes negativos, percebe-se uma movimentação dos termos “tirania”, “opressão”, “caos” e “desvio” como representantes de uma identidade que possa ser atribuída às ameaças construídas nos discursos dos presidentes norte-americanos.

De acordo com Campbell e Walker, a construção positiva de uma identidade estatal passa pelo contraponto à construção negativa do outro. Com a nossa análise foi possível perceber que, apesar da variedade de atributos negativos, existe uma linha condutora na identificação do que se chama de “inimigo”. As tentativas de ocupar o espaço deixado pela União Soviética buscaram ressaltar a noção de que o fim do conflito Leste-Oeste significaria um mundo rumo às ideias defendidas pelos Estados Unidos, e que qualquer situação fora dessa linha ascendente em direção ao progresso significaria um “desvio” passível de correção por parte da liderança norte-americana.

Figura 5 – Processo de ligação e diferenciação identitária – Estados Unidos e seus inimigos (1)



Baseado no modelo de Lene Hansen (2006)

Na figura 4 é possível perceber como a identidade norte-americana e o que se supõe como a identidade do inimigo, baseado na ameaça externa, são construídas e buscam se estabilizar em ligação (nos termos que se relacionam) e o contraponto entre os distintos significados – que marcam a diferenciação.

O modelo apresentado nos permite enxergar como os discursos podem ser sintetizados em conjuntos de significados que se relacionam para formar as identidades norte-americana e a do inimigo. As ameaças construídas pelos presidentes Bush e Clinton ao longo do capítulo permitiram essa disposição e, da mesma forma, faremos uma análise discursiva e apresentaremos o modelo do governo de George W. Bush no capítulo seguinte.

3 A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH

*Estragaram o Grande Espetáculo do Juízo Final
Porque
Antes do veredicto
Fizeram explodir tudo quanto era bomba H
E apenas ficou no meio do deserto
- misteriosamente sorrindo –
A dentadura postiça de Jeová.
(Mario Quintana – Sabotagem)*

A eleição presidencial de 2000, em que o candidato republicano George W. Bush se elegeu, foi marcada por uma grande discussão acerca dos mecanismos eleitorais estadunidenses e por enorme polêmica em relação à legitimidade de sua vitória.

No início da campanha eleitoral, as primeiras pesquisas mostravam boa vantagem do candidato democrata Al Gore sobre o então governador do estado texano, George W. Bush, “[...] descrito como inexperiente, de passado conturbado por seus problemas com álcool e empresariais, simplório, de estilo agressivo [...]” (PECEQUILO, 2005, p.362). Além disso, “[...] não era um homem de pretensões políticas nem de grandes aspirações. Durante sua formação não teve ambições intelectuais, gostava de conhecer pessoas e [...] seu momento de maior realização pessoal ocorreu como proprietário do time de beisebol Texas Rangers” (FINGUERUT, 2009, p.134-135).

Era, portanto, pouco apto a suceder Bill Clinton que, de acordo com Pecequilo (2005), a despeito de seu caso extraconjugal¹², foi considerado popular e carismático, “com muitos eleitores afirmando que, se possível, o reconduziriam à Casa Branca para um terceiro mandato” (PECEQUILO, 2005, p.363). Clinton deixava a presidência com a economia saneada, excedente orçamentário (DAVIDSON *et al*, 2008), o menor índice de desemprego

¹² Houve uma tentativa de impeachment contra o presidente Clinton quando foi divulgado seu caso extraconjugal com a secretária Monica Lewinski.

desde 1950, a menor inflação desde o pós-guerra e uma maior tolerância em relação a temas polêmicos como o aborto, minorias sexuais e imigração (PECEQUILO, 2005).

Al Gore adotou um discurso de manutenção das políticas interna e externa do governo anterior, exaltando as conquistas econômicas obtidas e a necessidade de se formular uma nova agenda em que temas como o meio-ambiente e os direitos humanos teriam maior importância. Além disso, como afirma Pecequilo (2005), era visto como um competente administrador e gozava boa reputação.

Os democratas, confiantes nos índices econômicos apresentados pelo governo de Clinton e na superioridade de seu candidato, subestimaram o republicano George W. Bush e continuaram com o mesmo discurso durante boa parte da campanha. Além disso, a campanha de Gore evitou se aproximar do presidente Clinton, por causa do caso extraconjugal que tivera, com medo de prejudicar sua imagem.

Isso, contudo, não agradou ao eleitorado, que considerou Al Gore pouco carismático e enfadonho¹³ e

[...] talvez lhe tenha custado a vitória porque, por um lado, não havia como dissociar sua imagem de um governo no qual era a segunda pessoa mais importante e, por outro, ao tentar descolar-se de Clinton, popular entre pobres e liberais, perdeu muitos votos que poderiam garantir-lhe a Casa Branca. (FINGUERUT, 2009, p.108).

De outro lado, os republicanos apelaram para um discurso diferente, que Bush chamaria de “conservadorismo com compaixão” (FINGUERUT, 2009; PECEQUILO, 2005), em que era enfatizada a necessidade de se moralizar a América. O público conservador prontamente se identificou com o discurso de retomada de valores ignorados pelos democratas, afirmando que era necessária uma revisão das práticas promovidas pelo governo democrata. Discussões sobre aborto, união civil homossexual, políticas de imigração e posse de armas foram retomadas, o que ocupou o vazio do discurso democrata, baseado nas mesmas

¹³ Isso rendeu a Al Gore o apelido de Al Bore (chato; desinteressante)

premissas que pouco atraíam o eleitorado. O discurso em relação ao campo externo foi marcado pela necessidade de se retomar o espaço perdido pela fraqueza do governo democrata. Instituições e tratados internacionais não poderiam se tornar um empecilho para a grandeza da América unipolar (PECEQUILO, 2005).

Ainda de acordo com Pecequilo (2005), os democratas não criaram uma agenda capaz de abordar os temas domésticos e internacionais de maneira adequada. A abrangência do discurso republicano e seu apelo a questões polêmicas ou não abordadas pelos democratas acarretaram no equilíbrio do eleitorado. A movimentação dos indecisos (*swing voters*) entre apoiar os republicanos ou os independentes marcou o fim da eleição e resultou em um impasse político.

O sistema eleitoral americano é marcado por uma divisão entre votos populares (de cada indivíduo) e votos colegiados (que variam de acordo com a população de cada estado). Ganhar pela maioria dos votos populares não significa necessariamente a vitória na eleição, que só é garantida se forem obtidos pelo menos 270 dos 538 votos dos delegados¹⁴.

Bush venceu pelos votos dos delegados (271 contra 266 de Gore), mas perdeu nos votos populares¹⁵. A vitória do candidato republicano foi contestada em razão de alegações dos democratas de que a eleição no estado da Flórida¹⁶ fora marcada por fraudes e irregularidades. O apelo à Suprema Corte Federal, no entanto, não foi atendido e a recontagem dos votos do estado foi negada¹⁷ numa apertada decisão de 5 votos contra 4 (FINGUERUT, 2009).

¹⁴ Cada Estado americano soma uma determinada quantia de delegados à contagem universal de votos. Quando um candidato ganha pelo voto popular em um determinado estado, ele leva todos os votos colegiados.

¹⁵ O número de votos da população e por estados pode ser encontrado nos seguintes sítios:

<<http://psephos.adam-carr.net/countries/u/usa/pres/2000.txt>>;

<<http://uselectionatlas.org/RESULTS/datagraph.php?year=2000&fips=0&f=1&off=0&elect=0>>;

<<http://www.fec.gov/pubrec/2000presgeresults.htm>>

¹⁶ O governador da Flórida era Jeb Bush, irmão de George W. Bush.

¹⁷ A decisão da Suprema Corte pode ser encontrada no seguinte sítio:

<http://frwebgate.access.gpo.gov/supremecourt/00-949_dec12.fdf>

3.1 O terrorismo na centralidade da agenda de Segurança

Em seus discursos, Bush afirma que a garantia da estabilidade e da segurança do planeta dependeria de seu país, o que lhe daria o “dever” de agir como tal. Os EUA teriam, portanto, a responsabilidade de lidar com a tarefa de serem os defensores dos ideais civilizatórios, representados através da democracia e da liberdade.

Com o desmantelamento da União Soviética, os Estados Unidos encontravam-se sozinhos num mundo unipolar, ou seja, não havia outra potência capaz de fazer frente ao seu poder ou desfiá-lo em qualquer campo (HOBSBWAM, 2007). O fim da Guerra Fria representava um momento único na história mundial, em que os EUA poderiam enfim projetar seus valores livremente com o intuito de disseminar ideais democráticos e liberais (PECEQUILO, 2005).

Os Estados Unidos teriam então a obrigação e a responsabilidade de manter a estabilidade e a paz (TEIXEIRA, Carlos, 2007). As “funções” a serem exercidas pelos EUA eram apresentadas pelos da seguinte forma: defesa e expansão da democracia; liberdade em relação aos organismos internacionais multilaterais; e maior investimento e ampliação das Forças armadas, capazes de se manterem na vanguarda tecnológica e de dissuadirem qualquer ameaça ou inimigo (TEIXEIRA, Carlos, 2007).

Constata-se o discurso de uma “nova era”, na qual os Estados Unidos seriam os líderes de uma profunda mudança a fim de expandir os ideais democráticos. Com ele, a construção da “nação indispensável”, protetora das instituições e dos valores democráticos, próprios da civilização. A história, de acordo com Bush, mostraria que os Estados Unidos teriam sua maior oportunidade a fim de garantir sua hegemonia e expandir seus valores.

I will live and lead by these principles: to advance my convictions with civility, to pursue the public interest with courage, to speak for greater justice and compassion, to call for responsibility and try to live it as well. In all these ways, I will bring the values of our history to the care of our times. (BUSH, 2001).

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro, a intervenção no Afeganistão é apresentada não apenas como uma forma de espalhar bons princípios e valores, mas sim como questão de segurança nacional, portanto, como um ponto-chave na chamada “guerra ao terror”. No discurso após os atentados terroristas, o presidente Bush procura enaltecer as qualidades de seu povo contrapondo-as a atributos negativos dos terroristas. Os ataques são interpretados como atos irracionais e cruéis, que visam a destruir os princípios norte-americanos e confrontar seu “espírito de liberdade” e seu “propósito de civilização”. Isso se dá através de alguns elementos entendidos como formadores da “civilização” americana, sendo a própria ideia de civilidade reincidente nestas construções discursivas.

O discurso não é mais de uma ameaça estatal como nos tempos da Guerra Fria, mas de um inimigo novo, o terrorismo transnacional. De acordo com Teixeira,

[...] esse inimigo não se identifica com nenhum Estado, não tem território e não estabelece nenhum tipo de complementaridade econômica com seu adversário. Aceitar sua existência, nessas condições, significa entrar em uma guerra na qual os EUA definem, a cada momento e da forma mais conveniente, quem é e onde está o rival, perpetuando uma guerra que será cada mais extensa. (TEIXEIRA, Tatiane, 2007, p.53).

A existência de uma ameaça transnacional que se aproveitava da porosidade de fronteiras pouco vigiadas ou deliberadamente acessíveis pressupunha um inimigo de difícil estabelecimento ou assimilação. Por isso, Bush buscou ligar a imagem de bin Laden com narrativas já conhecidas do público, como os “*rogue states*” e a possibilidade de grupos e líderes marginalizados obterem armas de destruição em massa. Dessa forma, Bush justificou a invasão do Afeganistão como parte de um conflito maior, o que chamou de “guerra ao terror”.

A utilização do termo “guerra ao terror” é mais um eufemismo que já estivera presente em outros governos norte-americanos, como por exemplo no caso da “guerra contra as drogas” do governo Reagan. Apesar do discurso de que a guerra ao terrorismo era única e sem precedentes, o governo Reagan já havia usado os mesmos termos, ainda que eles, à época, se referissem a objetos diferentes.¹⁸ (PECEQUILO, 2005).

As consequências diretas dos atentados terroristas foram “a declaração imediata de guerra, a convocação de uma ampla aliança nacional e a identificação (e punição) dos responsáveis.” (PECEQUILO, 2005, p.375-376). Logo, os americanos mobilizaram-se em diversas manifestações de repúdio ao acontecido e de um nacionalismo marcado por emoção e ações patrióticas. É necessário notar que

[...] a aprovação da operação no Afeganistão contou com um amplo apoio da comunidade internacional. [...] Dado o caráter do 11 de setembro, essa guerra era tida como ‘justa’, sendo um movimento de resposta a um inimigo que atingira e continuava ameaçando os norte-americanos. (PECEQUILO, 2005, p.384).

Nesse contexto, o bem/mal é caracterizado também como amigo/inimigo, de forma que os aliados são todos aqueles que compartilham dos valores norte-americanos e compreendem a necessidade de intervenção para garantir um mundo melhor e mais pacífico – esses valores seriam compartilhados por todos os homens, e por isso, seriam “certos”. Outra característica recorrente e que remete muito especificamente aos discursos do presidente norte-americano é de adotar a compaixão como atributo intrínseco do povo norte-americano. A presença da compaixão é importante para destacar o caráter bondoso dos Estados Unidos, mesmo quando a demonstração de sua piedade aconteça por meio de intervenções militares.

O maniqueísmo bem/mal está presente nos discursos do presidente Bush como forma de afirmação da contraposição americanos/terrorista. O americano seria o povo dotado de

¹⁸ A União Soviética ainda era o principal inimigo. O terrorismo correspondia à atuação, ao apoio e ao patrocínio dos soviéticos em outros países.

compaixão, aquele que tem piedade dos demais por não estarem livres e ainda não serem capazes de se guiarem sozinhos. Os terroristas representariam a maldade no mundo, o que é construído além do próprio termo numa abrangência capaz de incluir Estados e seus líderes, ou seja, terrorista é todo aquele considerado inimigo e capaz de ameaçar os Estados Unidos e seus amigos/aliados. Esta seria a diferença fundamental entre o mundo “amigo” dos americanos, no qual estariam incluídos seus aliados e os países considerados “democráticos”, e o mundo “opressor”, marcado por outros valores como a “tirania” e a “barbárie”.

*Today, we affirm a new commitment to live out our nation's promise through **civility**, courage, compassion and character. America, at its best, matches a commitment to principle with a concern for **civility**. A civil society demands from each of us good will and respect, fair dealing and forgiveness. (BUSH, 2001, grifo nosso).*

O pós-11 de setembro foi marcado por uma reformulação dos objetivos estadunidenses no cenário internacional. De acordo com Flint e Falah (2004), valores como liberdade, justiça e dignidade humana serviriam para inspirar a nova estratégia norte-americana. Enxergou-se neste momento a possibilidade de colocar em prática diversas ações que culminariam na formulação de documentos pelo Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca e na Guerra do Iraque de 2003. (FROELICH, 2005).

Dentre os documentos formulados, um é especialmente lembrado por pesquisadores como a origem da Doutrina Bush. Trata-se da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (*National Security Strategy of the United States - NSS*), divulgado em 2002 e que trazia à discussão possíveis formas de intervenção dos EUA em outros Estados.

As principais características do documento envolvem a distinção entre guerra preventiva e guerra preemptiva e a possibilidade do uso de ambas; a denominação de Estados na classificação de “fracos” e “falidos” – “*rogue states*”, em alusão à classificação já usada no governo Clinton e reiterada como ameaça à segurança nacional; a reafirmação do termo “Eixo do Mal” e a colocação de alguns Estados nesta classe; a necessidade de evitar que

terroristas e Estados que os hospedem ou patrocinem de alguma forma possuam armas de destruição em massa; e a disseminação dos valores liberais democráticos pelas nações oprimidas por regimes “déspotas” e “tirânicos”. (JERVIS, 2003).

O presidente Bush, em 2003, faz a ligação direta entre a guerra ao terror e a existência dos Estados “fora da lei”. Essa comparação pode ter tido a intenção de buscar no imaginário do público a noção de mocinho/bandido, num contraponto direto entre os Estados Unidos e seus inimigos. Tal construção procuraria demonstrar pelo “mocinho” o padrão de justiça em detrimento do “bandido” arruaceiro e irracional. O objetivo era tornar a ameaça distinguível e localizável no cenário internacional, de forma a que se construísse a “encarnação do mal” nos líderes dos países “terroristas”. Essa mesma construção já havia sido feita no governo anterior, de Bill Clinton, e é resgatada e adaptada para o pós-11 de Setembro.

Os Estados Unidos reafirmam a possibilidade de agir unilateralmente quando necessário, mesmo que através de intervenções e conflitos diretos – o que em outras palavras significa a mudança de regime através do uso da força. Para tanto, adotariam a política de atuar contra um inimigo antes que este tivesse a possibilidade de fazê-lo, ou seja, não esperar o primeiro ataque (guerra preventiva), ou de atuar contra um inimigo de quem a ameaça seria iminente e exigiria medidas urgentes e drásticas (guerra preemptiva). (TEIXEIRA, Tatiane, 2007).

A classificação de Estados como “fracos”, “falidos” e “párias” advém da administração Clinton. No entanto, estas formas de classificar determinados Estados (de acordo com os interesses norte-americanos) ganharam maior peso na administração Bush depois do 11 de Setembro e da possibilidade do Afeganistão, que era considerado um Estado falido especialmente após a ocupação Talibã, ter hospedado os terroristas responsáveis pelos ataques. Isso pode ser visto em um dos documentos já citados: “*We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of*

mass destruction against the United States and our allies and friends.” (NATIONAL..., 2002). É possível notar o afastamento do termo “*outlaw states*” nos discursos de Bush, que acontece ao mesmo tempo em que o termo “*rogue states*” assume uma posição de destaque, inclusive nas NSS de seu governo. Isso possivelmente busca aumentar o grau de fragilidade e perigo com que se constrói as ameaças: enquanto “*outlaw*” pressupõe um desvio que em algum momento pode ser corrigido, “*rogue*” carrega um significado mais dramático – como se essa suposta falência estatal estive ligada a significados negativos como a de um Estado trapaceiro e mentiroso.

Além dos *rogue states*, o governo Bush usou de mais uma expressão para identificar possíveis inimigos e ameaças ao seu país. Trata-se do “Eixo do Mal”, termo utilizado pela primeira vez no discurso sobre o Estado da União no ano de 2002 (WICKHAM, 2002). Dentre os países incluídos neste grupo encontravam-se Iraque, Síria, Irã e Coreia do Norte, seguindo-se Líbia, Síria e Cuba. A única forma de eliminar a ameaça que esses países representavam seria a disseminação dos valores e das instituições democráticas após a derrubada dos regimes pré-existentes.

The absence of any competing model for organizing societies noted at the start of the National Security document is part of the explanation for the optimism. Another is the expectation of a benign form of domino dynamics, as the replacement of the Iraqi regime is expected to embolden the forces of freedom and deter other potential disturbers of the peace. (JERVIS, 2003).

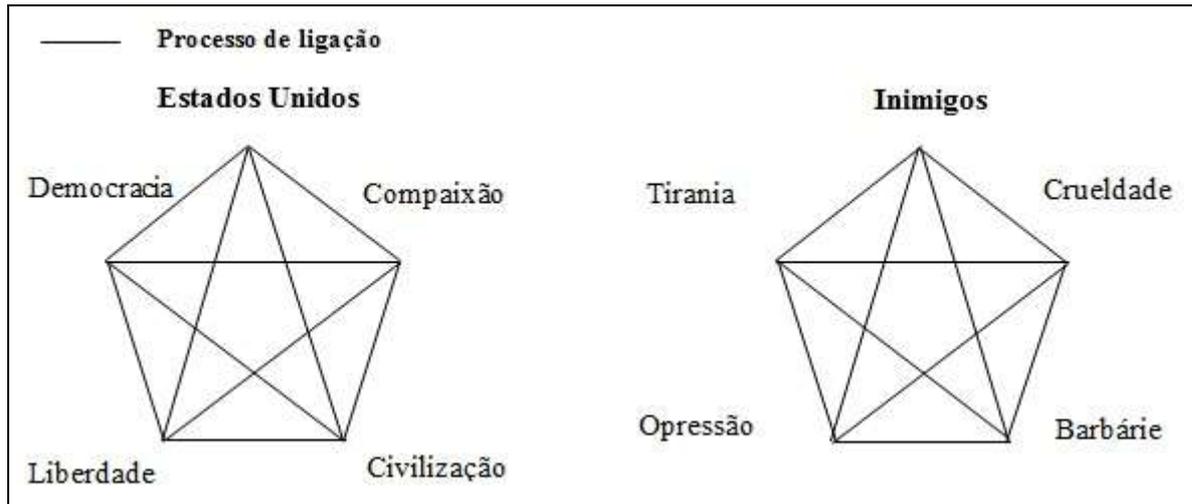
Os Estados Unidos entendiam que a partir do momento que a população desses países tivesse contato com uma nova forma de governo e organização política, o processo democrático deslancharia com rapidez e serviria de exemplo para os demais países da região. “*Finally, the United States will use this moment of opportunity to extend the benefits of freedom across the globe. We will actively work to bring the hope of democracy, development, free markets, and free trade to every corner of the world.*” (NATIONAL..., 2002).

Tendo em vista esse quadro, seria preciso aumentar significativamente a verba da Defesa, fortalecer os laços com os aliados democráticos e desafiar os regimes hostis aos interesses e valores americanos, promover a causa da liberdade política e econômica mundo afora, aceitar a responsabilidade do papel único da América em preservar e ampliar uma ordem internacional amigável e favorável à segurança, prosperidade e princípios dos EUA. (TEIXEIRA, Tatiane, 2007, p.200).

Nesse contexto, assim como fizemos no capítulo anterior, podemos utilizar das noções de ligação e diferenciação identitária do modelo de Lene Hansen (2006) a fim de traduzir analiticamente o discurso político de Bush. Determinadas representações seriam colocadas como antônimos diretos, de forma que uma característica norte-americana teria seu antônimo correspondente num processo de características comuns a cada grupo em detrimento às características do outro. No caso dos Estados Unidos, a democracia, a liberdade, a civilização e a compaixão seriam atributos opostos aos de seus inimigos, tirania, opressão, barbárie e crueldade.

A construção negativa do outro é feita pelo contraponto, atribuindo valor às qualidades da civilização. Em seu discurso no ano de 2007, o presidente Bush busca retomar o contraponto entre o *eu* e o *outro*, a fim de marcar bem a necessidade de combater o inimigo. No entanto, dessa vez o discurso é mais enfático nas características do inimigo, como a crueldade e a vontade de matar norte-americanos.

Figura 6 – Processo de ligação identitária – Os Estados Unidos e seus Inimigos (2)

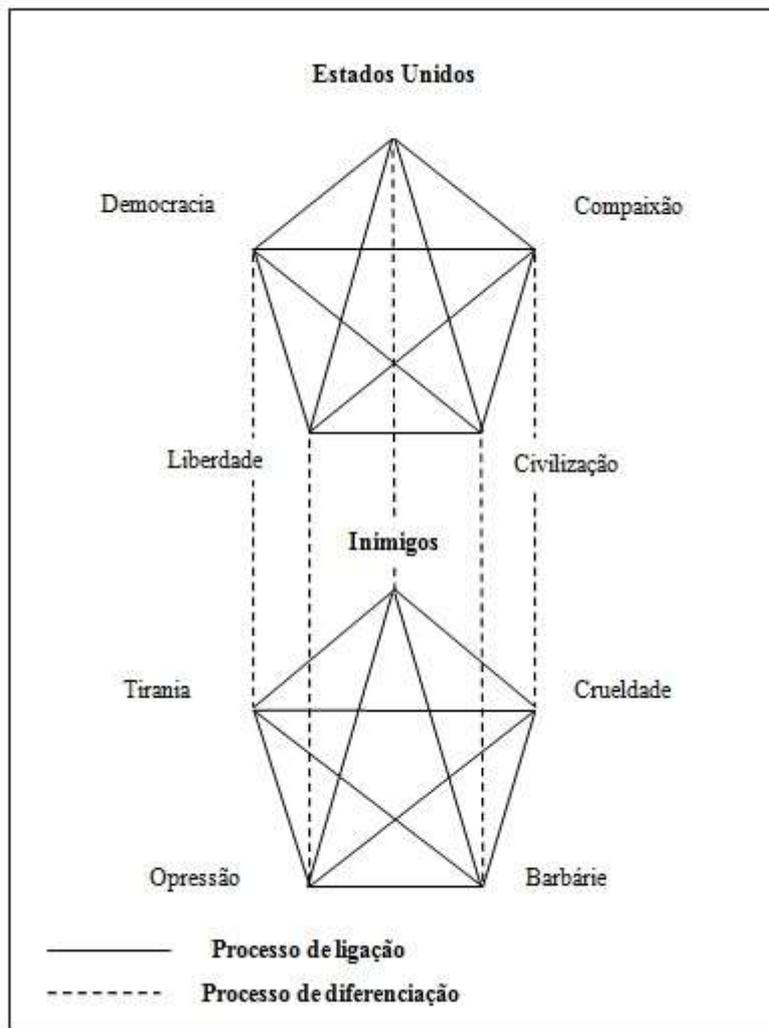


Baseado no modelo de Lene Hansen (2006)

O papel dessa diferenciação foi essencial para que se procurasse convencer a plateia de que os objetivos propostos eram “essenciais” à segurança dos Estados Unidos. Bush não apenas constrói o inimigo, mas o faz num contraponto às características que ele considera positivas no seu povo, aquele que vai receber a mensagem e é o receptor. Essas ideias demarcavam o campo de atuação da política externa norte-americana e pretendia justificar invasões em outros territórios como algo essencial.

Poderia se afirmar que toda relação política é maniqueísta e que a construção social do “eu” e do “outro” é conflituosa por natureza. Não é o pretendido neste trabalho e comprovar o oposto seria tema para outra pesquisa. O “outro” não é necessariamente o “inimigo”, esse sim objeto de nosso trabalho e estudo.

Figura 7 – Processo de Ligação e Diferenciação Identitária – Estados Unidos e seus inimigos (2)



Baseado no modelo construído por Lene Hansen (2006)

Considerar, portanto, o maniqueísmo nos discursos do presidente norte-americano é essencial não apenas pelo viés político mas para entender como as ideias constroem e buscam enaltecer determinados conceitos em detrimento de outros – como foi apresentado nesta pesquisa.

3.2 O papel da democracia

O argumento de que a democracia é o fim a ser alcançado por todas as nações faz parte de uma generalização acerca dos valores seguidos pelos Estados Unidos. A democracia seria um valor “certo”, perseguido por todos os indivíduos do mundo, por que essa seria uma vontade inata dos homens. Cabe lembrar o argumento utilizado anteriormente por George Bush e Bill Clinton, especialmente o último, de promoção da democracia.

Bush afirmará que o regime democrático nada mais é que a “evolução da humanidade”, pressuposto da civilização apoiada pelos norte-americanos (BUSH, 2003; 2006). O discurso em prol da expansão da democracia é um dos principais pontos de toda a argumentação em torno da necessidade de intervenção em determinados países. Os neoconservadores defendem a democratização do Oriente Médio por considerar tal região como estratégica aos interesses norte-americanos e como única forma de alcançar a estabilidade regional.

Dessa forma, é esperado que a intervenção nesses países servisse de exemplo e acarretasse a mudança de regime nos países vizinhos. A democracia seria o fator desencadeador da liberdade, que resultaria na paz e estabilidade interna e com os vizinhos – se democráticos.

Hopeful reform is already taking hold in an arc from Morocco to Jordan to Bahrain. The government of Saudi Arabia can demonstrate its leadership in the region by expanding the role of its people in determining their future. And the great and proud nation of Egypt, which showed the way toward peace in the Middle East, can now show the way toward democracy in the Middle East. (BUSH, 2005, grifo nosso).

A causa da democracia seria, portanto, a garantia da paz – em outras palavras, a manutenção do *status quo* norte-americano. O que se pretende seria uma “paz democrática”¹⁹, uma vez que os países da região fossem todos democráticos, eles se guiariam por valores comuns da “civilização”, e não buscariam dominar ou agredir seus vizinhos.

¹⁹ Conforme visto no Capítulo anterior.

A expansão da democracia está intimamente ligada à construção discursiva dos ideais americanos, como parte da “missão” do país frente às suas responsabilidades do “momento único” em que se viveria. Dessa forma, o presidente Bush novamente usa a compaixão como expressão do caráter norte-americano frente aos demais povos. A razão de intervir externamente nada mais seria que a necessidade de ajudar àqueles que sofrem pela opressão e não conseguem se desvencilhar de governos tirânicos.

A defesa da democracia como fim a ser atingido é extremamente repetida e isso mostra o caráter de fixação a que tal discurso se propõe. O uso dessa justificativa busca fixar a ideia de que determinados valores estão intimamente ligados à democracia, ou mesmo que dependem desta para que possam existir. O ideal então seria que todos os regimes fossem democráticos para que a paz fosse automaticamente garantida, assim como os interesses norte-americanos pelo globo.

Our aim is to build and preserve a community of free and independent nations, with governments that answer to their citizens, and reflect their own cultures. And because democracies respect their own people and their neighbors, the advance of freedom will lead to peace. (BUSH, 2005)

A última citação mostra claramente a relação de causalidade que o presidente busca apresentar em seu discurso. A democracia seria o fator desencadeador da liberdade, que resultaria na paz e estabilidade interna e com os vizinhos – se democráticos. O presidente vai além, conectando a construção discursiva com a existência de um momento único a ser aproveitado pelos Estados Unidos: *“That advance has great momentum in our time (...). We are witnessing landmark events in the history of liberty. And in the coming years, we will add to that story.” (BUSH, 2005).*

Isso é novamente abordado ao se construir a necessidade da mudança de regime no Iraque por sua posição estratégica, considerado um país-base de terroristas. Existe nesse caso uma tentativa de colocar o governo de Saddam Hussein como patrocinador de atividades

terroristas, sendo essa mais uma justificativa da intervenção no país iraquiano. O ponto é complementado pela possibilidade de expansão da democracia uma vez que os terroristas perderiam seu apoio no Iraque.

A defesa da democracia no Oriente Médio é retratada como algo “requisitado pela humanidade” como o “certo” a se fazer e indiscutível por esse motivo. *“Americans are a free people, who know that freedom is the right of every person and the future of every nation. The liberty we prize is not America's gift to the world, it is God's gift to humanity.”* (BUSH, 2003). Mas ao dizer que essas democracias não se parecerão com a norte-americana, o presidente se resguarda de todo o possível e longo processo pelos quais esses países teriam que passar para atingir algum nível de estabilidade após mudarem de regime, se esse fosse o caso.

3.3 A Doutrina Bush

No discurso imediato aos atentados terroristas de 11 de setembro²⁰, o então presidente Bush procurava enaltecer as qualidades de seu povo contrapondo-as a atributos negativos dos terroristas. Naquele contexto, os ataques eram construídos como atos irracionais e cruéis, que visavam contrapor-se aos princípios norte-americanos e confrontar seu “espírito de liberdade” e seu “propósito de civilização”.

Pouco mais de um ano após os atentados de 11 de setembro de 2001 foi publicada, em Washington, a primeira Estratégia de Segurança Nacional do governo W. Bush. Tratava-se do amadurecimento daquela se consolidaria como “Doutrina Bush”.

²⁰ Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>> Acesso em 14/10/2011.

O documento, trazido ao público pelo *National Security Council* em 17 de setembro de 2002, contava com uma introdução redigida e assinada pelo então presidente e revelava as preocupações centrais da política de segurança dos EUA naquele momento. Apesar da abrangência do documento, que por vezes se debruça também sobre questões econômicas, ligadas ao regionalismo ou às questões humanitárias, é inevitável notar a preponderância conferida às medidas contentoras das chamadas ‘novas ameaças’, então materializadas por meio do combate ao terror.

Neste contexto, reafirma-se que a garantia da estabilidade e da segurança do planeta dependeria dos EUA, pelo seu poderio militar e econômico, que lhe conferiam o “dever” de agir em defesa da ordem global (NATIONAL..., 2002; 2006). Os EUA teriam, portanto, a responsabilidade de lidar com a tarefa de serem os defensores dos ideais civilizatórios, representados através da democracia e da liberdade, principalmente. Bush, em muitos de seus discursos, à época, ressalta que o papel norte-americano como defensor desses ideais está conectado com a oportunidade que o “momento” sugere. Isso tem ligação estreita com o pensamento neoconservador de um “novo século americano”, com a manutenção do poderio militar e econômico de sua nação e a necessidade de aproveitar os benefícios de ser a única superpotência no mundo, responsável por disseminar seus valores ao resto do planeta (PECEQUILO, 2005; TEIXEIRA, 2010).

Em sua NSS de 2002, portanto, ao exaltarem o modelo político e econômico dos EUA e associarem liberdade, democracia e livre iniciativa aos valores vencedores do século XX, quando o “totalitarismo destrutivo” teria dado espaço para a igualdade (NATIONAL..., 2002), o documento deixa claro que, para os americanos, o desenvolvimento e a prosperidade dos países apenas podem ser alcançados a partir destes princípios e que, mais do que isso, o seu desrespeito configura motivo suficiente para diferenciar “aliados” de “inimigos”.

A ideia de contraposição a um “inimigo” em si configura-se um ponto central na discussão da política externa e da política de segurança e defesa dos EUA ao longo de sua história. Desde que foram alçados à categoria de superpotência mundial, após a Segunda Guerra, os norte-americanos conduziram a conformação da ordem internacional baseando-se em três elementos: capacidades materiais, ideias e instituições (PECEQUILO, 2005).

Se as primeiras, relacionadas aos recursos concretos de poder, já se encontravam asseguradas aos EUA em função das disparidades geradas pela guerra e, as últimas, consideradas o aspecto formal da hegemonia, tornavam-se claras a partir das estruturas multilaterais e regimes internacionais que, sob liderança americana, se estabeleciam a partir de então, a necessidade intermediária – ligada ao plano das ideias – sempre fora mais abstrata, já que envolve a criação de um projeto político capaz de consolidar uma visão de mundo e de gerar convencimento.

A NSS (2002) marcou como foco dos Estados Unidos o Oriente Médio e a Ásia Central. Pela ligação da Al Qaeda com o Talebã, o Afeganistão tornou-se o primeiro – mesmo antes da divulgação da Estratégia de Segurança Nacional – alvo dos EUA na “guerra ao terror” no que se denomina como mudança de regime (outro pressuposto da Doutrina Bush em países considerados tirânicos e dominados por ditadores opressores). A região também é citada como estratégica por causa de seus recursos e pelo grau de instabilidade, no entanto, essa é uma justificativa de ação já usada anteriormente por outros ex-presidentes norte-americanos (FUSER, 2008).

Em 2002, o presidente Bush usará o termo “eixo do mal” pela primeira vez. Ao usar a palavra “eixo”, procura-se construir uma relação direta com o grupo formado pela Alemanha nazista, a Itália e o Japão na Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, existia uma disputa direta entre os Estados Unidos e os “aliados” e os inimigos do “eixo”, e esse confronto é

resgatado de forma a mostrar a ameaça e a necessidade de combater um novo inimigo tão perigoso quanto os que surgiram no conflito global.

*States like these, and their terrorist allies, constitute an **axis of evil**, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.* (BUSH, 2002, grifo nosso).

O discurso americano procura estabelecer vínculos de diferenciação com o que considera um dos grandes inimigos da liberdade do século passado sob a forma da expansão nazista na Europa e do conflito com o Japão no Oceano Pacífico. Isso tem o intuito de mostrar que o perigo apenas mudou de nome, mas a necessidade de combater é a mesma, sendo a ação norte-americana tão necessária quanto foi no passado e por isso todos devem corroborá-la.

O isolacionismo é abordado como a pior atitude em relação a esses países, mostrando a clara propensão à ação em detrimento da contenção. Isso dá impulso, mesmo que indiretamente, à noção de que somente o movimento dos Estados Unidos seria capaz de guiar o mundo contra essa nova ameaça. Um exemplo disso é a possibilidade da construção de um escudo antimísseis para proteger os Estados de países que buscam e detêm armas de destruição em massa. O perigo acerca da possibilidade de atuação desses regimes implicará na afirmação de que os Estados Unidos agirão independentemente da opinião dos demais países pela iminência da ameaça. Essa iminência é que caracteriza ação preemptiva dos EUA, como no caso afegão. O uso da guerra preemptiva se justificaria pela existência de uma ameaça automática, que deveria ser combatida sem demora para evitar outros ataques terroristas.

Isolationism would not only tie our hands in fighting enemies, it would keep us from helping our friends in desperate need. We show compassion abroad because Americans believe in the God-given dignity (...). We also show compassion abroad because regions overwhelmed by poverty, corruption, and despair are sources of terrorism, and organized crime, and human trafficking, and the drug trade. (BUSH, 2006).

O presidente Bush, em 2003, faz a ligação direta entre a guerra ao terror com a existência dos Estados “fora da lei”. Essa comparação pode ter a intenção de buscar no imaginário do público a noção de mocinho/bandido, num contraponto direto aos EUA e seus inimigos. Essa construção viria dos filmes de *bang-bang hollywoodianos* que procuravam demonstrar pelo “mocinho” o padrão de justiça em detrimento do “bandido” arruaceiro e irracional. Isso procura tornar a ameaça distinguível e localizável no cenário internacional, de forma que se construa a “encarnação do mal” nos líderes desses países.

Today, the gravest danger in the war on terror, the gravest danger facing America and the world, is outlaw regimes that seek and possess nuclear, chemical, and biological weapons. These regimes could use such weapons for blackmail, terror, and mass murder. They could also give or sell those weapons to terrorist allies, who would use them without the least hesitation.
(BUSH, 2003).

Essa construção do outro é uma extensão necessária para que o público faça a conexão entre os terroristas e esses Estados. Por isso, não se procura necessariamente pelos grupos terroristas, mas por Estados que alegadamente os patrocinam e abrigam. A partir daí, o presidente Bush novamente procura estabelecer vínculos entre a guerra ao terror e determinados Estados. Novamente serão citados aqueles países considerados integrantes do “eixo do mal”, cuja ameaça seria proeminente e por isso deveriam ser combatidos de maneira mais efetiva e com caráter de urgência. Inicialmente, essa construção é feita em relação ao Iraque, o Irã e à Coreia do Norte.

3.4 A Guerra do Iraque

A partir de então, o presidente Bush começa a construir seu argumento em torno do regime iraquiano, o primeiro alvo de fato da nova estratégia de segurança dos Estados Unidos (NATIONAL..., 2002). A necessidade de intervenção no Iraque é construída a fim de mostrar que não há nada melhor para se evitar uma “catástrofe” do que uma mudança no regime do país. A existência das armas de destruição em massa não é uma possibilidade, mas uma certeza do governo em relação ao Iraque. A intervenção no país se classificaria como uma guerra preventiva, em que a ameaça não é iminente, mas não se pode deixar que ela cresça a ponto de que não se possa agir no futuro.

Some have said we must not act until the threat is imminent. Since when have terrorists and tyrants announced their intentions, politely putting us on notice before they strike? If this threat is permitted to fully and suddenly emerge, all actions, all words, and all recriminations would come too late. Trusting in the sanity and restraint of Saddam Hussein is not a strategy, and it is not an option. (BUSH, 2003).

O presidente afirma que o governo iraquiano tem procurado desenvolver esse tipo de armamento e esconde suas instalações dos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Para Bush, os inspetores não têm que comprovar a existência das armas, mas é Saddam que lhes deve mostrar quais armamentos possui e a quantidade, para que o acordo em relação ao seu desarmamento possa ser efetivado dessa vez.

A grande ênfase nesse ponto do discurso em relação ao Iraque representa uma tentativa de aproveitar o melhor momento do que o presidente Bush chamou de “guerra ao terror”. Entre a invasão do Afeganistão e o começo da guerra do Iraque, o 11 de setembro ainda permanecia como um evento marcante e traumático no imaginário norte-americano, por isso o enfoque maior nesse país afim de construí-lo como uma grande ameaça aos Estados Unidos. O discurso do primeiro alvo deveria ser exemplar para justificar e “comprovar” a necessidade da intervenção, e isso se dará a partir de exemplos históricos do belicismo de Saddam Hussein, da sua indiferença em relação às instituições internacionais, da posse de

armas de destruição em massa, e especialmente de sua “comprovada” relação com grupos terroristas, inclusive a Al Qaeda. A ligação do regime iraquiano com terroristas foi a primeira tentativa de adotar um discurso de construção de Saddam como o outro terrorista. No entanto, o governo norte-americano não conseguiu convencer o público dessa ligação e teve que adotar uma mudança no seu discurso, afirmando que a posse de armas de destruição em massa caracterizaria uma ameaça ainda maior que os terroristas.

Bush mostrará que não se pode esperar pela iminência de um ataque do governo iraquiano, e constrói esse período baseando-se nas características de Saddam Hussein, de forma que a sua lembrança seja carregada de atributos negativos e tendenciosos. A intervenção no Iraque não foi consensual entre a população e o Congresso norte-americano, tendo enfrentado uma oposição mais forte do partido democrata. Mesmo assim, o presidente Bush manterá o discurso de que o Iraque possui armas de destruição em massa, comprovadas através de documentos e relatórios da Inteligência dos Estados Unidos e de países aliados.

Entre 2002 e março de 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque, Bush insistirá em ligar a Al Qaeda – responsável pelos atentados terroristas do 11 de Setembro – ao regime de Saddam Hussein (PECEQUILO, 2005). Ainda em 2002, pouco tempo após a invasão do Afeganistão, a possibilidade de mais uma investida na Ásia Central começou a ser mais seriamente cogitada pelo governo norte-americano (FEITH, 2008). Tratava-se do Iraque de Saddam Hussein, considerado pelos neoconservadores como principal ameaça à estabilidade no Oriente Médio e à segurança dos Estados Unidos. Integrantes da administração Bush, especialmente o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, e o vice-presidente, Dick Cheney, juntamente às publicações e *think tanks* neoconservadores passaram a associar o regime de Saddam Hussein à rede terrorista Al Qaeda e seu líder, Osama bin Laden (KAUFMANN, 2004).

Depois do anúncio da nova doutrina estratégica norte-americana, a pressão por uma ofensiva militar contra o regime de Saddam Hussein parece ser quase um pretexto para que Washington imponha ao resto do mundo um unilateralismo baseado na força militar (PEIXOTO, 2002).

A partir desse momento, diversas tentativas de demonstrar que o regime iraquiano procurava obter armas de destruição em massa foram exploradas na mídia e no Congresso norte-americano a fim de conseguir apoio a mais uma ação militar. De acordo com Nasser & Teixeira (2010), o Iraque seria o início de reconfiguração do Oriente Médio a fim de que os países da região enxergassem na mudança para a democracia o elemento necessário à ordem e à estabilidade da região. Após intenso debate, mas especialmente devido à maioria republicana no Congresso, o presidente Bush conseguiu um mandato para iniciar mais um conflito.

To sell the Iraq war to the American media and people, Caroline Heldman has explained, the White House framed the debate in three ways: Hussein's weapons of mass destruction posed an imminent threat (the WMD frame); the Iraqi people should be freed from a cruel dictator (the liberation frame); and Hussein sponsored terrorist activities (the terrorist frame). (DAVIDSON et al, 2008, p.470).

Apesar de ter procurado apoio internacional a esta nova empreitada, o governo Bush não obteve grande sucesso. Diversos países europeus, notadamente Alemanha e França, contestaram a necessidade de uma intervenção direta em forma de ação militar e alegaram que a via da contenção por meio de organismos internacionais era a melhor saída para resolver o problema – a suposta obtenção de ADM (armas de destruição em massa) por Saddam (PECEQUILO, 2005).

As Nações Unidas e o Conselho de Segurança emitiram a Resolução nº1441, considerada dúbia e pouco objetiva em relação ao tema (PECEQUILO, 2005; KAUFMANN, 2004), mas de qualquer forma, o presidente Bush já havia conseguido seu mandato no Legislativo do seu país e não hesitaria em manter o discurso de que se o Iraque não cedesse às

pressões norte-americanas e desistisse das supostas ADM, a mudança de regime aconteceria sem demoras. De acordo com Kaufmann (2004), a alegação de que o Iraque detinha ADM tinha o objetivo de criar um cenário ainda mais aterrorizante que os atentados de 11 de Setembro, a fim de legitimar a intervenção.

Em março de 2003, o governo Bush intimou Saddam Hussein a deixar o poder ou sofrer as consequências da invasão de seu país. Os ataques a Bagdá não tardariam a ser iniciados e, em pouco tempo, as tropas norte-americanas já dominavam o país. Assim,

Operation Iraqi Freedom (OIF) began sometime after 3:00 A.M. on March 20, Baghdad time, with an air strike on Dora Farms, a site in the Baghdad region where the CIA thought (erroneously, as it turned out) that Saddam was meeting with his top lieutenants. Within hours Special Operations Forces entered Iraq from the south and the west, followed quickly by an air campaign and a ground invasion by a force of American and British soldiers and marines entering Iraq through Kuwait. (FEITH, 2008, p. 392).

A operação foi considerada um sucesso, com declarações do Presidente Bush de que “[...] os resultados representavam uma vitória no combate ao terrorismo que havia se iniciado em 11 de setembro de 2001.” (LOPES, 2009, p.232). A alusão faz parte de um contexto ainda maior, do que foi construído como uma ofensiva da “guerra ao terror”, no qual certos Estados ocupariam papel de instabilidade no cenário internacional com supostos “santuários” para grupos terroristas. Por isso, a conexão entre a derrubada de Saddam Hussein e uma vitória no combate ao terrorismo busca estabelecer um objetivo político de difícil aceitação pelo público (SCHONBERG, 2009).

No entanto, o conflito mostrou-se mais complexo do que o esperado e, assim como no Afeganistão, grupos insurgentes começaram a se organizar e diversos atentados suicidas aconteciam em todo o país. A partir deste momento, os principais críticos da invasão do Iraque começaram a questionar a existência das alegadas armas de destruição em massa e cobravam provas da ligação entre Saddam Hussein e Osama bin Laden. Ainda assim, de acordo com Leis (2009), Rumsfeld reclamava da cobrança advinda da opinião pública a

respeito dos objetivos iniciais da guerra que seriam a destruição das ditas armas de destruição em massa, alegando que não “havia manchetes que fizessem referência à libertação do povo iraquiano de uma longa e sangrenta ditadura” (p.124).

A pressão sobre o governo norte-americano para que provasse os argumentos que levaram o país à guerra fez com que o presidente Bush recuasse de sua posição unilateral e procurasse manter melhores relações com os países que foram contrários à invasão. Além disso, em discurso nas Nações Unidas, tentou mostrar que a guerra do Iraque seria benéfica à promoção da democracia no Oriente Médio e se mostrava aberto à ajuda dos demais países na reconstrução do país (PECEQUILO, 2005).

No final de 2003, Saddam Hussein foi finalmente capturado. No entanto, o que parecia o verdadeiro fim do antigo regime com a impossibilidade de Hussein voltar ao poder, transformou-se numa escalada dos atentados, aumentando ainda mais a instabilidade no país.

A NSS (2006) não mudou a estratégia apresentada em 2002, limitando-se a reafirmá-la com o que foi atingido desde então e o que deveria ser feito para continuar o “sucesso” na “guerra ao terror”. O foco regional manteve-se, além de continuar a focar nos recursos estratégicos e na necessidade de garantir mercados livres e a perpetuação da democracia como valores universais (NASSER & TEIXEIRA, 2010). Quando comparada à sua versão anterior, a NSS de 2006 persiste tratando o combate ao terrorismo como o grande desafio para os EUA e reforça, uma vez mais, o compromisso do governo norte-americano com a disseminação de valores como a liberdade, a democracia e a dignidade humana. A luta contra o Iraque, nesta perspectiva, enfatiza a noção de uma “guerra de ideias” e representa a tentativa de assegurar um país mais unido, estável e democrático que, no limite, possa servir como novo aliado na guerra contra o terror dada sua localização em posição estratégica dentro do Oriente Médio (NATIONAL... 2006).

Durante o governo de George W. Bush, as narrativas relacionadas à atuação norte-americana e o perigo representado por ameaças transnacionais foi elevado a um patamar superior em relação aos governos analisados no capítulo anterior. O 11 de Setembro permitiu a radicalização de termos e ameaças que já eram usados para justificar intervenções e a construção de inimigos, como por exemplo, na chamada “guerra ao terror”.

Na próxima seção apresentaremos as considerações finais sobre as análises feitas dos discursos presidenciais entre 1989 e 2009 e o que se pode concluir acerca de mudanças e continuidades a respeito das narrativas previamente discutidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, difícil mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.
(Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

Com o fim dessa pesquisa, podemos perceber quais os elementos que se provaram verdadeiros e quais ainda carecem de maior análise. Constatamos que, de fato, o discurso dos presidentes norte-americanos tende a seguir uma mesma linha de raciocínio e construção de narrativas. O fato de se tratar de um período relativamente curto, de vinte anos, pode ser um dos fatores que ajudam a explicar a perpetuação das similaridades discursivas. Mas há mais do que isso, a análise precisa reter outros elementos que contribuem para que se compreenda aquilo que parece ser a única vertente discursiva.

Não foi o objetivo dessa pesquisa analisar as diferenças políticas entre republicanos e democratas, por exemplo. No entanto, há que se levar em conta algumas distinções que podem influenciar na condução das narrativas de política externa e da construção da identidade norte-americana por meio dos discursos presidenciais. O contexto no qual H. W. Bush, Clinton e W. Bush governaram não foi rígido, mas com peculiaridades e demandas políticas próprias. Enquanto Bush pai e Bush filho tiveram que repensar ou adaptar suas estratégias de segurança, Clinton privilegiou as questões econômicas – inclusive por causa de promessas eleitorais.

Quando afirmamos que existe uma continuidade nos discursos políticos dos presidentes norte-americanos, não queremos dizer que se tratam de narrativas fixas. Pelo contrário, buscamos apresentar justamente que os discursos são fluidos e interpostos por construções e interpretações de outros períodos e presidentes. A busca pelo entendimento passa pela simplificação do que e como é proposta uma ideia ou uma justificativa, por exemplo. Os presidentes norte-americanos usam de “caminhos” pré-estabelecidos a fim de

criar um discurso que seja entendível, aceitável e, ao mesmo tempo, permita a identificação com significados próprios da cultura e da linguagem política dos Estados Unidos. Portanto, o papel dos discursos é o de estabelecer limites e fronteiras no que se busca transmitir como a identidade norte-americana – quando o presidente assume para si essa função, ele transmite não apenas ideias já determinadas, mas também seus preconceitos e visões acerca de como o mundo deve ser enxergado e, em última instância, moldado.

Por isso, a ideia de estabelecer como marco o fim da Guerra Fria possibilitou enxergar um mundo que buscava novamente se estabilizar, onde os significados deveriam novamente se estabelecer em pontos que permitissem para o público em geral – e para os próprios tomadores de decisão – a apreensão de uma “nova realidade”. Colocamos esse termo dentro de aspas justamente por se tratar de uma alusão às construções discursivas que podem ser vistas nos três distintos governos de nossa análise. H. W. Bush, Bill Clinton e W. Bush buscaram demarcar seus períodos de atuação como excepcionais, momentos extraordinários nos quais o futuro da humanidade estaria diretamente ligado a como os Estados Unidos atuariam.

Não negamos a importância de marcos como o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética ou o 11 de Setembro, nem buscamos diminuir a complexidade adquirida pela política internacional com novas técnicas e processos advindos da globalização do capital e as consequências que isso gerou na interação entre os agentes do sistema internacional. No entanto, é preciso atentar a como esses momentos foram construídos de forma a criar significados específicos no imaginário político do período. Os presidentes norte-americanos buscaram transmitir a ideia de que haveria uma divisão muito clara entre os marcos estabelecidos, como se o mundo tivesse mudado completamente a partir de então – e os princípios e valores norte-americanos se tornassem universais automaticamente. A ideia do “novo” busca exaltar a possibilidade de quebra do “velho”, como uma linha evolutiva que

passaria por saltos de aprimoramento e deixaria para trás tudo de negativo pré-existente em contraposição a uma era que estaria para ser definida, mas que já teria seus pressupostos valorativos definidos previamente.

Para isso, termos como “nova ordem mundial”, “nova era”, “novo mundo”, “novo século” etc. foram usados como sinônimos a fim de significar um discurso de mudança estrutural. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos saíam “vitoriosos” da Guerra Fria, buscava-se perpetuar o discurso que defendia os valores e princípios norte-americanos como o guia para a sobrevivência em um período de otimismo, mas também de incertezas.

Na adaptação do modelo de Lene Hansen (2006) para nossa análise, os termos que definem essa narrativa são “ordem”, “liderança” e, com uma conotação mais ampla, “civilização”. Os dois primeiros são usados com maior ênfase durante os governos dos presidentes Bush e Clinton pelas características do momento por que passava os Estados Unidos. A falta de uma definição clara dos objetivos norte-americanos em política externa e de quem seriam os “inimigos” tornava mais difícil focar em um Estado ou indivíduo esse tipo de construção.

Os atentados terroristas do 11 de Setembro, durante o governo W. Bush, permitiram uma radicalização das ameaças externas, com a caracterização de bin Laden e, posteriormente, Saddam Hussein, como sendo as encarnações da maldade na Terra. Por isso, os termos antagônicos aos apresentados anteriormente sofrem uma mudança nos modelos adotados nesse trabalho. De “caos” e “desvio”, relacionados especialmente às ideias de ordem e descontinuação do que seria o mundo ideal para os norte-americanos, passa-se a uma construção que coloca “civilização” e “barbárie”, “crueldade” e “compaixão” como pontos focais dos discursos – esses termos transmitem uma ideia de divisão ainda mais forte que os anteriores. Enquanto é possível colocar ordem no caos e ajustar os desvios, a barbárie e a crueldade são construídas como características de atores irracionais e malignos; os Estados

Unidos atuam por ordem divina contra o mal que surge na Terra, e por isso não dialogam ou hesitam na hora de atuar, afinal, o contrário significaria a vitória da maldade e a ideia de que não há ninguém que olhe pelos “bons”.

A diferença entre os períodos antes e depois de 2001 é justamente a da percepção em relação ao inimigo. A construção sobre o terrorismo, baseada em uma ação perpetrada contra os Estados Unidos e daí em diante (re)escrita para outros temas de política externa, permitiu direcionar os significados de ameaça a indivíduos, ao contrário dos conflitos anteriores nos quais a participação norte-americana é justificada pela manutenção da ordem e razões humanitárias. Se existem diferenças nos discursos é porque estes também são flexíveis e se adaptam, buscam traduzir significados e reconstruí-los de acordo com interesses e percepções.

Ainda assim, nenhum discurso existe sozinho ou se permite apreender por si só: por isso os resgates históricos, os exemplos de conflitos passados, de feitos de ex-presidentes norte-americanos e da exaltação da nação e do povo. Independente da existência de elementos que permitam a construção de ameaças mais ou menos plausíveis, e de contextos e situações extraordinárias, os três presidentes buscaram a defesa de valores comuns como a democracia e a liberdade. A ideia por trás desses significados os permitiu-lhes partir de um ponto fixo e que estabiliza as demais construções discursivas: as justificativas de ação e intervenções externas buscam, no fim, a perpetuação de um ideário que os norte-americanos consideram fundacional e, por isso, eterno.

Por trás desses elementos que agregam os discursos está a noção de um país excepcional: “guiado por Deus”, “destinado a liderar”, “indispensável”, “líder do mundo livre”, “que carrega a tocha da liberdade”, “farol do mundo”, “exemplo para os demais” etc. Esses termos exaltam um mito que busca definir um “Eu” em contraposição a todos os “Outros” – amigos e inimigos podem ser construídos e desconstruídos, mas o que define o significado de “Estados Unidos”, “América”, e “norte-americano” é o pertencimento a uma

nação destinada à grandeza, um “povo escolhido” que lidera os demais “sob o topo da colina” – em referência às menções religiosas do discurso-sermão também visto nas construções discursivas dos presidentes do período analisado neste trabalho.

A opção pelo modelo analítico exposto previamente explica-se pela tentativa de apreender mais de um significado identitário – ainda assim, é possível anteceder uma crítica de que a definição binomial e o uso de dicotomias não garante uma compreensão completa de como se conformam as identidades. Concordamos com esse argumento, mas lembramos que o caráter qualitativo de nossa pesquisa buscou justamente demonstrar o contexto em que determinados termos e conceitos surgiram e apareceram, suas repetições, seus abandonos e adaptações. A construção de um modelo é apenas uma simplificação da realidade, uma forma de colocar didaticamente uma possibilidade entre muitas quando se usa a ferramenta da análise de discursos.

Para além da interpretação – que tornaria qualquer objeto demasiadamente subjetivo – buscamos avaliar a plausibilidade da hipótese de que nenhum discurso é uma estrutura fechada ou age sozinha, mas que é interposto e influenciado por narrativas que se perpetuam ao longo do tempo. Na nossa pesquisa pudemos ver que todos os presidentes do período analisado buscaram exemplos de feitos de outros presidentes e usaram a história para comparar o que buscavam justificar. Além disso, foi recorrente a comparação entre ações de política externa e intervenções em outros países – foram usados elementos iguais ou similares para o mesmo objetivo, ou a mesma “ameaça”.

A análise dos discursos presidenciais norte-americanos permitiu-nos enxergar a atuação dos Estados Unidos de uma forma distinta – como eles se enxergam e como eles transmitem essa visão de si. Para além da construção de uma identidade nacional, pudemos entender como o “outro” é um sujeito de múltiplas faces e características, que vão desde o amigo que coopera e compartilha valores e interesses até o pior inimigo “desde sempre” e

“desde nunca” – afinal, para ser ameaçado basta existir, e como nunca, são expostos a desafios que exigirão ainda mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIUS, Christine. **Social Constructivism**. In: COLLINS, Alan (ed.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010

AMBROSE, Stephen E; BRINKLEY, Douglas G. **Rise to Globalism: American Foreign Policy since 1938**. New York: Penguin Books, 1997.

BECK, Ulrich. **Power in the global age: a new global political economy**. Cambridge: Polity, 2006.

BUSH, George H. W. **Inaugural Address**. Washington, 20 jan. 1989 (a). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16610>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address on Administration Goals Before a Joint Session of Congress**. Washington, 9 feb. 1989 (b). The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=1666>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 31 jan. 1990 (a). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18095>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address to the Nation Announcing the Deployment of United States Armed Forces to Saudi Arabia**. Washington, 8 aug. 1990 (b). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18750>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address to the Nation Announcing Allied Military Action in the Persian Gulf**. Washington, 16 jan. 1991 (a). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19222>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 29 jan. 1991 (b). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19253>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address to the Nation Announcing Allied Military Ground Action in the Persian Gulf**. Washington, 23 feb. 1991 (c). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19331>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address to the Nation on the Iraqi Statement on Withdrawal From Kuwait**. Washington, 26 feb. 1991 (d). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19336>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address to the Nation on the Suspension of Allied Offensive Combat Operations in the Persian Gulf**. Washington, 27 feb. 1991 (e). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=19343>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union.** Washington, 28 jan. 1992 (a). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=20544>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George H. W. **Address to the Nation on the Situation in Somalia.** Washington, 4 dec. 1992 (b). The White House. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=21758>>. Acesso em 29 set. 2012.

BUSH, George W. **President George W. Bush's Inaugural Address.** Washington, 20 jan. 2001. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/inaugural-address.html>>. Acesso em 29/05/2012.

BUSH, George W. **President Delivers State of the Union Address.** Washington, 29 jan. 2002. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Acesso em 29/05/2012.

BUSH, George W. **President Delivers State of the Union Address.** Washington, 28 jan. 2003. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>>. Acesso em 29/05/2012.

BUSH, George W. **State of the Union Address.** Washington, 02 fev. 2005. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/02/20050202-11.html>>. Acesso em 29/05/2012.

BUSH, George W. **President Delivers State of the Union Address.** Washington, 31 jan. 2006. The White House. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/01/20060131-10.html>>. Acesso em 29/05/2012.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity.** Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.

CAPRIOLI, Mary; TRUMBORE, Peter F. Rhetoric versus Reality: Rogue States in Interstate Conflict. **The Journal of Conflict Resolution**, V. 49, N. 45 (Oct, 2005), p. 770-791.

CLINTON, William J. **Inaugural Address.** Washington, 20 jan. 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46366>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of Congress on Administration Goals.** Washington, 17 fev. 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=47232>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Remarks on Welcoming Military Personnel Returning from Somalia.** Washington, 05 may. 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=46516>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address to the Nation on Somalia**. Washington, 05 out. 1993. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=47180>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 25 jan. 1994. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50409>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address to the Nation on Haiti**. Washington, 15 sep. 1994. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=49093>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 24 jan. 1995. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=51634>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 23 jan. 1996. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=53091>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Inaugural Address**. Washington, 20 jan. 1997. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=54183>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 04 feb. 1997. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=53358>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 27 jan. 1998. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=56280>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address to the Nation on Military Action Against Terrorist Sites in Afghanistan and Sudan**. Washington, 20 ago. 1998. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=54799>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address to the Nation Announcing Military Strikes on Iraq**. Washington, 16 dec. 1998. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=55414>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 19 jan. 1999. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=57577>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address to the Nation on Airstrikes Against Serbian Targets in the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro)**. Washington, 24 mar. 1999. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=57305>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 27 jan. 2000. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58708>>. Acesso em 10 out. 2012.

CLINTON, William J. **Letter to Congressional Leaders on Continuation of the National Emergency with Respect to the Taliban**. Washington, 30 jun. 2000. The White House. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=1619>>. Acesso em 10 out. 2012.

DAVIDSON, Roger H.; OLEZEK, Walter J.; Lee, Frances E. **Congress and its members**. 11th. ed. Washington: CQ Press, 2008.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Conceito, 2008, p.26.

DOYLE, Michael W. Liberalism and World Politics. **The American Political Science Review**, V. 9, Issue 4, p.1151-1169, Dec. 1986.

EDWARDS, Jason A. Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton's Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti. **International Journal of Communication**, V.2, p. 830-847, 2008.

FEITH, D. J. **War and Decision: Inside the Pentagon at the Dawn of the War on Terrorism**. New York: Harper, 2008.

FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos estados unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org). **Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

FLINT, Colin; FALAH, Ghazi-Walid. How **the United States Justified Its War on Terrorism: Prime Morality and the Construction of a 'Just War' Author**. *Third World Quarterly*, Vol. 25, No. 8, pp. 1379-1399, 2004.

FROELICH, Ivani Vassoler. **A Política Externa Americana e seus críticos**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 48, N. 2, 2005, p. 205-215.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, Summer 1989. In: FOREIGN AFFAIRS/Council on Foreign Relations. **America and the World: Debating the New Shape of International Politics**. New York: Foreign Affairs, 2002.

GLAIN, Stephen. **State vs. Defense: the battle to define America's empire**. New York: Crown Publishers, 2011.

GRACIA, Tomás Ibáñez. **O "giro linguístico"**. In: IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GREEN, David. **The language of politics in America: shaping political consciousness from McKinley to Reagan**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

GUIMARÃES, Cesar. **A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo.** Estudos Avançados, V. 16, N. 46, p. 53-67, 2002.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war.** London: Routledge, 2006.

HAASS, Richard M. **War of necessity: war of choice.** New York: Simon & Schuster, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFF, Joan. **A Faustian Foreign Policy from Woodrow Wilson to George W. Bush: Dreams of Perfectibility.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations? Foreign Affairs, Summer 1993. In: FOREIGN AFFAIRS/Council on Foreign Relations. **America and the World: Debating the New Shape of International Politics.** New York: Foreign Affairs, 2002.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas.** In: IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). Manual de análise do discurso em ciências sociais. Petrópolis: Vozes, 2004.

JERVIS, Robert. **Understanding the Bush Doctrine.** Political Science Quarterly, V. 118, N.3, 2003.

JONES, Charles O. **Passages to the presidency: from campaigning to governing.** Washington: Brookings Institute Press, 1998.

KAUFMANN, Chaim. Threat Inflation and the Failure of the Marketplace of Ideas: The Selling of the Iraq War. **International Security**, V. 29, N. 1, p. 5–48, Summer 2004.

LAPID, Yosef. The Third Debate: on the prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, V.33, N.3, Sep. 1989, p.235-254.

LEIS, Héctor Ricardo. Dilemas da política internacional e o unilateralismo da política externa dos Estados Unidos no século XXI. In: DINIZ, Eugenio. **Estados Unidos: política externa e atuação na política internacional contemporânea.** Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2009, p.123-144.

LOPES, Liana Araújo. Doutrina Bush e a hegemonia estadunidense. In: DINIZ, Eugenio. **Estados Unidos: política externa e atuação na política internacional contemporânea.** Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2009, p.223-238.

MUTIMER, David. **Critical Security Studies: A Schismatic History.** In: COLLINS, Alan (ed.). Contemporary Security Studies. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MURRAY, Shoon Kathleen; MEYERS, Jason. Do people need Foreign Policy Enemies? American Leaders' Beliefs after the Soviet Demise. **The Journal of Conflict Resolution**, V. 43, N. 5 (Oct. 1999), p. 555-569.

NASSER, Reginaldo; TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. A Doutrina Bush e a construção de uma ordem liberal? In: CEPIK, Marco (org.). **Segurança Internacional: práticas, tendências e conceitos**. São Paulo: Hucitec, 2010, p.172-196.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS), 2002. Disponível em <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/>. Acesso em 20/10/2011.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (NSS), 2006. Disponível em <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>. Acesso em 23/10/2011.

OWEN, John M. How Liberalism Produces Demoratic Peace. **International Security**, V. 19, N. 2, p. 87-125, Fall 1994.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 2ª ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEIXOTO, Antonio Carlos. **Desventuras de um império global**. Estudos Avançados, V. 16, N. 46, 2002.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

RESENDE, Erica Simone A. **Da Contenção à Prevenção: Reflexões sobre a Legitimidade da Estratégia de Segurança Nacional Norte-Americana do Pós-Guerra Fria**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

RICOUER, Paul. **O Processo Metafórico como Cognição, Imaginação e Sentimento**. In: SACKS, Sheldon (org.) *Da Metáfora*. São Paulo: EDUC, 1992.

ROJO, Luiza Martín. **A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”**. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCHONBERG, Karl L. **Constructing 21st Century U.S. Foreign Policy: Identity, Ideology and America’s World Role in a New Era**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 50 N. 2, p.80-96, 2007.

TEIXEIRA, Tatiane. **Os Think Tanks e sua influência na política externa dos EUA**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WALKER, Rob B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WICKHAM, 2002. **September 11 and America's War on Terrorism: A New Manifest Destiny?** *American Indian Quarterly*, Vol. 26, No. 1, pp. 116-144, Winter 2002.

WILKINSON, Paul. **Terrorism versus Democracy: the liberal state response.** New York: Routledge, 2011.